

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Março de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1057 • Director: Carlos Brito

Álvaro Cunhal no Porto  
no comício de aniversário do PCP

# SEMPRE A VERDADE AO POVO

Págs. 5, 20, 21 e 22



Nota da Comissão Política

## Por uma forte e expressiva manifestação de descontentamento

Págs. 4 e 5

## Alice Vieira



**Em entrevista**

por Anabela Fino

Centrais



• Artigo de Luís Sá

Pág. 18



## Dez anos da Lei do Aborto

• Graça Mexia  
Pág. 23



## Crimes Sexuais

• Odete Santos

Pág. 24





Grande comício no Porto festeja aniversário do PCP

## RESUMO

### 9 Quarta-feira

O Estádio das Antas, do Futebol Clube do Porto, é penhorado por dívidas do clube ao fisco ■ João Jardim ataca em Bruxelas as opiniões de Rui Machete que defendera em entrevista a um periódico a continuidade da figura do Ministro da República nas regiões autónomas ■ Uma criança de onze anos dispara a caçadeira do pai e mata outra criança, de nove anos, o filho do juiz que julgou o caso Costa Freire ■ Cinco granadas, que não explodem afinal, são lançadas contra o aeroporto de Heathrow, em Londres ■ Croatas e muçulmanos concluem negociações em Viena com vista a uma Constituição para a Bósnia-Herzegovina, deixando de fora os sérvios ■ Presidência angolana confirma encontro de Eduardo dos Santos com o dirigente da FLEC em Paris.

### 10 Quinta-feira

O presidente do Futebol Clube do Porto, com o apoio de Valentim Loureiro e de outros dirigentes desportivos, recusa o pagamento da dívida ao fisco «enquanto não for retirada a penhora», e pede demissão do ministro. Quem é demitido é o Director Geral dos Impostos ■ De visita a Londres, Cavaco Silva volta a prometer o fim da recessão económica em Portugal e voltar às «taxas de crescimento superiores à média europeia». Já para este ano ■ O vice-almirante Ribeiro Pacheco é escolhido pelo Governo para o cargo de Chefe do Estado Maior da Armada ■ O IRA reivindica o lançamento das granadas no aeroporto de Heathrow, enquanto o porta-voz de Major minimiza o atentado e manifesta a intenção de prosseguir nas negociações de paz ■ O suposto «Estado independente» de Bophuthatswana, na África do Sul, cujo presidente, apoiado pela extrema-direita branca, desaparece, é palco de grande agitação e de distúrbios causados pelos neonazis da AWB.

### 11 Sexta-feira

Cavaco Silva não aborda em Londres, nas conversações com Major, a questão de Timor ■ Duas organizações indonésias de defesa dos direitos humanos apelam à Suécia para que este país adie a assistência económica a Suharto ■ O professor universitário guineense, de 78 anos, que foi esbofetado por um soldado da GNR em 1992, viu o seu agressor ser condenado a uma multa, enquanto a juíza minimizava o significado racista da agressão ■ O Supremo Tribunal russo anula agora a amnistia decretada pelo parlamento aos dirigentes soviéticos inculcados em 1991 ■ Os neonazis sul-africanos são expulsos do Bophuthatswana, cujo presidente já aceita de novo participar nas eleições da África do Sul.

### 12 Sábado

A Comissão Nacional do PS elege os órgãos executivos daquele partido. Guterres mantém-se como secretário-geral, assim como Almeida Santos na presidência. O Secretariado Nacional é alargado para 27 lugares ■ PSD

abandona reunião da Assembleia Distrital de Coimbra, em zanga com o PS a quem acusa de inviabilizar acordo entre ambos os partidos ■ Apesar da oposição de Mandela e do ANC, De Klerk envia tropas sul-africanas para «controlarem» distúrbios em várias localidades do Bophuthatswana ■ O porta-voz do Vaticano contesta a ordenação de mulheres anglicanas, adiantando que tal situação torna «mais difícil» a união entre católicos e protestantes.

### 13 Domingo

Grande comício no Porto, com a participação de Álvaro Cunhal, comemora o 73º aniversário do PCP ■ Termina o IX Congresso da Juventude Centrista ■ Realiza-se, com sete mil participantes, a Meia Maratona de Lisboa. Vence o mexicano Espinosa ■ A portuguesa Carla Sacramento conquista medalha de bronze no Europeu de Pista-Coberta ■ Fernando Sá Monteiro é o novo presidente do PPM ■ Mais um atentado ao aeroporto de Heathrow, o terceiro em poucos dias ■ A África do Sul derruba facilmente o Governo do bantustão por si criado, o Bophuthatswana, conduzindo ao poder o homem que nunca deixou de lá estar, o embaixador da RSA ■ Representante de Butros Ghali encontra-se em Lusaca com Eduardo dos Santos e com Savimbi no prosseguimento das negociações para a paz em Angola.

### 14 Segunda-feira

Novo Director Geral dos Impostos é nomeado, após a demissão de um e o abandono da decisão de nomear outro; tudo em consequência da decisão de penhorar o Estádio das Antas ■ O ministro Dias Loureiro falta à cerimónia de condecoração de funcionários públicos ■ O Presidente da República inicia uma consulta aos partidos sobre a marcação da data para a realização das eleições europeias ■ Helmut Kohl sofre derrota eleitoral na Baixa Saxónia, com os sociais-democratas à frente ■ Mais de duas dezenas de pessoas morrem no Bósforo, em consequência da colisão de navios que origina o derrame de dez mil toneladas de crude.

### 15 Terça-feira

Manuel Sobral divulga as principais conclusões da reunião de ontem da Comissão Política do PCP ■ A Deco apela a que não sejam feitos hoje pagamentos com cartões Multi-banco, protestando contra a anunciada taxa de um por cento a cobrar pelos bancos ■ Mário Soares conclui as audiências aos partidos políticos sobre a data das eleições europeias (9 ou 12 de Junho) ■ Trinta reclusos de Caxias entram em greve de fome contra as condições prisionais ■ Uma delegação da Fatah é recebida no Parlamento israelita, para conversações com os trabalhistas ■ Nelson Mandela saúda o derrube de Lucas Mangope da Presidência do bantustão do Bofutatswana ■ A França anuncia novas restrições à permanência de estrangeiros, nomeadamente portugueses; os desempregados há mais de um ano só verão renovada a autorização de residência por igual período.

# A época dos disfarces

O carnaval passou há pouco, mas agora é que está a abrir a época dos disfarces em relação à política de integração europeia.

É que estão a aproximar-se as eleições para o Parlamento Europeu e é preciso escolher cabeças de lista, candidatos, discursos e propagandas que tenham alguma credibilidade perante o país.

Ora, tanto no PSD, como no PS, (para já não falar do CDS onde as operações vêm mais de trás) percebe-se agora que não é com louvores a Maastricht, como os que fizeram quando impuseram ao país a ratificação do Tratado, nem com hinos ao federalismo e à limitação da soberania nacional, nem com a defesa da subordinação dos interesses portugueses aos ditames de Bruxelas, em matéria de política económica e financeira - não é, numa palavra, com o paleio "europeista" que podem fazer frente à reserva, ao mal-estar, ao descontentamento que a política de integração europeia merece a parte considerável do nosso povo.

Então, o PSD e o PS não hesitam, toca de mudar de caras, toca de alterar o discurso e de trocar as palavras de ordem para disfarçar as verdadeiras políticas e as reais intenções.

A escolha de Eurico de Melo para cabeça de lista do PSD, a apresentação do candidato pelo próprio Cavaco Silva e as primeiras palavras do "senhor do Norte" em defesa da "Europa de pátrias" apresentam a verdadeira abertura do baile de máscaras com que os dois partidos do "consenso europeu" vão procurar desnortear o país até às eleições de Junho.

Lá diz Marcelo Rebelo de Sousa, (confirmando de dentro do partido do Governo, o que há muito se sabe): "o PSD tem um talento único na vida política portuguesa de ser e não ser ao mesmo tempo."

Ora o que é verdade é que o PSD é o grande responsável pelas piores consequências da integração que desabaram sobre o nosso país: Maastricht e as suas políticas de convergência nominal; a nova PAC e o desrespeito pelas especificidades da agricultura portuguesa; o abandono das pescas; as portas abertas às mercadorias e aos capitais espanhóis que imperam crescentemente sobre a economia nacional; a permanente docilidade e a sobserviência em relação a Bruxelas. É também o grande responsável pelo malbaratar os fundos comunitários que tem gerido sozinho, não para beneficiar o país, mas para contemplar lautamente as suas clientelas.

Agora é que Cavaco Silva se vem mostrar preocupado "com os senti-

mentos profundos da Nação portuguesa". Não se preocupou com esses sentimentos quando impôs (juntamente com o PS) a ratificação do Tratado da União Europeia, com as suas orientações federalistas e até recusou o referendo e o debate nacional amplamente participado, ambos defendidos pelo PCP.

O PS também entra na dança e com que sofreguidão!

Como internamente enfrenta grandes dificuldades com a elaboração da lista, começa por se disfarçar com o cartaz dos "socialistas europeus".

Mas quem é que pode acreditar que são pela Europa "que combate o desemprego" aqueles mesmos que se contam entre os principais responsáveis pelas políticas que o precipitaram? Desde logo por Maastricht à escala da comu-

*É que estão a aproximar-se as eleições para o Parlamento Europeu e é preciso escolher cabeças de lista, candidatos, discursos e propagandas que tenham alguma credibilidade perante o País.*

nidade e depois em cada país: em Espanha, a bater todos os recordes; em França, batidos nas eleições, quando os desempregados já ultrapassavam os três milhões. Até cá, avaliando as políticas de convergência nominal e não combatendo outras que conduziram ao colapso da economia.

Entretanto, como previmos na passada semana o PS experimenta outras complicadíssimas dificuldades em relação às "europeias". Os jornalistas que entrevistaram Guterres detectaram que estas constituem a sua obsessão no momento presente.

O PS é a única das grandes formações políticas que ainda não tem cabeça de lista para o Parlamento Europeu. Não está fácil encontrar a solução para o cabeça de lista nem para a composição da lista. Como o Secretário-Geral já admitiu fazer um referendo interno para, em face da abundância de pretendentes, escolher o candidato do PS às presidenciais, já há quem pergunte por que não faz o mesmo para escolher o cabeça de lista e a lista para as "europeias".

As declarações de Manuel Alegre do passado fim-de-semana, - nomeadamente a afirmação de que "o PS deveria

ter singularizado e diferenciado mais as suas posições, tanto em relação ao Governo como aos parceiros da Internacional Socialista" - mostram que a definição de uma orientação e de um discurso para a campanha para o Parlamento Europeu não é uma coisa muito fácil para o partido do Largo do Rato.

O PS é de todos os partidos portugueses o mais comprometido com as orientações federalistas e é também aquele onde as chamadas concepções "eurofuriosas" têm tido posições mais influentes, mesmo ao nível de chefia máxima. É por tudo isto um partido dificilmente governável em matéria comunitária.

As "europeias" vão constituir uma prova insofismável de que o PS não tem nesta matéria uma política alternativa à do PSD, nem qualquer estratégia nacional minimamente consistente para a integração.

As dificuldades que todos os outros partidos estão a experimentar quando se trata de submeter ao juízo do nosso povo a sua política para a União Europeia, dá uma grande força à posição consequente assumida pelo PCP desde o início do processo de integração e precisada em relação a cada uma das suas fases.

Enquanto os outros partidos renegam ou dissimulam posições passadas e disfarçam ou mascaram as posições presentes para não se isolarem dos sentimentos predominantes do país, o PCP vê-se cada vez mais acompanhado nas suas reservas, preocupações, advertências e posições. É que estas têm sido no essencial confirmadas pela vida.

A valorização do papel dos comunistas face à integração do nosso país nas comunidades europeias resulta crescentemente das decepções e das grandes dificuldades que o nosso povo enfrenta.

São por isso muito favoráveis as condições para que esse papel seja reconhecido nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Como salientou Álvaro Cunhal, no passado domingo, no Porto, "ninguém melhor que os comunistas assegura no Parlamento Europeu a defesa dos interesses portugueses, da economia nacional, dos trabalhadores, dos agricultores, pescadores, assim como da independência e da soberania nacionais postas em causa pela União Europeia".

É necessário, no entanto, fazer uma intensa campanha de esclarecimento que faça cair as máscaras e os disfarces e exponha à condenação pública as desastrosas políticas de integração europeia seguidas pelo PSD e o PS.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lz. 227 - 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;  
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## Cavaquear, monitorar...

Vasco Graça Moura continua a cavaquear todos os domingos no «Diário de Notícias», cumprindo esforçadamente a tarefa de revelar, a cada semana que passa, novas qualidades e méritos do Chefe e da maioria em que este se estriba.

VGM discorre apaixonadamente sobre o Chefe e a sua política. E, na verdade, tamanho enlevo na apreciação da figura do Chefe e da política que Ele executa só pode entender-se à luz de avassaladora paixão ou coisa assim.

É certo que havia uma falha para a qual o sempre atento VGM de há muito vinha alertando. Mas, felizmente, foi ouvido e, na última sexta-feira, pôde concluir, na sequência da enunciação de uma série de exemplos demolidores que, finalmente, «a maioria surge assim em grande forma a monitorar a cena política...». Resolvido deste jeito o

enorme problema da monitorização da cena política, nada mais resta para resolver.

E se VGM, do alto da sua incontestada autoridade analítica, nos garante, tão papista como o Papa, que, neste jardim da Europa à beira-mar plantado, tudo corre sobre oleadas rodas... é porque assim é, sem dúvida. E se VGM, a partir de uma análise obviamente profunda, objectiva e rigorosa da realidade nacional, nos assegura, mais papista que o Papa, que, neste paradisíaco oásis situado no imenso e árido deserto que é a Europa (e o Mundo), vivemos no melhor dos mundos... quem ousa duvidar da panglóssica asserção?

Baixa de salários, desemprego, precariedade de emprego, trabalho infantil, violação dos direitos dos trabalhadores? —

Propaganda, responde VGM. Propaganda das forças de bloqueio que nem sequer são capazes de ver a maioria a «monitorar a cena política»?

Crise económica, falências e encerramento de empresas, destruição do aparelho produtivo, a agricultura de rastos? — Cegos, ceguinhos, dispara VGM, então não vêm «a maioria a monitorar a cena política».

Atropelos à democracia política, aos direitos e garantias dos cidadãos? — Imbecis, vocifera VGM. Andar a maioria a «monitorar a cena política» é o mesmo que dar pérolas a porcos.

Corrupção, compadrio, nepotismo, negociatas? — Irra, que é de mais, irrita-se VGM, que acrescente peremptório: Se não se calam não monitoramos mais.

VGM, consciente de que uma mentira devidamente monitorizada se transforma em verdade universal, não admite dúvidas sobre as superiores capacidades do chefe. Sabemo-lo todos os que lemos semanalmente o insigne cronista, sabe-o o Chefe, ele próprio. Garantem-me fontes dignas de todo o crédito que, todas as manhãs, algumas na cidade, se trava entre os dois o diálogo que se segue:

Chefe: Diz-me, Vasco meu, há no País alguém maior, melhor e mais bonito do que eu?

VGM: (extasiado, entornando-se aos pés do Chefe): Não, meu senhor, vós sois o maior, o melhor, o mais belo, o mais profundo... no País e no Mundo.

Chefe: Visto isso, vamos lá monitorar mais um bocado.

■ José Casanova

## Concertos de música celestial

Antes de os nossos olhos o descobrirem plantado para aí numa qualquer rotunda ou cruzamento, o «Expresso» fez-nos o grande favor de nos mostrar o primeiro de uma série de placards publicitários lançados pelo Partido dos Socialistas Europeus com vista às eleições para o Parlamento Europeu.

Nele, uma mulher jovem, com uma expressão de inquietação q.b. combinada com um olhar de determinação e confiança, proclama que «A MINHA EUROPA é a que combate o desemprego», enquanto, por sua vez, os «socialistas europeus» juram que querem uma «UMA EUROPA para as pessoas».

Tal como o Manifesto programático já divulgado por aquela estrutura supranacional em que o PS português disciplinadamente se integra, esta série de placards corresponde à concretização de toda uma estratégia de descarada simulação, de inexcedível demagogia e de requintada maquilhagem política.

Trata-se, com efeito, da aturada aplicação da primeira das duas grandes recomendações elaboradas por um especialista - Philip Gould - e aprovada no Verão do ano passado pelo grupo de trabalho dedicado à campanha deste ano que, por alguma razão, proclamava a necessidade de «evitar uma identificação demasiado estreita dos

socialistas e sociais-democratas europeus com a CE na sua actual situação», embora advertindo também para a necessidade de «ter em conta que os partidos do PSE na oposição terão menos dificuldade em distanciar-se das políticas da CE que os que estão no poder no plano nacional».

O grande objectivo é fazer esquecer, a golpes de marketing, que os socialistas europeus - o maior grupo no Parlamento Europeu - são cúmplices acti-

vos de todas as orientações essenciais imprimidas à actual «construção europeia» e que estão na origem dos mais graves problemas sociais que nela emergem, com destaque para o desemprego. O grande objectivo é fazer de conta que o Presidente da poderosa Comissão Europeia - J. Delors - não é um socialista francês, que os socialistas franceses e italianos não tiveram destacadas responsabilidades governativas em toda a década de 80, que Felipe Gonzalez não governa há muito a Espanha, que o recém-regressado Papandreou, amarfanhando catadupas de promessas eleitorais, não está já aplicando uma política anti-social draconiana. O grande objectivo é fazer crer que os partidos socialistas que trataram como antieuropeus e passadistas todos os milhões de pessoas que se pronunciaram ou votaram contra Maastricht são, afinal, pela «Europa das pessoas».

Com os malabarismos verbais de Eurico de Melo a chorar pela estado da «economia real» e a empunhar a bandeira da «Europa das Pátrias» e com o PS a bater-se apaixonadamente pela Europa que «combate o desemprego» - anunciam-se pois inesquecíveis concertos de música celestial não previstos no programa de Lisboa/94.

Ou seja, se tudo dependesse apenas da vontade do PSD e do PS, duas coisas seriam absolutamente certas: a primeira é que todas as preocupações justas e aspirações generosas encontrariam uma grande fartura de pais e mães; a segunda é que as culpas e responsabilidades ficariam irremediavelmente órfãs.

■ Vitor Dias

**Toda uma estratégia de descarada simulação, de inexcedível demagogia e de requintada maquilhagem política**

## A penhora

Sobe o pano.

Apresentador: Temos para vos apresentar uma farsa em três cenas curtas, com cinco personagens e um epílogo edificante. Qualquer semelhança com o real é pura coincidência.

Primeira cena:

Ministro: Você vai lá e penhora...

Fiscal: O estádio?!

Ministro: Sim, homem, o estádio.

Fiscal: E a retrete do árbitro?

Ministro (taxativo): Tudo! (e à parte) Não é para executar...

Segunda cena:

Fiscal (lê um auto): ... e entregues à penhora e estádio, a retrete do árbitro...

Presidente (indignado): Não pagamos! Não pagamos!

Adepto azul (interpondo-se): É uma provocação!

Fiscal (desculpando-se): São ordens...

Presidente: Assim não! Primeiro levantem a penhora!

Major (aproxima-se): Aqui há gato; como diz o Jardim ou o fiscal é incompetente ou aqui a mando das forças de bloqueio...

Chegados aqui, é você que decide. Ligue para o 506, se telefonar de Lisboa e do Porto,

ou o 0670, do resto do país, e marque o 13 26 37 se acha que sim, que o governo deve perdoar as dívidas dos clubes; e marque o 13 26 40 se entende que não, que o governo não deve perdoar as dívidas dos clubes. Por cada três segundos você paga 10\$70 que revertem para o buraco do Orçamento do Estado.

Sim, o governo deve perdoar as dívidas. Veja a:

Terceira cena

Ministro (eleva a voz): O que o senhor foi fazer!

Fiscal (estupefacto): Quem, eu?!

Ministro (soletra): Demitido! Rua! (baixo) Isto é obra das forças de bloqueio...

Major (reentra em cena e ri-se): Eu bem dizia!

Não, o governo não deve pagar as dívidas dos clubes. Veja a:

Terceira cena

Ministro (dramático): Quem deve, paga!

Major (persuasivo): Mas os clubes...

Ministro (concentrando-se no fiscal, berra): O que o senhor foi fazer!

Fiscal (estupefacto): Quem, eu?!

Ministro (soletra): Demitido! Rua!

Major (repete, persuasivo): Mas os clubes...

Ministro: Vamos já resolver o problema. Vou falar ao Jardim, nas verbas do governo regional, e também ao Lopes - a Torloni voltou para o Brasil e na secretaria ficaram uns cobres disponíveis...

Major (satisfeitíssimo): Muito obrigado. Eu bem dizia!

Epílogo:

Apresentador (pedagógico): Vejam bem. As empresas devem mais de trezentos milhões de contos à segurança social. No ano passado as fugas aos impostos foram da ordem das centenas de milhões de contos.

Um ex-membro do governo foi condenado a uma pena pesada e o irmão de uma ex-ministra, também. O país está inundado de facturas falsas e a gestão dos fundos comunitários é o que se sabe. Para "moralizar" temos, agora, um estádio e uma retrete penhorados...

"Algo está podre no reino da Dinamarca". Até quando?

(Cai o pano, rapidíssimo)

■ Edgar Correia

## CAPITULAÇÃO

Na madrugada do dia 28 de Fevereiro, a NATO desencadeou uma operação militar nos céus da Bósnia. A primeira desde a sua fundação em 1946. Logicamente também a primeira fora da área de intervenção consignada no Tratado. A primeira sob a cobertura das Nações Unidas. Trata-se de um acontecimento

que se impõe aqui registar já que ele representa um novo e gravíssimo passo no processo de configuração de uma "nova ordem" mundial tutelada pelos EUA, legitimada por uma completa subversão dos princípios e objectivos da ONU e apoiada na força militar da NATO.

Entretanto não faltam na nossa praça apologistas deste processo. Uns por frios cálculos de natureza "geoestratégica", outros em nome de inquestionáveis princípios "morais" de que os EUA e a NATO seriam afinal os melhores guardiões. Um artigo do M.S.T., publicado no "Público" de 11 de Março, é exemplar da apologia da política intervencionista do imperialismo norte-americano a partir de posições "morais". No Golfo (onde "resolveram o problema de forma exemplar"), na Somália (onde "há três meses que não morre um capacete azul... nem um civil morre de fome") e agora na Bósnia (onde "forçaram a NATO e a ONU a fazer, finalmente, qualquer coisa"), são os EUA que dão o bom exemplo em contraste com o que designa de "tentações capitulacionistas" ou mesmo de "cobardia" da Europa Ocidental.

Mas quem são os "capitulacionistas"? É particularmente grave e inquietante que M.S.T., que sabe bem do que fala, se erga contra "tantos intelectuais que se revoltam hoje contra a "ditadura das imagens" e defenda assim a escandalosa manipulação mediática que tem acompanhado o intervencionismo imperialista. Quanto à "tentação capitulacionista da Europa Ocidental", certamente que M.S.T. não desconhece os processos de militarização em que estão empenhadas grandes potências europeias (a começar pela Alemanha) e a própria Comunidade Europeia; acha pouco?, quer que a "Europa Ocidental" alinhe incondicionalmente com a estratégia hegemónica dos EUA?, ou quer as duas coisas ao mesmo tempo? Seja como for é difícil ir mais longe na defesa da estratégia agressiva dos EUA e na apologia da intervenção militar imperialista nos assuntos internos de povos e países soberanos. Tudo isto naturalmente em nome da "moral", para pôr cobro a "situações que são um insulto à condição humana", criteriosamente seleccionadas e tratadas pelos grandes "media" em função dos objectivos a atingir.

Mas será que M.S.T. acredita no que escreve? Será que acredita realmente que as grandes potências se movem por razões "humanitárias" ou, pelo contrário, em função de objectivos económicos e geoestratégicos bem cínicos e egoístas correspondendo aos interesses das grandes transnacionais em competição por esferas de influência e de domínio? "...torna-se necessário que, onde a diplomacia falhou e o recurso à força pode resultar, a comunidade internacional não hesite em intervir. Chame-se a isto "direito de ingerência humanitária" ou chame-se outra coisa qualquer..." diz M.S.T. no seu artigo. Pela minha parte é melhor chamar-lhe "outra coisa qualquer". Talvez "imperialismo dos direitos humanos" para citar o bem mais realista (ou sincero) artigo de J.A. Loureiro dos Santos do "D.N." de 28 de Fevereiro. Não há dúvida: este artigo representa uma vergonhosa capitulação moral perante a estratégia imperialista dos EUA.

A.N.



# Por uma forte e expressiva manifestação

## Nota da Comissão Política do PCP

A Comissão Política do PCP, na sua reunião do dia 14 de Março, dedicou particular atenção a questões relacionadas com o processo das eleições para o Parlamento Europeu e à situação económica e social.

**1.** Ao aproximarem-se as eleições para o Parlamento europeu, é evidente a tendência para alguns partidos procurarem esconder, por razões de estrito oportunismo eleitoral, as posições que têm assumido ao longo dos anos.

O PSD assume agora, nomeadamente pela voz do seu cabeça de lista, uma postura antifederal e de defesa dos interesses nacionais, quando é sabido que tem alinhado em posições de cariz federalista e assumido posições de abdicação em questões essenciais como é o caso da nova Política Agrícola Comum e da venda por um prato de lentilhas, quer do período de transição para a agricultura, quer para os têxteis em relação ao Acordo do GATT.

É de prever, igualmente por parte do PSD, a encenação de preocupações com problemas sociais que na prática nunca demonstrou, tendo antes colaborado abertamente na sistemática preterição das políticas sociais que tem caracterizado a acção da Comunidade Europeia.

O PS que, tal como o PSD, aprovou Maastricht e as suas políticas de convergência nominal que conduzem ao aumento do desemprego, arvora-se actualmente em campeão da luta pelo emprego.

Cumprindo à letra as orientações para a campanha eleitoral do "Partido Socialista Europeu" tenta demarcar-se agora das políticas comunitárias e das políticas nacionais delas decorrentes.

Quanto às teses federalistas que tão empenhadamente tem vindo a defender, é manifesto que procura metê-las na gaveta até ao dia das eleições.

O PCP, pelo seu lado, manterá uma inteira coerência com as posições que tem adoptado, baseadas na defesa de uma Europa de cooperação entre nações livres e iguais, na recusa da submissão de Portugal a um directorio de grandes potências, na defesa dos interesses dos trabalhadores e dos povos, na defesa da igualização no progresso das condições de vida e trabalho, na luta pela coesão económica e social, na correcção de assimetrias regionais e contra o desmantelamento do aparelho produtivo nacional.

O PCP é a favor do alargamento da União Europeia, quer em relação à Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega, quer em relação à Europa de Leste, se essa for a vontade dos respectivos povos e se forem acautelados aspectos essenciais, em particular, os interesses dos pequenos países e os níveis de financiamento a Portugal.

**2.** No que se refere à evolução da situação económica nacional, tem-se verificado que não existem sinais evidentes de recuperação da recessão em que a econo-



mia portuguesa foi lançada desde o último trimestre de 1992. Designadamente, mantêm-se as perspectivas depressivas no investimento, e aparentes sinais de alguma recuperação nas exportações não são suficientes para compensar o decrescimento da produção nacional para o mercado interno - quer por efeito da perda de poder de compra dos salários, quer pela crescente substituição da produção nacional por produtos importados.

Aliás, o contínuo aumento do desemprego é um espelho indelével da persistência da crise económica no nosso país.

Esta situação de facto, mostra que o discurso do actual ministro das Finanças, visando aparentemente criticar a acção política do ex-ministro Braga de Macedo, não tem afinal correspondência na alteração, no essencial, da política económica e financeira conduzida pelo Governo.

Mantêm-se, designadamente os objectivos prioritários da baixa da inflação a todo o custo e da manutenção da paridade cambial, impedindo a baixa significativa das taxas de juro reais do crédito bancário concedido à

generalidade das empresas. Tal como se mantêm margens de intermediação bancária excessivamente elevadas e parasitárias, só possíveis por uma acção "concertada" do sistema bancário, sem que o Governo intervenha para contrariar e impedir essa actuação inaceitável e prejudicial à economia portuguesa.

Mantêm-se, ainda, o fundamentalismo governamental visando a privatização e desnacionalização da economia portuguesa.

Isto é, mudam os ministros das Finanças mas mantêm-se inalterada a política económica e financeira do Governo, apesar dos efeitos nefastos

que tem para o País, porque o primeiro e principal responsável por essa política foi e continua a ser o primeiro-ministro Cavaco Silva.

**3.** Estas considerações assumem uma importância ainda mais relevante se se tiver em conta que o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para 1994/99 vão mobilizar para investimento no País, durante aquele período, 5,8 mil milhões de contos (cerca de 2,7 milhões de contos/dia) dos quais 45% serão financiados por recursos nacionais.

## Carvalhas em Sintra

# Marketing político não altera

«A diversão, a venda de ilusões e a cultura de oposição dentro de si mesmo» são os três grandes eixos em que cada vez mais assenta a intervenção e a propaganda do PSD, afirmou Carlos Carvalhas, no passado sábado em Sintra/Mem Martins, no decorrer de um almoço comemorativo do 73º aniversário do PCP, em que participaram mais de 250 pessoas.

Acusando o PSD de prosseguir «sem grandes desvios a política de clientelismo e o seu objectivo estratégico, a restauração do capitalismo monopolista», Carvalhas acrescentou:

«A diversão é uma tónica clara a que o PSD recorre, directa ou indirectamente, pelo empolamento de factos acessórios, através dos média que lhe são afectos, sempre que as questões se complicam, sempre que vem ao de cima com mais força o descontentamento.

«Os discursos do Pontal, os temas da revisão constitucional, são exemplos claros dessas manobras. O lançamento extemporâneo do tema das presidenciais e dos candidatos e a sua ampliação artificial é outro exemplo, pois serve objectivamente para desviar as atenções dos reais problemas que hoje atingem e afligem os portugueses: o desemprego, a angústia de perder o emprego, o agravamento do nível de vida de milhares e milhares de famílias. E quanto às presidenciais, é uma evidência que qualquer candidato democrático para ganhar precisará dos votos dos comunistas e dos seus aliados da CDU.

### Venda de ilusões

«Um outro eixo, agora muito vincado é o da venda de promessas e ilusões.

«Este eixo de propaganda procura sobretudo fazer crer que o pior já passou, que já se vêem sinais de recuperação, que vêm aí as "vacas gordas"!

«Este é o discurso dito e repetido pelo Primeiro-Ministro e pelos diversos membros do Governo, e que assenta também na propaganda dos fundos estruturais do novo Quadro Comunitário de Apoio que já vai no terceiro episódio: a aprovação em Bruxelas; a apresentação de projectos no Centro Cultural de Belém; o episódio de nova assinatura de aprovação em Lisboa com a presença de Bruce Milan! Mas o que o 1º Quadro Comunitário de Apoio mostrou foi que os fundos pouco resolvem se são moeda de troca para a abertura do nosso mercado e a liquidação do essencial do nosso aparelho produtivo, como tem acontecido e como está a acontecer.

«Procura-se no entanto dar a ilusão, com a propaganda dos "milhões", que agora sim, que agora é que vamos entrar na estrada do progresso que nos há-de levar a apanhar o "pelotão da frente"... É para que a mentira cole, o Primeiro-Ministro até vai dizendo que prevê para este ano um crescimento de 1% do PIB, esquecendo-se de lembrar que em 1993, contrariamente ao que o Governo afirmou, e segundo as mais recentes estimativas, o Produto (PIB) deverá ter diminuído cerca de 2% pelo que o tal crescimento de 1%, partindo de uma base tão baixa, não tem qualquer significado...

### Oposição e folclore

«O terceiro grande eixo é o que assenta na cultura da oposição e que está estreitamente ligado aos dois primeiros. É geralmente a postura da JSD, que apoiando de facto o Governo, faz para os jovens um discurso de "oposição" às propinas, é o caso de sindicalistas do PSD na UGT em relação à política de salários, ou de alguns parlamentares europeus (Pimenta...) em relação ao federalismo e ao ambiente... A escolha de Eurico de Melo ao Parlamento Europeu enquadra-se também neste eixo.

«Cultura de oposição que inclui também a técnica de procurar assacar as culpas de tais ou tais medidas ou políticas não ao Gover-

no no seu conjunto e ao Primeiro-Ministro em primeiro lugar, mas a tal ou tal ministro, a tal ou tal membro do PSD. É seguindo esta técnica que o actual Ministro da Economia é apresentado como o homem da economia real, em "oposição" a Braga de Macedo e aos anteriores ministros que seguiram uma política desastrosa... Como se o Primeiro-Ministro não soubesse, estivesse distraído ou nada tivesse a ver com a política económica, financeira e social dos anteriores ministros. Aliás, todos os novos membros do Governo e em especial os da economia são sempre apresentados como "novos santos milagreiros".

«No entanto, como a política nos seus objectivos essenciais e no plano estratégico é a mesma, estes acabam por se queimar e serem substituídos para salvarem a imagem do chefe...

«Mas fora o folclore, quais foram as principais medidas do actual ministro? Começou por entregar 45 milhões de contos aos Melos por terrenos de que estes disporão por mais três anos e de valia mais que duvidosa. Mantém a contratação colectiva bloqueada e a chantagem sobre os trabalhadores da Administração Pública. Continua de olhos fechados face à pobreza e ao trabalho infantil. Faz de conta que as posições do Banesto no Totta são legais e naturais, tal como as da Centralcer...

«E para contentamento do grande capital prometeu apresentar um novo "pacote laboral" e relançar a especulação bolsista com a alienação do património público a preços de saldo - uma privatização por mês. As empresas públicas podiam ter um papel essencial no relançamento da economia. A sua compra retira capitais do investimento produtivo, criador de empregos, e no fim são a imensa maioria dos assalariados que suportam os custos e as consequências desta transferência de milhões do património nacional subavaliado para o sector privado. Mas para o Governo o que conta é a concentração da riqueza, o negociamento e o clientelismo e o marketing político! Diz-se que está a baixar as taxas de juro, mas estas já seguiam neste sentido antes do actual ministro tomar posse e era insustentável continuar com a política do dinheiro caro.



# de descontentamento

O Quadro Comunitário de Apoio, que vai condicionar o próximo futuro do País e vigorar para além da Legislatura em curso, exigia um largo debate nacional sobre as opções estratégicas de desenvolvimento para o País que o Governo PSD impediu, não tendo promovido a participação efectiva das organizações representativas da vida económica, social e cultural do País nem as autarquias locais.

A estratégia definida no PDR e no QCA, da exclusiva responsabilidade do PSD, traduz-se em opções que estão longe de corresponder às necessidades de desenvolvimento e progresso social do País.

A aposta que o Governo anunciou fazer nos recursos humanos e na investigação, áreas estratégicas para o futuro colectivo dos portugueses, é desmentida pelos próprios números: do 1º para o 2º QCA as verbas afectadas à educação, à ciência e tecnologia e à formação profissional e emprego desceram de 21,3% para 13,9%.

Apesar da quase duplicação de verbas, o 2º QCA, para 94-99, apenas propõe criar um número de empregos pouco superior ao anterior e correspondente a menos de 1/3 dos novos desempregados gerados pela política do PSD só nos últimos doze meses.

Um pleno aproveitamento do esforço de investimento previsto no QCA é incompatível com a política de destruição do aparelho produtivo que o PSD tem prosseguido e exige o abandono das políticas e dos critérios inscritos no Tratado de Maastricht aprovado pelo PS e pelo PSD.

Por isto tudo, o PSD opta por uma gestão clientelar e partidária dos fundos comunitários com a administração e acompanhamento do QCA completamente governamentalizada, à excepção de uma limitada participação das autarquias locais nos Programas Operacionais correspondente somente a 12% do total do investimento previsto.

O PCP acusa o PSD de fazer dos fundos estruturais moeda de troca para a entrega do nosso mercado interno, sector agrícola e boa parte do nosso aparelho produtivo e de desbaratar o potencial de investimento disponibilizado no QCA optando por uma estratégia ao serviço dos grandes interesses económicos e, em particular das transnacionais, acentuando a litoralização do País, agravando as assimetrias regionais e não promovendo um investimento produtivo que altere o perfil de

especialização da economia portuguesa, que gere emprego estável e garanta melhores condições de vida para os portugueses.

**4.** A Comissão Política concluiu persistir uma grave situação social, chamando a atenção para o acelerado crescimento do aumento do desemprego, problema que o Governo teima em minimizar.

Só a luta determinada dos trabalhadores tem impedido a consumação célere de grandes despedimentos em grandes empresas e sectores. Mas os perigos, as ameaças e as chantagens com os trabalhadores mantêm-se, nomeadamente na Indústria Naval, na Siderurgia, nos Transportes, na Metalomecânica, na Energia e nas Comunicações.

Continua o bloqueio às negociações dos principais contratos colectivos, para além da imposição administrativa de aumentos que se traduzem na redução dos salários reais, designadamente na Administração Pública, nos Transportes e no Sector Empresarial do Estado, em conformidade com a orientação do Governo do PSD. Neste quadro, a Comissão Política do PCP considera que sendo insubstituível a luta concreta em cada empresa e sector concretos, a jornada de luta do dia 24 de Março poderá constituir uma forte e expressiva manifestação do descontentamento, do protesto e da luta dos trabalhadores em defesa dos seus salários, contra o desemprego e pela segurança dos seus postos de trabalho, pelos seus direitos individuais e colectivos no plano laboral e social, designadamente o direito à saúde e à segurança social. O aviso dos trabalhadores no dia 24 de Março envolve a responsabilização do Governo do PSD no processo de destruição do aparelho produtivo, nas ameaças que mantêm em proceder ou incentivar despedimentos, na insistência em avançar com as gravosas alterações às leis do trabalho que estavam consubstanciadas no falhado Acordo Social. A Comissão Política do PCP saúda a iniciativa da CGTP, apelando aos militantes comunistas e a todos os trabalhadores para que participem activamente nas paralisações, plenários, concentrações e acções de rua, dando assim uma nova dimensão à luta por melhores condições de vida e de trabalho, inseparável da luta por uma nova política.



## A festa de aniversário no comício do Porto

Festa, alegria e entusiasmo marcaram o grande comício comemorativo do 73º aniversário do PCP, realizado domingo passado, no mercado Ferreira Borges, no Porto, com a presença de Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP.

Num ambiente de festa, de alegria e entusiasmo contagiantes, onde a juventude se fazia notar pela sua saudável irreverência, os apresentadores Carlos Ferreira e Paula Marques fizeram a abertura do comício com uma saudação ao aniversário do Partido, introduzindo de seguida o artista José Gonçalves que entusiasmou os presentes com as suas canções, algumas bem conhecidas e queridas dos comunistas e de todos os trabalhadores.

Seguiu-se uma projecção de videowall que evocou a figura de combatente e de comunista de Ary dos Santos, os 20 anos do 25 de Abril e o 73º aniversário do PCP. Durante a projecção ouviram-se os acordes de «Grândola, Vila Morena» que todos cantaram em uníssono.

Deu-se então início ao comício com a chamada para o palco de representantes de célula da Siderurgias Nacional, Comanor, STCP, TLP, CTT, EDP, CP, professores, médicos, enfermeiros e

quadros técnicos, das comissões concelhias do PCP, uma delegação da JCP, membros dos organismos de direcção da Organização regional do Porto, da DORP e do Conselho Regional e o presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal.

Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política, foi o primeiro orador começando por referir os enormes problemas que afectam o distrito, tais como o desemprego, salários em atraso e o trabalho precário, particularmente graves no sector têxtil, indústrias metalúrgicas, química e alimentar, e que afectam igualmente as pescas, indústrias conserveiras e a agricultura.

As lutas dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres e dos reformados contra a política do Governo de Cavaco Silva deram a tónica à intervenção de Ana Maria Mesquita, da DORP.

Pela JCP, interveio Eva Maria Silva que acusou o Governo de proteger o ensino privado em detrimento do ensino público, condenou ao aumento de propinas, salientando, por outro lado, que os jovens trabalhadores são confrontados com os contratos a prazo, à tarefa ou com o famoso «recibo verde». Esta jovem comunista sublinhou ainda o reforço da JCP, a qual aderiram, no último ano, mais de mil jovens.

A encerrar o comício, tomou a palavra o presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, cuja intervenção pode ser lida nas páginas 20, 21 e 22 desta edição.



Álvaro Cunhal esteve também no distrito de Viana do Castelo, onde participou no sábado, num jantar de aniversário promovido pela DORVIC. Na iniciativa estiveram mais de 120 pessoas e para além do presidente do Conselho Nacional do PCP, usaram da palavra Armando Vale, da Comissão Concelhia de Viana, e Branca Carvalho, da DORVIC

# realidade

«Agora para efeito espectáculo e de diversão lançou a operação «fisco-clubes de futebol», enquanto as grandes evasões ao fisco continuam a passar ao lado. Foi uma operação «faz de conta» que já engasgou o Primeiro-Ministro em Londres, desindigitou o indigitado director-geral e mostrou que a «operação de leão» para trabalhadores verem que se ia dar combate à evasão e fraude fiscais teve também aqui «saídas de conselheiro»...

«Só que tais manobras de marketing político não alteram a realidade. Trezentos e vinte mil novos desempregados nos últimos 12 meses, inscritos nos Centros de Emprego, falam por si. E infelizmente a situação social não vai melhorar e a estrutura da nossa economia não modificou as suas debilidades.

«Com esta política vamos ter mais desemprego, mais reformas antecipadas, mais precarização no emprego, mais negocismo e domínio de capital estrangeiro. E neste quadro, não serão de estranhar que se venham a multiplicar os fenómenos de corrupção.

«É preciso que se tenha em conta que o emprego é a questão central da luta contra a exclusão social. Pela nossa parte tudo faremos para evitar que esta política continue a criar mais dificuldades aos portugueses, a alimentar a engrenagem do desemprego massivo e a angústia daqueles que vivem a terrível situação de não saberem como vai ser o dia de amanhã, o seu, o das suas famílias e o dos seus filhos.

«O trabalho tem que ser considerado como uma actividade social. É dando trabalho que a nossa economia se relançará. O trabalho não pode ser encarado como um mero encargo, mas como base de toda a riqueza e progresso social, o motor de toda a eficácia económica.

«Nós combateremos com todas as nossas forças a política que visa esmagar os salários e o poder de compra, nomeadamente das camadas mais desfavorecidas, e destruir as barreiras que os trabalhadores e a sociedade conseguiram erigir para limitar a «lei do mais forte», para limitar a lei da selva» (...)



Luís Sá, em Viseu

## «O PCP nunca virou a cara»

Luís Sá, membro da Comissão Política e cabeça de lista ao Parlamento Europeu, participou no passado domingo num almoço comemorativo do 73º aniversário do PCP, promovido em Viseu pela DORV.

Falando para perto de centena e meia de camaradas e amigos, Luís Sá referiu-se aos longos anos de resistência antifascista protagonizada pelo PCP, afirmando que a razão pela qual o Partido nunca se dissolveu nem nunca virou a cara à luta reside no facto de ter sido «criado pelos próprios trabalhadores, pelo próprio povo que compreendeu que os sindicatos eram importantes, que as organizações populares eram importantes, mas que era preciso um partido com um projecto global de futuro para uma sociedade diferente, que pusesse fim à exploração, garantisse a liberdade e uma democracia profunda».

Francisco Almeida, da DORV, que também usou da palavra na ocasião recordou a «histórica reunião realizada a 6 de Março de 1921, na Associação dos Empregados de Escritório de Lisboa, que decidiu a criação do PCP» sublinhando o papel insubstituível no combate pela liberdade e pela democracia.

Na sua intervenção, chamou também a atenção para as consequências desastrosas que a política do PSD teve no distrito apelando à participação nas próximas iniciativas do Partido, em particular, no trabalho de preparação da 3ª Assembleia da Organização Regional de Viseu que terá lugar em breve.

Durante o almoço, Afonso Manuel teve ainda oportunidade para ler uma saudação dos jovens comunistas ao aniversário do Partido, e anunciar a adesão à JCP/Viseu de mais 13 jovens, nas duas últimas semanas.



# Assembleia em Águeda constata agravamento social

**Encerramentos de empresas, aumento do desemprego, instabilidade, salários em atraso, agricultores arruinados são alguns traços da situação económica e social no concelho de Águeda, onde, no passado sábado, reuniu a assembleia concelhia do PCP.**

A Assembleia concluiu que a crise económica se faz sentir com particular incidência em importantes sectores de actividade, caso dos têxteis, ferragens, duas rodas, cerâmico, função pública e agricultura, considerando que «este agravamento decorre da crise geral do capita-

lismo, da política ruinosa do Governo PSD e das consequências da entrada de Portugal na CEE».

Os comunistas de Águeda assinalaram entretanto as importantes lutas dos trabalhadores «apesar das dificuldades criadas pelo patronato e pelo partido no

poder», caso dos sectores têxtil e das duas rodas.

No plano autárquico, a assembleia sublinhou o reforço da votação da CDU: «em números absolutos e em percentagem (mais 2,2 por cento), continuando a ter uma intervenção importante no poder local ao nível da Assembleia Municipal, da Junta e Assembleia de Freguesia de Águeda, e das assembleias de freguesia de Trofa e do Préstimo».

Quanto à organização do Partido, o facto de «nos últimos anos Águeda ter deixado de ter um quadro a tempo inteiro a coordenar o trabalho concelhio teve reflexos importantes e contraditórios. Por um lado registou-se uma maior responsabilização dos quadros, sendo de destacar o trabalho desenvolvido nas últimas eleições para a Assembleia da República e para as autarquias locais. Por outro lado, teve consequências negativas no conjunto da organização, como reflecte o baixo número de camaradas a pagarem quotas e a pouca divulgação da imprensa do Partido».

A Assembleia, que elegeu uma nova Comissão Concelhia e aprovou um documento com

orientações de trabalho, concluiu que a existência de «um camarada com maior disponibilidade para coordenar e acompanhar a organização concelhia significa um avanço considerável na resolução de muitas das actuais deficiências».

No final da assembleia, decorreu um jantar-convívio que contou com a presença de Luís Sá, da Comissão Política e cabeça de lista ao Parlamento Europeu.

## 4ª Assembleia em Ovar

Também os comunistas de Ovar realizaram no passado dia 5 de Março, a sua 4ª Assembleia Concelhia, que decorreu sob o lema «O PCP mais forte e interveniente num concelho melhor».

Os trabalhos contaram com a participação de Sérgio Teixeira, da Comissão Política, que encerrou a assembleia salientando os aspectos mais relevantes do actual momento político e as tarefas fundamentais do Partido, após o que se seguiu um Porto de Honra para assinalar o aniversário do PCP.

A assembleia procedeu ao balanço da actividade desenvolvida, elegeu a Comissão Concelhia e aprovou uma resolução política que consagra um conjunto de medidas e orientações tendentes a melhorar a ligação e a intervenção do PCP junto da população do concelho.

Os presentes deram particular atenção ao agravamento da situação social, salientando o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, a repressão e as discriminações salariais e profissionais que se generali-

zam por todo o concelho de Ovar.

O atraso que se verifica na resolução de vários problemas locais foi igualmente debatido, com destaque para a defesa da costa, rede de águas e saneamento, habitação social, ambiente entre outras questões, que «exigem respostas prontas e eficazes e não a crescente demagogia com visitas sucessivas de mera propaganda e repetidos processos de intervenção das entidades responsáveis, mas sem qualquer concretização prática».

## Sérgio Teixeira na Lousã «Temos um património ímpar»

Referindo-se aos 73 anos do PCP aos 20 anos de Abril, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, que falava num almoço realizado na Lousã, afirmou que «somos um partido com um património político, histórico e revolucionário ímpar na sociedade portuguesa, sem o qual o derrube do fascismo, a conquista da liberdade e as transformações verificadas com a revolução de Abril não teriam sido possíveis e para as quais os comunistas e o seu partido se orgulham de ter contribuído».

Sérgio Teixeira sublinhou que actualmente «não há alternativa ao PSD sem o PCP» e indicou que «os múltiplos protestos e as acções de luta dos trabalhadores em todo o País são a demonstração clara da urgente necessidade de uma outra política e de um outro Governo para Portugal. O Governo e o PSD não podem continuar a usar o Estado para

servirem os seus interesses e as suas clientelas», frisou.

Aquele dirigente comunista debruçou-se ainda longamente sobre as eleições para o Parlamento Europeu esclarecendo que «defendemos uma Europa que respeita os direitos adquiridos, com uma efectiva coesão económica e social e constituída por nações soberanas».

Por outro lado, disse, «rejeitamos uma Europa dos banqueiros, de 18 milhões de desempregados, de 51 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza, de 4 milhões de sem abrigo».

Depois de criticar tanto o PSD como o PS por ambos os partidos terem recusado realizar um referendo sobre Maastricht, Sérgio Teixeira finalizou afirmando que o PCP e a CDU se apresentam a estas eleições de «cabeça levantada, conscientes de sempre terem defendido os legítimos interesses do seu País».

## Imprensa do Partido em Alhos Vedros

A imprensa do Partido foi o tema de um debate realizado no passado sábado no centro de trabalho do PCP de Alhos Vedros, no concelho da Moita, que contou com a presença do deputado comunista Paulo Rodrigues.

Várias intervenções recordaram o papel desempenhado pela imprensa do Partido durante luta clandestina contra o regime fascista e contra a censura, tendo sido abordado o actual panorama da informação em Portugal, onde o «Avante!» desempenha um papel único como órgão central do PCP e como o grande jornal de esquerda.

Os participantes concluíram que «na era do audiovisual, o telespectador é cada vez mais um consumidor, não de bons programas, mas de vedetas e de estrelas que são os apresentadores». Foi sublinhado que «há uma banalização dos meios e a informação é tratada como uma mercadoria», notando-se, por outro lado, que os órgãos de comunicação social são um «instrumento muito poderoso e de custos bastante elevados, a que só os grandes grupos económicos têm acesso. O jogo de interesses económicos e políticos subjacente à criação de um órgão de informação, torna-o desde logo um meio com determinadas características na sua apresentação, nas suas escolhas e opções de divulgação informativa».

Sobre o «Avante!», o debate considerou que «também apresen-

ta uma opção, mas essa é feita e dita publicamente, ao contrário dos outros órgãos que se dizem objectivos e imparciais. Por tudo isto é possível constatar que um maior número de órgãos de informação não é sinónimo de uma maior qualidade e rigor informativos».

No decorrer do debate, foi ainda chamada atenção para a necessidade de aumentar a divulgação e venda do jornal «Avante!».



## Odivelas «Da resistência à liberdade»

A resistência ao regime fascista e a conquista da liberdade em 25 de Abril de 1974 estiveram no centro de um debate realizado no passado sábado, na Sociedade Musical Odivelense, que contou com a presença de Severiano Falcão e de Fernanda Mateus.

Na iniciativa participaram 50 pessoas que tiveram oportunidade de colocar perguntas e relatar algumas experiências.

Também nas instalações da Sociedade esteve patente nos dias 11, 12 e 13 uma exposição comemorativa do aniversário do Partido, evocando a vida e luta do PCP, onde se destacavam aspectos ligados à freguesia, como casas clandestinas, uma foto de uma iniciativa do CDE, em 1969, e imagens de diversas iniciativas locais do PCP.

Da exposição faziam ainda parte pinturas inéditas de João Ribeiro Silva, de quando esteve preso em Caxias em 1972, fotografias que ilustram a obra do Poder Local Democrático em Odivelas e no concelho, e expositores sobre a imprensa do Partido.

## Setenave/Solisnor «Rescisões amigáveis» são poucas

Apesar do aumento da pressão psicológica sobre os trabalhadores que são chamados um a um para rescindirem «amigavelmente» os seus contratos, é pequeno o número dos que concordaram em abandonar a empresa, facto que está a criar sérias dificuldades aos Mellos, segundo foi afirmado na reunião da célula da Setenave/Solisnor do PCP.

A reunião, que decorreu no centro de trabalho do edifício Arrábida em Setúbal, foi convocada para analisar a evolução política e social da empresa, dominada pela transferência da Lisnave para a península de Mitrena, operação que renderá milhões de contos ao grupo Mello, e que tem como consequência anunciada o despedimento de 4 mil trabalhadores.

Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, que participou nos trabalhos, considerou a este propósito que se assiste à «criação de uma bolsa de desempregados, não como um fenómeno conjuntural mas ao contrário como condição estrutural na sociedade e no mercado de trabalho para amortecer a luta da classe operária e de todos os trabalhadores».

Tal objectivo, acrescentou, inscreve-se na «ofensiva geral dos grandes capitalistas, em espe-

cial os que procuram reconstituir os monopólios de antes do 25 de Abril, afectando áreas tão diversas como os salários, a contratação colectiva e a segurança social».

Contudo, a resistência dos trabalhadores cresce, e nomeadamente na Setenave, a recente vitória da lista unitária nas eleições para a Comissão dos Trabalhadores, que «aumentou o número de mandatos de 10 para 11 contra apenas um da lista apoiada pelos Mellos/Governo/UGT/PS/PSD», mostra a sua determinação em manter os postos de trabalho e as regalias sociais.

Jerónimo de Sousa não deixou de responsabilizar o PS pela actual situação, não só pelas vacilações que demonstrou quanto ao anunciado encerramento da Lisnave mas igualmente pela activa defesa que fez dos acordos de Maastricht, que têm como reflexo a destruição dos sectores básicos da indústria e economia nacionais».

A célula da Setenave/Solisnor aprovou uma saudação ao 4º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal, que decorrerá nos próximos dias 18 e 19.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Álvaro Perdigão

Faleceu recentemente Álvaro Perdigão, artista plástico de mérito, nascido em 1910, na região de Palmela, freguesia de S. Pedro. Fez os seus primeiros estudos em Setúbal seguindo depois para a Escola de Belas-Artes de Lisboa em 1930.

Data de 1929 a sua primeira exposição de pintura no Clube Naval Setubalense, tendo desenvolvido nos anos seguintes grande actividade em exposições individuais e colectivas em Setúbal, Lisboa, Coimbra, Porto e outras cidades do País.

O desenho, a aguarela, o óleo, a monotopia, até mesmo o vitral e a cerâmica são técnicas utilizadas pelo artista onde a paisagem, o retrato, a figura, os interiores, a chamada «natureza morta» aparecem tratados como o mesmo interesse e aquela luminosidade característica da região de onde é natural.

Foi convidado em 1950 pela Direcção da Casa Pia de Lisboa para exercer o cargo de professor do Curso de Pintura, funções que desempenhou até 1980. Foi sócio da Sociedade Nacional de Belas-Artes tendo pertencido, na década de 50, aos seus corpos gerentes como vice-presidente.

Também participou, mais tarde, em todas as exposições gerais de Artes Plásticas na mesma sociedade e em 1988 foi eleito membro da Academia Nacional de Belas-Artes. Em 1989, foi homenageado pela festa do «Avante!», na 6ª Bienal de Artes Plásticas, numa exposição retrospectiva da sua obra.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



# Os transportes aéreos, os «sábios», a Comissão e a demagogia socialista

As consequências da liberalização em todos os azimutes em curso na CE, União Europeia (UE) após Maastricht, depois de ter duramente atingido a agricultura, as pescas, a siderurgia, a construção naval e tantos outros sectores, e de ser uma das causas do aumento galopante do desemprego, provoca agora estragos consideráveis nos transportes aéreos.

Face à situação de crise no sector, encomendou a Comissão um relatório a um grupo de «sábios», chefiado por um ex-ministro liberal belga, De Croo (actualmente a contas com uma denúncia de corrupção), para que estes na sua imensa sabedoria iluminassem o caminho e parisssem as milagrosas soluções capazes de tirar os transportes aéreos da aflição em que se encontram motivada precisamente pelas políticas ultraliberais dos pacotes decretados pela Comissão, aprovados pelo Conselho e apoiados pelo Parlamento Europeu.

Comparando, era como se Cavaco encomendasse a Braga de Macedo e mais uns quantos «sábios» semelhantes um relatório para salvar a economia portuguesa.

Sublinhe-se que o único representante sindical caído em academia tão selecta votou contra o referido relatório.

Os «sábios» concluíram que a liberalização afinal era ainda a pouca, era necessário mais, ir

até às últimas consequências e depressa. Resumindo, os eixos do relatório centraram-se nas privatizações, no restringir de todas as ajudas estatais, na concretização urgente do terceiro pacote de liberalização, na redução dos custos a todos os níveis (à custa certamente dos trabalhadores e da segurança social) e no aumento da produtividade. Tudo em nome da competitividade, da livre concorrência e das regras do mercado.

Nem uma palavra sobre as consequências sociais. Nenhuma preocupação também no referente ao serviço público e à utilidade pública dos transportes aéreos. Nem uma referência à coincidência de a crise ter estado com a aplicação dos dois primeiros pacotes de liberalização.

O comissário Abel Matutes, responsável pelos transportes na Comissão (e cabeça de lista do PPE espanhol às eleições para o PE), apressou-se a elogiar o trabalho e a afirmar que a Comissão iria agir apresentando o mais

rapidamente possível propostas com base no dito.

Recordamos que nos últimos anos, no conjunto da actual UE, várias dezenas de milhares de trabalhadores do sector perderam o seu posto de trabalho e várias companhias encerraram.

Como se tal situação não bastasse, escolheu a Comissão o momento para apresentar um novo documento visando a liberalização total dos «Serviços de Assistência em Escala» (Handling). Segundo os sindicatos, o conjunto de todas estas «medidas» poderão provocar a perda de mais 130 000 postos de trabalho.

## Surpresa

Face a esta situação, o Grupo Coligação de Esquerda do PE convidou várias organizações sindicais a virem a Bruxelas para debater o assunto. Mais de trinta sindicalistas e o Comité Sindical dos Transportes da Comunidade Europeia, assim como elementos da própria Comissão, estiveram presentes no dia 2 de Março traçando um quadro sombrio da situação nos respectivos países e a nível europeu. Duas questões faziam a unanimidade: a primeira, a de ser necessário parar esta ofensiva, decretar uma moratória para

avaliar, com a participação das organizações sociais, todas as consequências da liberalização; a segunda, de que os trabalhadores estavam decididos a travarem a batalha e determinados a usarem todos os meios ao seu alcance para impedirem que esta política ruinosa fosse aplicada.

Os elementos da Comissão presentes tiveram de reconhecer que o «processo era negativo para os trabalhadores» e que as grandes companhias poderiam «comer» as outras, pelo que era preciso «pensar» o assunto.

Com base na discussão e nas informações fornecidas pelos sindicatos, o Grupo Coligação de Esquerda elaborou uma proposta de resolução que apresentou para ser discutida na sessão plenária de Estrasburgo. No mês de Fevereiro, antes mesmo de ter o relatório dos «sábios» em seu poder, numa jogada de antecipação, apresentou-se o Grupo Socialista a declarar publicamente que o mesmo era «uma tentativa de empurrar a indústria para a desregulamentação» que levaria a Comunidade para «uma situação análoga à dos Estados Unidos, onde as grandes companhias tinham engolido as pequenas e provocado uma série de falências».

## Proposta coerente

Ao contrário dos socialistas, o Grupo Coligação de Esquerda pauta-se pela coerência. Na sessão plenária do PE, em Estrasburgo, provou-o de novo aquando do debate da questão dos transportes aéreos: votou contra todas as propostas de resolução que apoiavam as propostas da Comissão e o relatório do «Comité dos sábios», e apresentou a sua própria proposta sobre a matéria.

A proposta da Coligação de Esquerda, subscrita pelos deputados Barata Moura, Ainardi e Efreimidis, que integram o Grupo, e ainda pelos deputados González Álvarez, Papayanakis, Castellina e Geraghty, apela à Comissão para arquivar o referido relatório e «reafirma que o mesmo não pode servir como base de trabalho para suspeitosas e apressadas propostas de medidas agravadoras da crise existente».

O documento considera ainda necessária «uma moratória à concretização do terceiro pacote de liberalização em curso, enquanto não se fizer um balanço rigoroso das consequências dos dois primeiros», e propõe a criação de uma comissão de inquérito para esse fim, com a participação das organizações sociais do sector.

os socialistas, dando o dito por não dito, recusaram pedir uma moratória sobre a liberalização e apresentar propostas concretas, limitando-se a pedir um estudo, argumentando ser irrealista ir mais longe, a Comissão não iria aceitar, tinha de se avançar por pequenos passos, o PPE e o LDR votariam contra, etc. Demagogicamente, no meio destas posições, saudavam a manifestação. Assim, o realismo servia para se aliarem mais uma vez à direita, e o populismo para saudarem hipocritamente os trabalhadores.

A surpresa estava entretanto para vir. No dia 7 de Março, na altura em que os trabalhadores dos transportes aéreos se manifestavam em Bruxelas contra a política de liberalização, no PE, numa reunião de vários grupos políticos para ver se era possível chegar a um acordo para apresentar uma proposta comum sobre a ques-

## In vino veritas

Para se poder continuar a dizer, como os Antigos, que «no vinho está a verdade» (*in vino veritas*), recusamos, sem rodeios, a adulteração da verdade do vinho - a afirmação é do eurodeputado Sérgio Ribeiro, ao intervir a semana passada, em Estrasburgo, no debate sobre a evolução e futuro da política vitivinícola na Comunidade.

Em causa estava a apreciação do relatório Sierra Bardaji, do Parlamento Europeu, sobre a proposta da Comissão sobre a matéria. Um tema delicado, já que a política vitivinícola se reflecte em actividade da maior importância para vastas regiões dos Estados-membros e respectivas populações, quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista cultural.

Para o eurodeputado comunista, a proposta da Comissão defraudou as expectativas e o relatório, apesar das reservas pertinentes que lhe coloca, são insuficientes.

São insuficientes, desde logo, porque «não rejeitam, com o vigor que se impõe, a destilação obrigatória a baixos preços, o arranque, o abandono da preferência comunitária».

São insuficientes, sobretudo, «porque não colocam, com a força necessária e urgente, o dedo na ferida», os chamados «excedentes» resultantes, neste caso, de uma desvirtualização do produto.

Como defendeu Sérgio Ribeiro, «há que definir claramente e sem sofismas o que é o vinho, e excluir dessa definição uma cultura enriquecida artificialmente, através de «chaptalização», isto é, por adição de sacarose... se é que não são outras coisas que se adicionam à sacarose para esta se chamar vinho...»

Se se fizer essa definição, será impossível dei-

xar de reconhecer que os «excedentes» que tanto afligem a Comunidade são, antes do mais, as 250 mil toneladas de sacarose que originam 20 milhões de hectolitros suplementares de um produto que não é vinho mas que se vende como tal. Um valor tanto mais significativo quanto a Comissão prevê, para o ano 2000, um nível de excedentes da ordem dos 24 milhões de hectolitros!

Os verdadeiros responsáveis pela situação são conhecidos. Ela é fruto de **produtividades forçadas, artificiais, que fazem com que um país como a Alemanha, apenas com cerca de 1/3 da área vitícola de Portugal e com condições naturais muito menos favoráveis para a produção, contribua para inundar o mercado e para justificar o arranque de vinha neste país onde o verdadeiro (e bom!) vinho se poderia produzir.**

Razões suficientes para os comunistas recusarem, sem rodeios, a «adulteração da verdade do vinho».

Diferente foi a posição defendida por outros deputados portugueses. O socialista José Apolinário, por exemplo, afirmando defender os interesses nacionais e dizendo rejeitar a adição de sacarose, congratulou-se com a aprovação do relatório em causa, considerando-o «o relatório possível». Dir-se-ia, tendo em conta as insuficiências acima referidas, que os socialistas votaram em nome do que não é assegurado na proposta da Comissão: a defesa do nível de vida dos produtores, a reforma da reforma da PAC, a qualidade do vinho sem enriquecimentos artificiais. Como se a alegada «qualidade e alcance político do teor do relatório», nas palavras de Apolinário, lhes tivesse subido à cabeça.



## Protecção ou hipocrisia?

A «protecção dos jovens no trabalho» esteve em debate no Parlamento Europeu. Uma iniciativa aparentemente cheia de boas intenções, mas que na verdade oculta mal a hipocrisia com que as questões sociais continuam a ser abordadas a nível dos Doze.

De facto, do que se trata é de trabalho infantil, por muito que se procure adoçar a questão. Uma realidade que ninguém assume defender, que ninguém se atreve a não condenar, mas a que não poucos estão dispostos a fechar os olhos, quando não mesmo a incentivar. Para tanto, basta mudar o nome das coisas e chamar-lhe «protecção dos jovens no trabalho».

Como mais uma vez defenderam os eurodeputados comunistas no Parlamento Europeu, a verdadeira questão é que «o trabalho infantil existe, muito mais porque há quem o crie e procure como

mobilização de um «exército de reserva» de força de trabalho, do que como recurso quase desesperado do lado da oferta».

O trabalho infantil existe, clandestino ou a coberto de derrogações, pretextos e desculpas de mau pagador, tanto nos países do Pacífico - onde atrai os capitais transnacionais que, por seu lado, o criam e estimulam -, como na comunitária Europa, vide Portugal ou a Grã-Bretanha, onde não falta quem aproveite da crise, sem que se tomem medidas efectivas para o combater.

Sendo o princípio da interdição do trabalho infantil universal e a sua prática consensualmente condenada - pelo menos em palavras -, então haja a coragem de reconhecer que não é «protecção» que falta, mas sim os mecanismos de controlo e a aplicação rigorosa dos princípios que se proclamam.



### Nordeste quer comboio

A suspensão pela administração da CP de qualquer circulação na Linha do Tua continua a suscitar fortes reacções de desagrado das populações e a constituir um factor de preocupação para os seus representantes autárquicos. A última tomada de posição, recentemente chegada às mãos do deputado comunista José Manuel Maia, que sobre o assunto endereçou um requerimento ao Governo, veio da Assembleia Municipal de Bragança, expressando o sentir dos presidentes de junta de freguesia da Sé, de Nogueira, de Rebordãos, de Mós, de Sortes, de Rossas, de Salsas e de Sendas. No texto, os signatários manifestam-se inquietos pelo estado de degradação da Linha e das estações e instalações anexas, defendendo simultaneamente um diálogo com os responsáveis da CP, bem como a abertura da referida linha ferroviária de ligação entre Bragança e Miranda.

### Paço Episcopal de Bragança

São conhecidos os casos de inércia, desleixo ou puro abandono a que não raras vezes são entregues valiosas peças do nosso património construído. Acrescem, noutro plano, as intervenções com intuíto de restauro, de resultados nem sempre felizes, abundando os casos de deterioração irreversível dos conjuntos. Porventura será este o caso do antigo Paço Episcopal de Bragança, onde está sediado o Museu Abade de Baçal, sujeito a obras de remodelação que estão a merecer as mais sérias reservas. A própria Assembleia Municipal, em moção aprovada em Fevereiro passado, coloca objecções às directrizes que orientam as obras e faz algumas reivindicações quanto ao seu desenvolvimento e quanto à necessidade de assegurar a manutenção no local do espólio do Museu. Preocupado com o assunto está também o deputado comunista Paulo Rodrigues, que diligenciou já junto da Secretaria de Estado da Cultura, através de requerimento dirigido ao Governo, no sentido de saber, nomeadamente, se o projecto das obras em curso respeita as características essenciais do imóvel, e qual a resposta daquela entidade às críticas que têm vindo a ser formuladas dos mais variados quadrantes.

### Hospital de Vila Nova de Cerveira

Preocupações, mas de outra natureza, tem também o deputado Luís Peixoto. Em causa está o atribuído processo por que tem passado o Hospital de Vila Nova de Cerveira (Viana do Castelo), desde que foi encerrado em Outubro de 1992 o seu serviço de urgência, que funcionava sem interrupção há sete anos. Na origem da situação, os desentendimentos entre a Santa Casa da Misericórdia - proprietária daquela unidade de saúde - e a ARS de Viana do Castelo, motivados pela reduzida comparticipação deste último organismo estatal nos custos dos serviços de urgência. Para Luís Peixoto, neste contexto, como escreve no requerimento dirigido ao Governo, importa, pois, saber qual o montante da dívida à Misericórdia e qual o projecto que o Ministério da Saúde tem para aquele hospital, bem como o respectivo estatuto.

# Luís Sá, a propósito das questões comunitárias

## Governo fecha-se em copas em matérias de interesse nacional

A deliberada e persistente postura governamental de reservar exclusivamente para si o tratamento de importantes matérias de interesse nacional, chegando ao ponto de marginalizar a Assembleia da República de qualquer acompanhamento ou informação, foi veementemente condenada pelo Grupo Parlamentar do PCP e justificou a apresentação de um protesto, formulado pelo deputado Luís Sá, que, a este propósito, sublinhou ser urgente pôr cobro a tal procedimento.

Entre as razões mais recentes invocadas pela formação comunista para esta tomada de posição, dadas a conhecer em intervenção proferida numa das ses-

sões plenárias da semana transacta, está o processo de negociação com vista à adesão de novos países à Comunidade Europeia.

Depois de idêntico comporta-

mento em relação a questões da maior importância como foram os casos do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) ou da transposição da directiva sobre o voto dos emigrantes, como assinalou Luís Sá, o Governo voltou, no capítulo do alargamento da União Europeia, a arredar a Assembleia da República do andamento das negociações e a confrontá-la com factos consumados.

Este fechar em copas do Executivo afigura-se tanto mais inadmissível, do ponto de vista da bancada comunista, quanto é

certo estarem em jogo, a pretexto da eventual adesão da Austria, Finlândia, Noruega e Suécia, questões da maior relevância, como sejam, o eliminar do português e de outros idiomas como línguas de trabalho, o cessar da presidência rotativa do Conselho ou a possibilidade de todos os países proporem membros para a Comissão.

Para Luís Sá, importa, pois, que o Governo preste à Assembleia da República uma informação cabal sobre a situação, de modo a "avaliar o estágio actual e acompanhar a sua evolução",

exigência que fez acompanhar de um apelo que dirigiu às restantes formações parlamentares, em especial ao partido maioritário, no sentido do seu empenhamento com vista à dignificação da Assembleia da República.

"É tempo de mudar comportamentos e de garantir a preservação possível da intervenção dos parlamentos nacionais", enfatizou Luís Sá, antes de concluir que "não será com o nosso silêncio que se verificará a menorização da actividade parlamentar".

### 8 de Março no Parlamento

## Emancipação da mulher é indissociável da luta pelos direitos da pessoa humana

O sentido da luta das mulheres pela sua emancipação voltou a estar em debate no Parlamento. Foi na passada semana, mais exactamente no dia 9, um dia depois da comemoração do Dia Internacional da Mulher, com deputadas de todas as bancadas a produzirem matéria de reflexão sobre o tema.

Odete Santos, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, situou o problema no plano da estruturação do sistema económico, acabando por fazer a demonstra-

ção da ligação indissolúvel entre a questão da emancipação da mulher e a questão do sistema político e económico vigente em cada sociedade.

Socorreu-se, para o efeito, de vários exemplos que do seu ponto de vista testemunham a estreita ligação entre a condição da mulher e a propriedade e a concentração de riquezas, uma associação que leva o PCP a considerar que a discriminação da Mulher sempre foi um problema de direitos da pessoa humana, que se insere num problema mais vasto de opressão dos desfavorecidos pela classe dominante.

Entre os vários exemplos por si recordados, realce para o caso de Inglaterra, em plena revolução industrial, onde as mulheres nas minas substituíam animais

de carga na tracção de vagões. "Era a lógica do capitalismo - observou Odete Santos -, porque com salários de miséria, obrigados a renunciar à alimentação necessária, ganhavam em confronto com os animais de carga na produção de mais lucros para o patrão".

Ora sendo o problema feminino um "problema de direitos humanos", como alertou a deputada do PCP, a sua plena realização só poderá ocorrer "com uma verdadeira democracia", uma democracia participativa, que, longe de se limitar ao enunciado formal da liberdade e igualdade, assumia a luta pelas "erradicação do desemprego, da pobreza e da exclusão social".

Depois de citar palavras de Aragon evocando a figura de

Clara Zetkin - a mulher que em 1910 num Congresso Internacional, em Copenhague, propôs o 8 de Março (dia do ano de 1857 em que pela primeira vez operárias têxteis de Nova Iorque fizeram greve) como Dia Internacional da Mulher -, Odete Santos centrou o seu discurso no desfazimento existente entre a Lei e a realidade quotidiana, concluindo a este respeito que, ao não ser possível realizar a igualdade consagrada na lei, "estamos a reconhecer que não se trata de uma mera questão cultural, que não basta a luta pela mudança de mentalidades".

"Que liberdade e igualdade pode haver numa Europa em que os pobres atingem os 20 milhões, os desempregados são arredados da participação na

vida política, as mulheres aumentam de forma assustadora o número de desempregados?", inquiriu a propósito a parlamentar comunista.

Notada pela deputada do PCP foi ainda a circunstância de continuarem por regulamentar algumas das leis positivas aprovadas pela Assembleia da República no sentido de combater as discriminações da mulher, como é o caso da lei relativa à protecção das mulheres contra a violência.

Realce merece, entretanto, o facto de ter sido entregue pelo PCP, no próprio dia do debate, um projecto de lei relativo às uniões de facto, com vista a revogar um Decreto-Regulamentar que apertou a malha no acesso dos cidadãos nestas condições a prestações da Segurança Social.

## «Quem quer reforma trata da sua»

Ao Governo não interessa discutir de forma transparente a política e os problemas existentes no sector da Segurança Social e muito menos as suas pesadas responsabilidades na má gestão do sistema, acusou o deputado comunista Paulo Trindade. Em debate, faz amanhã oito dias, estava um pedido de ratificação do Decreto-Lei nº 326/93, aprovado sem qualquer debate público prévio em Julho do ano passado, que estabelece a desagregação da taxa social única do regime de segurança social.

Concretamente, segundo Paulo Trindade, o Governo utilizou aquele mecanismo para des-

viar 7,9 por cento da taxa social única, pretendendo deste modo custear os regimes dos beneficiários não contributivos que devem ser integralmente financiados pelo Orçamento do Estado.

"É o neoliberalismo levado às suas últimas consequências e consubstanciado no repugnante slogan" «quem quer reforma trata da sua», alertou o parlamentar comunista.

Com efeito, diferentemente do argumento na altura invocado pelo Executivo - uma medida técnica visando o aperfeiçoamento da protecção garantida em cada uma das eventualidades abrangidas pelo regime geral (velhice e invalidez, doença, maternidade, encargos familiares, desemprego e morte) - a opinião do PCP sobre este assunto vai no sentido de que o diploma "faz tábuas rasas dos princípios constantes da Lei de Bases de Segurança Social", constituindo ao mesmo tempo uma "intolerável prepotência legislativa".

Daí a razão de ser do pedido de ratificação apresentado pela bancada comunista relativamente a um diploma que, no seu entender, está em consonância com uma política que mantém o propósito de "perseguir - as palavras são de Paulo Trindade - com prestações sociais de miséria, com o esgotamento e descapitalização da Segurança Social, a par do fomento de sistemas privados alternativos".

### O tacho de barro e o tacho de ferro

Ainda no capítulo da Segurança Social, constante do mesmo pacote legislativo aprovado na calada do Verão passado, um outro Decreto-Lei foi submetido no mesmo dia à ratificação da Assembleia da República, igualmente a pedido da formação comunista. Trata-se

do diploma que altera o regime geral de segurança social dos trabalhadores independentes, estabelecendo dois esquemas de protecção, um, obrigatório, a que corresponde uma taxa contributiva de 24,5 por cento, o outro, alargado, com uma taxa de 32 por cento.

Sucede, porém, que, por esta via, como frisou Paulo Trindade, as prestações de doença (subsídios de doença e de tuberculose), protecção à infância e juventude e à família (abono de família e prestações complementares) passam apenas a abranger aqueles que pagam a taxa de 32 por cento.

Por outras palavras, a pretexto da correcção de distorções, o Governo instituiu um regime que "penaliza os trabalhadores independentes que auferem rendimentos mais baixos", desprotegendo-os nos casos de doenças e conferindo-lhes menos compensações por encargos familiares.

É que - foi ainda Paulo Trindade a chamar a atenção para o facto -, não se pode medir pelo mesmo nível económico um especulador bolsista que actua por conta própria com, por exemplo, um dos muitos milhares de agricultores arruinados por via da política seguida pelo PSD. Se o primeiro pode optar, sem problemas, por um qualquer dos onze escalões previstos no diploma, o mesmo não se poderá dizer de trabalhador que auferir um rendimento de 50 contos, obrigado a descontar 32 por cento desse magro salário se quiser ter direito a prestações sociais que deveriam ter carácter universal.

"Perante tanta insensibilidade social confirma-se que a lógica economicista do Governo PSD já não lhe permite distinguir um tacho de barro de um tacho de ferro, nem sequer reflectir sobre a experiência de quando um bate no outro é o de barro que se quebra", anotou Paulo Trindade.



## Diplomas do PCP sobre as pescas Dar melhores condições de vida e de trabalho aos pescadores

Enquadrar os pescadores portugueses na lei geral do trabalho e melhorar as suas condições de vida, tais são, em síntese, os grandes objectivos que presidem a dois diplomas elaborados pelo Grupo Parlamentar do PCP, entregues faz hoje oito dias na Mesa da Assembleia da República.

Trata-se, em qualquer dos casos, 20 anos após o 25 de Abril, de responder às legítimas aspirações de quem exerce uma importante e dura actividade, dignificando-a, como assinalou em conferência de imprensa, para apresentação pública dos projectos, o deputado António Murteira.

Ao propor que os pescadores portugueses, a exemplo dos restantes trabalhadores, passem a ser abrangidos pela lei geral do trabalho, regulamentando simultaneamente as características pró-

prias da arte das pescas, o projecto de lei sobre o contrato de trabalho a bordo parte do pressuposto de que, por um lado, a legislação laboral em vigor não corresponde às novas condições decorrentes da Política Comum das Pescas e, por outro, apesar da complexidade da matéria, urge enquadrar legalmente as condições de prestação de actividade dos homens do mar.

Quanto às especificidades próprias da pescas - de acordo com as declarações de António Murteira,

que estava acompanhado pelo deputado Lino de Carvalho e por Frederico Pereira e João Lopes, da Comissão de Pescas junto do CC do PCP -, estas são tratadas em cinco capítulos próprios, visando a regulamentação, concretamente, do período normal de trabalho, tempo de repouso diário e dias de descanso, feriados e férias, retribuição, segurança social e descanso a bordo.

Nesse sentido, segundo o articulado do projecto, a duração do período de trabalho passa a ser de oito horas diárias (susceptível de ser alargado a doze se as condições o exigirem), passando os pescadores a usufruir de um repouso diário, no mínimo, de oito horas, bem como de dois dias de descanso semanais.

Quanto ao montante do vencimento-base, soldada fixa ou parte fixa, é definido em contratação, nunca devendo o total dos valores que compõem a retribuição, em numerário, ser inferior ao valor do salário mínimo nacional para a indústria. No seu artigo 26º, o diploma estabelece ainda que, para além do disposto na legislação geral, é de igual modo obrigatória a contribuição para a Segurança Social dos armadores e marítimos em território português relativamente aos navios registados no estrangeiro mas com participação de capital português.

Não menos importante, noutra plano, é o projecto de resolução que prevê a criação de um Programa de Compensação Financeira para os pescadores que percam os seus postos de trabalho por motivo de abate e imobilização definitiva ou temporária das embarcações.

A razão de ser da iniciativa, como explicou António Murteira, prende-se com o facto de "nem um tostão" dos muitos milhões de contos previstos no Quadro Comunitário de Apoio para compensações por abates ou imobilização de embarcações de pesca ter como destinatário os pescadores, mas sim, exclusivamente, os armadores.

Dá a justificação do diploma, destinado a corrigir uma política considerada "marcadamente classista" e socialmente injusta, que agrava as já de si precárias condições de vida de milhares de pescadores e de suas famílias.



Uma sociedade que cultiva o racismo é uma sociedade doente

## PSD recusa regularização extraordinária de imigrantes

Foram em vão todos os argumentos aduzidos pelos grupos parlamentares do PS, PCP e PEV no sentido de sensibilizar a maioria governamental para a necessidade de conceder um novo período para a regularização extraordinária dos cidadãos que residem ilegalmente no nosso país. Coerentes com uma política que neste capítulo tem sido alvo de duras acusações, por enfermar de sentimentos racistas e xenófobos, PSD e CDS revelaram uma vez mais a sua natureza de classe, chumbando os quatro projectos de lei sobre a matéria submetidos na semana finda ao juízo do plenário.

Com este gesto, renovadas razões e uma nova consistência adquire a tese por muitos defendida de que o Governo nunca se empenhou seriamente em promover a regularização da situação dos imigrantes. A verdade é que, como salientou no debate o deputado comunista António Filipe, o prazo concedido a dezenas de milhares de cidadãos para esse efeito foi "inexplicadamente exíguo e a sua prorrogação foi pouco mais que simbólica".

Dá que o processo de regularização, realizado no decorrer do ano passado, se tenha saldado por um relativo fracasso, ficando muito aquém, na prática, dos objectivos então enunciados pelo Governo. Isto apesar de todos os alertas e das propostas concretas oriundas de vários quadrantes, e concretamente do PCP, no sentido de corrigir as várias insuficiências detectadas, em particular, a inadequação dos mecanismos legais estabelecidos, a prática seguida pelos serviços e a ausência de quaisquer medidas concretas de apoio e esclarecimento da população visada.

E não basta ao PSD, num indistigável farisaísmo, afirmar, como fez o seu deputado José Puig, que "não se devem beneficiar aqueles que vieram para Portugal após ser notório que o Governo ia abrir um processo de regularização". Ao tentar eludir o essencial da questão, esqueceu-se que o projecto do PCP, por exemplo, tinha como destinatários apenas os cidadãos que se encontram a residir em Portugal há mais de um ano e meio.

Mas não foi apenas este facto que tornou inconsistente a posição da maioria laranja. Por si escamoteadas foram as graves responsabilidades que neste domínio cabem ao Governo, nomeadamente pelo "regime de fronteira aberta" que praticou até há cerca de dois anos, sem qualquer política de imigração, como lembrou o deputado João Amaral, orientação que inverteu apressadamente com a ratificação da Convenção de Schengen, passando das "portas abertas para as portas totalmente fechadas".

Ora é exactamente esta "política policial de fronteiras fechadas", em resultado da política xenófoba e racista consubstanciada na Convenção de Schengen, que merece a frontal oposição do PCP, como explicou João Amaral, que defendeu nesta matéria a necessidade de Portugal "ter uma política de imigração própria, definida de acordo com o interesse nacional".

Uma política que deve balizar-se, foi ainda o vice-presidente da bancada comunista a lembrá-lo, no plano da solidariedade, privilegiando as relações com os países de língua portuguesa, no combate à «ghetização» das comunidades de imigrantes, e que tenha em conta as realidades do nosso país, "fixando com transparência as entradas de imigrantes de acordo com a situação e perspectivas do mercado de trabalho".



Uma nova política de pescas precisa de pescadores bem preparados, devidamente pagos e compensados

## Melhorar trabalho autárquico

Contribuir para um mais eficaz e célere andamento de todo o expediente relacionado com o funcionamento dos serviços e de um modo mais geral com a própria gestão das autarquias, tal é, em suma, o grande objectivo que preside ao projecto de lei do PCP que alarga aos maiores municípios a possibilidade de disporem de directores de serviços para coadjuvarem os eleitos na gestão municipal.

Com esta iniciativa legislativa, entregue há dias na Mesa da Assembleia da República, os deputados comunistas têm sobretudo presente a necessidade de melhorar o andamento dos processos, os prazos de resposta e a prontidão de atendimento das diversas solicitações a que são sujeitos os serviços municipais.

A questão coloca-se sobretudo nos municípios que, pela sua dimensão urbana e densidade populacional, apresentam um elevado volume de deliberações, actos e procedimentos administrativos e uma mais complexa estrutura de serviços.

Daqui resulta, naturalmente, como salienta a nota preambular do diploma, uma maior absorção dos eleitos municipais - confrontados com o mais exigente estudo e ponderação dos vários *dossiers* e decisões -, facto que reduz objectivamente a sua disponibilidade e as condições de resposta atempada para as inúmeras acções que lhe são exigidas.

Neste contexto, a possibilidade agora aberta pelo diploma no sentido de um envolvimento efectivo do pessoal dirigente, designadamente ao nível de directores municipais em funções, de coadjuvação

do presidente da Câmara, afigura-se da maior utilidade, designadamente no plano da preparação das decisões e na execução de todos os actos de gestão municipal.

### Gabinetes de Apoio Técnico

Na capítulo das autarquias, uma outra iniciativa legislativa, igualmente subscrita por parlamentares comunistas, deu entrada na Mesa da Assembleia da República. Trata-se de um pedido de ratificação do Decreto-Lei nº 66/94 que altera as áreas de actuação dos gabinetes de apoio técnico (GAT).

Compartilhando dos pareceres e posições negativas expressas quer pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, quer por vários agrupamentos de municípios, a formação comunista discorda da redução do número de GAT's proposta no referido diploma - dos 52 existentes para os 28, correspondentes à área das NUT de nível II -, justificando a sua posição no princípio de que uma tal diminuição conduzirá a um distanciamento dos municípios e a uma "maior diminuição da eficácia e da razão que conduziu à sua criação".

Com efeito, importa recordar que os GAT's, criados em 1979

pelo D.L. nº 58/79, como órgãos desconcentrados para apoio técnico aos municípios - pese embora o processo de esvaziamento progressivo a que têm sido sujeitos -, têm constituído um suporte importante à acção dos municípios, muito particularmente aos do interior.

Acresce ainda - e este é outro dos argumentos invocado no pedido de ratificação - que esta diminuição terá inevitáveis repercussões na redução e participação dos municípios na composição dos Conselhos da Região.



Operar uma maior funcionalidade e rapidez nos serviços dos maiores municípios constitui um dos objectivos do diploma do PCP



## HOTELEIROS DEVEM MEIO MILHÃO DE CONTOS

As remunerações que onze empresas da hotelaria e turismo devem a 1277 trabalhadores somam 562 mil contos, de acordo com um levantamento divulgado na semana passada pela federação sindical do sector e no qual sobressaem a Torralta (por pagar os salários de Dezembro e Janeiro a 450 trabalhadores), a SAAL (que não paga salários desde o encerramento fraudulento, em Abril do ano passado) e o Hotel Vasco da Gama, de Monte Gordo (que desde Outubro só paga 50 por cento do salário a 80 trabalhadores).

A FESHOT denuncia ainda a existência de processos de despedimento colectivo que abrangem cerca de 300 pessoas, no Casino de Monte Gordo, no Hotel Faro e no Hotel Algarve.

## COMUNICAÇÕES

Os graves problemas dos trabalhadores e as medidas que têm vindo a ser decididas pelo Governo para o sector foram analisadas numa reunião de organizações representativas do pessoal das empresas de comunicações. Reunidos dia 9 por iniciativa da FCTA/CGTP, os representantes dos trabalhadores dos Correios, das telecomunicações e do audiovisual denunciaram os traços da política do Governo para o sector (rescisões forçadas de contratos, sob a capa do *mútuo acordo*; eliminação ou restrição de direitos e regalias, especialmente no domínio da saúde e segurança social; boicote à negociação colectiva) e reafirmaram a sua oposição à fusão das empresas de telecomunicações nos termos tornados públicos pelo Governo.

## GREVE NA TABAQUEIRA...

Noventa por cento dos trabalhadores do primeiro turno do sector produtivo da Tabaqueira, em Albarraque, aderiram sexta-feira a uma paralisação destinada a reivindicar aumentos salariais superiores a 3,5 por cento. Graciete Cruz, da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, disse ainda à Lusa que a adesão atingiu os 70 por cento na área administrativa.

Os cerca de 1200 trabalhadores da empresa reivindicam aumentos salariais superiores aos 3,5 por cento propostos pela administração e, como se afirma numa nota da federação, criticam a administração, que «à mesa negocial tenta impor baixos salários a quem mais se identifica com a riqueza produzida e, fora dela e à margem do AE, define estatutos especiais e distribui benesses e privilégios a seu bel-prazer».

## ... E NA CEL-CAT

Ultrapassou os 95 por cento dos abrangidos a adesão à greve de duas horas convocada pelo SIESI para o passado dia 9 na fábrica de cabos eléctricos Cel-Cat. A paralisação teve como objectivo exigir aumentos salariais superiores aos três por cento que a administração pretende impor.

## APOSTAR NA QUALIDADE

A Madeira nunca será um destino turístico barato, afirmou, sexta-feira no Funchal, Leonel Nunes, dirigente do sindicato da Hotelaria e Turismo da região, depois de uma reunião entre uma delegação daquela estrutura sindical e o secretário regional do Turismo. O sindicalista defendeu que, para justificar o facto de a região ser um destino caro, a aposta tem de ser na qualidade dos serviços. Em termos gerais, as preocupações apresentadas ao responsável do executivo madeirense dizem respeito à degradação na qualidade dos serviços em algumas empresas, às exigências de ritmos de trabalho exagerados e às polivalências impostas aos trabalhadores. Na última década, duplicou o número de camas mas manteve-se o número de trabalhadores nos estabelecimentos hoteleiros. Na revisão da contratação colectiva, o sindicato rejeita qualquer proposta de aumento salarial inferior à taxa de inflação.

## MÉDICOS DA EUROPA EM COIMBRA

Fazer o ponto da situação das condições de trabalho dos clínicos em vários países da Europa é o principal objectivo da reunião da Federação Europeia dos Médicos Assalariados (FEMA) que decorreu sexta-feira e sábado em Coimbra, com a participação de delegações de organizações médicas de Portugal, Alemanha, Austrália, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Roménia e Eslovénia, num total de três dezenas de elementos. Merlinda Madureira, presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), disse à agência Lusa que a reunião de Coimbra é uma das duas que a FEMA realiza anualmente para discutir as condições de trabalho dos médicos assalariados nos países representados na FEMA.

O ponto da situação em Portugal foi elaborado com base numa proposta da FNAM com o apoio do SIM e da Ordem dos Médicos.

## OPZZ DA POLÓNIA

A convite da CGTP uma delegação do Acordo Nacional dos Sindicatos Polacos (OPZZ), considerado a maior e mais representativa organização sindical da Polónia, esteve em Portugal no final de Fevereiro. A presidente Ewa Spychalska e o vice-presidente Ryszard Lepik tiveram encontros com Manuel Carvalho da Silva e outros dirigentes da CGTP, visitaram a Solisnor/Setenave, foram recebidos na Assembleia da República e participaram na manifestação de 26 de Fevereiro, em Lisboa.

# 48 horas de jejum público pelos salários e o emprego

«Sabíamos que ia ser um esforço muito grande, mas, depois das lutas todas que já tivemos, decidimos ir para uma acção diferente, que tivesse maior impacte». Foi assim que Francisco Costa, da direcção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, explicou ao «Avante!» a opção pelo jejum de dirigentes e delegados sindicais do STAL, no Terreiro do Paço.

Estivemos lá no sábado à tarde, já no final da segunda etapa do «jejum público» que ali decorreu durante dois dias e que teve por objectivo protestar contra a redução dos salários e a aplicação da lei dos disponíveis aos trabalhadores das autarquias locais. À pergunta «Como vai isso?», Francisco Costa respondeu prontamente: «Vai mal, estou cheio de fome!» Naquela altura já tinha passado mais de 24 horas sem comer, o que também fizeram mais de uma centena de sindicalistas desde quinta-feira à tarde.

Pela instalação sonora, os dirigentes do STAL falavam a quem passava acerca das razões do descontentamento e da luta dos trabalhadores. Ao ministro das Finanças enviaram uma carta. Aos jornalistas distribuíram um documento desmontando os argumentos do Governo, defendendo uma correcção dos salários e anunciando novas formas de luta.

No dia 9, quarta-feira, tinha saído em «Diário da República» o decreto que aumenta de 8 para 10 por cento os descontos para a Caixa Geral de Aposentações. Somando-se aos aumentos salariais de 2,5 por cento, tem como resultado a redução dos salários reais dos trabalhadores.

Francisco Costa exemplifica com o seu caso: operário qualificado principal, com a profissão de soldador, recebia no ano passado um salário de 74 622 escudos; agora, com os aumentos impostos

pelo Governo, terá um aumento de 483 escudos, ou seja, pouco mais de meio por cento!

O STAL recorda, a propósito, que nos últimos dois anos, em que a inflação deverá somar 12,7 por cento e os descontos para a CGA subiram 2 por cento, os salários aumentaram apenas 8,1 por cento, o que leva o sindicato a afirmar que, «a manter-se esta situação, teríamos o poder de compra dos nossos salários degradado em cerca de 6,2 por cento». E isto numa altura em que «o salário médio dos trabalhadores da administração local tem um poder de compra inferior ao que possuía o primeiro salário mínimo nacional, fixado em Maio de 1974».

O salário médio do pessoal das autarquias locais situa-se em cerca de 93 contos, mas dois terços dos trabalhadores recebem ordenados inferiores, segundo o STAL, que lembra ainda que o salário mínimo da administração pública (46 950 escudos) está 5 por cento abaixo do mínimo nacional.

Nestas circunstâncias, o STAL exige «uma correcção salarial que, para oferecer uma garantia mínima de manutenção do poder de compra, deverá aumentar os valores já aplicados em 6,7 por cento e calcular o adicional de 2 por cento, criado em 1992, com base nos salários de 1994, integrando-o depois na própria tabela salarial».

O STAL contesta também a aplicação da lei dos disponíveis nas autarquias locais,



Mais de uma centena de dirigentes e delegados sindicais da administração local participaram nesta acção inédita e dura, junto ao Ministério das Finanças, protestando contra a «política de confrontação» do ministro Catroga e do Governo de Cavaco Silva

matéria de um projecto legislativo distribuído no início do mês por alguns organismos e que não foi enviado àquele sindicato, que representa a esmagadora maioria dos trabalhadores do sector. É que, como destacou Francisco Costa, referindo a experiência de contactos com autarcas do distrito de Lisboa, «não houve nenhum presidente de câmara que nos dissesse que tem trabalhadores a mais, antes pelo contrário». Mas o Governo, pelo que se conhece, pretende impor às autarquias a definição de disponíveis e colocar nas mãos apenas do presidente todo o poder para decidir quem vai ou não integrar as famigeradas listas. «Isto é pôr uma espada sobre a cabeça dos trabalhadores», protesta o sindicalista, alertando para «toda a espécie

de arbitrariedades» a que tal regime poderá dar origem.

## Não dar tréguas

Depois deste «jejum» e das inúmeras acções que tem promovido contra a política do Governo PSD para a administração local, o STAL afirma-se disposto a prosseguir o combate. Para já, vai promover no dia 24 de Março paralisações, plenários e saídas à rua em todos os concelhos, que poderão convergir para acções conjuntas com os restantes sectores, «correspondendo ao apelo da CGTP e ao sentido de convergência na acção e na luta dos trabalhadores».

Entretanto, vai colocar à apreciação dos trabalhadores outras formas de luta, nomeadamente a realização de uma concentração nacional no princípio de Abril.

## Executiva do SPGL apela à convergência

Numa conferência de imprensa em que esteve em foco o próximo processo eleitoral no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, a sua Comissão Executiva fez votos para que «os princípios e seu debate, os procedimentos e os valores em presença sejam de raiz genuinamente sindical e que os professores, na sua multiplicidade política, ideológica e religiosa, encontrem, num diálogo amplo e democrático, porventura complexo e difícil, os caminhos da convergência».

As eleições para os corpos gerentes do SPGL estão marcadas para 26 de Maio, terminando o prazo para apresentação de listas a 20 de Abril. A Comissão Executiva avançou com esta declaração pública porque «alguns associados decidiram não só avançar com um processo de formação de uma lista, direito que plenamente lhes assiste, como é óbvio, como também transformar esse processo e a crítica aos corpos gerentes do SPGL em matéria pública e jornalística de antecipada campanha eleitoral», quando «seria natural que a presente fase pudesse decorrer no quadro da vida interna do sindicato, como um processo aberto e transparente de avaliação colec-

tiva e individual do trabalho realizado, na perspectiva da sua continuação, melhoria e renovação».

A actual direcção, presidida por Paulo Sucena, assumiu, nomeadamente num documento aprovado por unanimidade a 7 de Fevereiro, «a responsabilidade de dinamizar os processos que, com a contribuição franca e leal de todos os dirigentes e delegados sindicais e em diálogo alargado com os professores, permitam construir, sem omissões ilegítimas, uma proposta de prosseguimento e de renovação do trabalho sindical que, em 1991, os sócios lhe cometeram por voto democrático» e «que seja susceptível de agregar uma equipa de trabalho capaz de

manter, aprofundar e enriquecer o protagonismo sindical, profissional, pedagógico, social e cultural do SPGL».

No encontro com a comunicação social foi ainda anunciada para anteontem uma concentração de professores junto ao Ministério da Educação para protestar contra a prova de candidatura ao oitavo escalão da carreira docente, acção integrada num conjunto de iniciativas que a Fenprof promove até ao final da semana. O SPGL vai aderir à concentração de dia 22 dos trabalhadores da instituições privadas de solidariedade social, junto ao Ministério do Emprego, e ao «aviso dos trabalhadores ao patronato e ao Governo», dia 24.



## Na próxima quinta-feira, com acções por todo o País «Vai ser mesmo um grande aviso!»

**Paralisações, plenários, concentrações, desfiles... No dia 24, os trabalhadores vão fazer ouvir bem alto o seu protesto contra a política de Cavaco Silva**

No final da reunião de segunda-feira da Comissão Executiva da CGTP-IN, convocada para analisar a situação social e política e preparar as acções que vão integrar o **aviso dos trabalhadores** ao Governo e ao patronato, marcado para dia 24, Manuel Lopes mostrou-se convencido de que esta jornada «vai ser mesmo um grande aviso dos trabalhadores». Para este dirigente da CGTP, só pode ser de grande amplitude a resposta à insistência na destruição do aparelho

produtivo, no bloqueio da contratação e na intensificação da exploração dos trabalhadores, pois aos protestos até agora manifestados o Governo responde com «afirmações disparatadas», quer de ministros, quer do próprio primeiro-ministro, que «apregou na Inglaterra as vantagens da nossa mão-de-obra barata». Ou então, «procura lateralizar as questões», disse ainda Manuel Lopes ao «Avante!», apontando o recente alarido em torno das dívidas dos clubes

de futebol, que não é acompanhado de quaisquer medidas para cobrar os quase 400 milhões de contos de fuga ao fisco.

A Comissão Executiva da *Inter* afirmou o seu empenhamento em que a jornada de luta da próxima quinta-feira tenha uma dimensão correspondente à enorme ofensiva que está lançada contra os interesses e os direitos dos trabalhadores e das suas famílias, sobretudo em termos de emprego, salários e protecção social.

Neste momento estão ainda a ser definidas acções nos sectores e regiões, e um programa mais completo das iniciativas de dia 24 - que decorrem durante uma semana de mobilização e luta - deverá ser anunciado «mesmo



Nas acções da próxima semana os trabalhadores vão trazer novamente para a rua o seu protesto (foto da manifestação de 26 de Fevereiro, em Lisboa, promovida pela CGTP-IN)

em cima da data», adiantou Manuel Lopes, reafirmando que terão lugar «acções nas empresas, com paralisações em muitos

casos, e acções de rua, dirigidas para a opinião pública».

### Concentração e greve na EDP

Para a tarde de 24 de Março, a federação das Indústrias Eléctricas anunciou já uma concentração nacional de trabalhadores da EDP, frente à sede do conselho de administração da empresa. Esta acção, que é acompanhada de um pré-aviso de greve de 24 horas para o mesmo dia, integra-se nas iniciativas do «aviso» e tem por objectivo exigir aumentos salariais justos, a defesa dos direitos e dos postos de trabalho, o não desmembramento da EDP e a manutenção da Segurança Social, bem como protestar «contra toda e qualquer nova tentativa de alterar a legislação laboral» - como se lê num comunicado da FSTIEP aos trabalhadores.

O 4º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa - que teve lugar nos dias 11 e 12, na Foz do Arelho - mandou a direcção da

estrutura para, no âmbito da jornada da próxima quinta-feira, emitir um pré-aviso de greve para o segundo período de trabalho de dia 24.

Reunidas no dia 10, as comissões nacionais de trabalhadores do sector bancário decidiram, pela situação que se vive na Banca e por «dever de solidariedade para com a generalidade dos trabalhadores», apoiar «de forma activa» a iniciativa da próxima quinta-feira e manifestaram a sua disponibilidade para participar nas formas de protesto que os sindicatos decidirem realizar no sector.

As estruturas sindicais têm indicado que estão em fase mais adiantada de preparação acções dos trabalhadores dos transportes e da administração pública. O apelo à participação na luta de dia 24 figura numa resolução aprovada na semana passada pela Assembleia de Delegados Sindicais da Função Pública do Sul e Açores, e foi também feito pela direcção do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, na conferência de imprensa que se seguiu à reunião de dia 11 daquele órgão.

## CGTP exige revogação imediata da lei sobre higiene e segurança

**O simples bom senso deveria levar o Governo a revogar o decreto-lei 26/94, sobre as actividades de segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho, afirma a CGTP-IN.**

A «total oposição» da central ao conteúdo do diploma e à forma como teve lugar a sua publicação oficial foi dada a conhecer por Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva, em conferência de imprensa que teve lugar no dia 9 e onde foi desmentido o «consenso», pretensamente obtido na Conferência Social e referido pelo Governo logo no preâmbulo daquele diploma. Uma vez que o decreto nunca foi levado ao CPCS.

É com «estranheza e incompreensão» que a CGTP encara o facto de o referido DL ter sido aprovado em Conselho de Ministros a 21 de Outubro, promulgado apenas 3 meses depois, em Janeiro, e publicado em 1 de Fevereiro para entrar em vigor a 1 de Janeiro. Tanto mais que, refere a central, nenhuma instituição pública nem departamentos ministeriais com interferência nesta matéria estão preparados para fazer aplicar a legislação. «Este diploma saiu sem a existência de um órgão de coordenação, nem de qualquer estrutura, que tem que envolver necessariamente a Direcção de Cuidados de Saúde, a Inspeção Geral do Trabalho e o IDICT; é inexplicável esta situação, é a situação mais caricata até hoje vista», comenta a confederação.

Na base da total oposição da CGTP ao DL 26/94 está, antes da «falta de diálogo e de bom senso por parte do Governo» demonstrada pela forma como o diploma saiu do prelo, o facto de

ele guardar para os trabalhadores «uma participação seriamente mitigada em todo este regime, não se prevendo uma intervenção na preparação, execução e fiscalização dos serviços de segurança».

O texto do decreto representa, acusa a *Inter*, «um retrocesso em relação à legislação anterior, existente há já 30 anos, porque é mais desregulamentador e liberalizante, nomeadamente em relação ao funcionamento dos serviços e à garantia mínimo de funcionamento».

Em vez de contemplar o objectivo fundamental de promover a saúde dos trabalhadores, o decreto vem criar uma situação em que se corre o risco de ver o trabalhador «como um mero factor de produção, que importa examinar, a fim de evi-

tar admitir um elemento com deficiências, manter em bom funcionamento, para dar o maior rendimento, e excluir, quando deixar de possuir o mínimo de condições consideradas necessárias para o desempenho da função» - alerta a CGTP.

Na conferência de imprensa de dia 9 foi ainda apresentado um balanço da efectivação do Acordo de Segurança, Higiene e Saúde no local de trabalho, assinado em 30 de Julho de 1991 por todos os parceiros sociais mas que, na grande parte das suas alíneas, continua por cumprir. Entre outras medidas que não foram tomadas pelo Governo nestes dois anos e meio, a CGTP aponta a criação da comissão de acompanhamento do acordo, do Instituto de Segurança, Higiene e

Saúde no Trabalho, e da comissão permanente da Tabela Nacional de Incapacidades; o envio trimestral de relatórios da inspecção sobre estas matérias; a regulamentação da lei-quadro sobre Higiene, Segurança e Saúde no trabalho em matéria de prevenção; a publicação de diplomas sobre a eleição dos representantes dos trabalhadores nos órgãos previstos; a adaptação da lei à agricultura, às pescas e à marinha mercante; a revisão do regime de penalizações por infracções à lei...

Referindo que no quadro há meia centena de lugares por preencher, a CGTP critica também a falta de meios da Inspeção de Trabalho para actuar nesta área (como noutras), situação agravada com a integração no IDICT.

## Provedor vai intervir nos «disponíveis» do INETI

O Provedor de Justiça, na sequência de uma queixa do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, reconheceu a existência de ilegalidades no processo de criação de disponíveis no Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial e afirmou que irá intervir junto da tutela para que cessem aqueles procedimentos - revelou o sindicato, que reuniu recentemente com Meneres Pimentel.

As ilegalidades que motivam a «intervenção imediata» do Provedor têm a ver com duas situações, refere o STFPISA: não existência de uma caracterização prévia dos locais de trabalho, condição *sine qua non* para o início do processo, e falta de suporte legal, dado que o despa-

cho do presidente do INETI foi feito antes de terem sido publicados em «Diário da República» a estrutura orgânica, o quadro de pessoal e a fórmula dos disponíveis.

O processo de criação de disponíveis no INETI «está repleto de insólitas singularidades», denuncia ainda o sindicato, referindo alguns exemplos:

- foram considerados disponíveis dois dos três operadores do reactor português de investigação, o que inviabiliza o seu funcionamento, já que as normas de segurança adoptadas exigem a presença de dois operadores em cada turno;

- foi considerado disponível o técnico que operava o liquefactor de hélio, equipamento adquirido recentemente com

financiamento comunitário e que é único no País; como solução de recurso, está a ser formado na operação do liquefactor de hélio o técnico até aqui responsável pela instalação telefónica e o sistema de comunicações.

«Este, como outros processos de disponibilização de pessoal, só têm um fim em vista, que é o de reduzir pessoal e, em consequência, custos, sem que para isso se olhe às reais necessidades dos serviços para cumprirem os seus objectivos», acusa o STFPISA, adiantando que «com o aproximar da data da saída do pessoal na lista de disponíveis, cada vez mais os serviços fazem sentir a falta que eles vão fazer, admitindo o INETI a possibilidade de os vir a requisitar ao quadro de excedentes».

## Sindicatos de Setúbal em congresso amanhã e sábado

«Lutar para desenvolver» é o lema do 4º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal, que decorre amanhã e depois no Forum Luísa Todi e que foi apresentado na semana passada em conferência de imprensa. O coordenador da União defendeu perante os jornalistas a manutenção da actual legislação laboral e apelou a um melhor aproveitamento das verbas do novo Quadro Comunitário de Apoio. O desemprego na região, que de acordo com Rui Paixão já atinge mais de 40 mil pessoas (60 por cento das quais mulheres), é outro dos temas centrais do congresso.

Para o dirigente da USS, é forçoso que as verbas do novo QCA sejam melhor empregues e se destinem, efectivamente, ao desenvolvimento. A este propósito, recordou que as verbas dispendidas no âmbito da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal não resolveram, minimamente, os problemas de emprego na região.

Num debate recente, promovido pela USS no quadro das comemorações do 8 de Março, foi aprovada uma resolução em que se exige do Governo, entre outras medidas, a organização, no distrito de Setúbal, de programas de formação profissional específicos para as mulheres trabalhadoras desempregadas dos sectores de actividade e empresas em reestruturação. As mulheres da União dos Sindicatos de Setúbal reclamam ainda «a certificação da formação profissional, com base no aumento da qualificação das trabalhadoras, tendo por objectivo a progressão profissional e salarial, como forma de combater as desigualdades e discriminações».



## PSD em Barcelos: à lei da rolha

Ancorado na sua maioria, o PSD vai apresentar em Barcelos um Projecto de Regimento para a respectiva Assembleia Municipal que limita a 20 segundos a intervenção de cada membro deste órgão no período de antes da ordem do dia. A CDU local comenta:

«Por muito estranho que pareça, o PSD irá apresentar, em Abril, altura em que se comemora o 20.º Aniversário do 25 de Abril – Dia da Liberdade, um Projecto de Regimento que elimina a intervenção dos eleitos da CDU que, no seu todo, passam a ter apenas 1 minuto no período antes da ordem do dia, para, ao abrigo do Artigo 17.º do mesmo Regimento, apresentar votos de louvor, congratulações, saudações, protestos e pesar. É um Regimento que amordaça os eleitos da CDU.»

E acrescenta a CDU (que a propósito deste despropósito antidemocrático vai solicitar reuniões com o PS e o CDS, uma audiência com o Governador Civil e elaborar uma Moção a enviar a todas as AM's do País):

«É evidente que o PSD pretende transformar a Assembleia Municipal numa caixa de ressonância das vontades e interesses do Executivo Municipal. A Assembleia Municipal vê-se assim impedida de exercer um direito defendido por Lei – fiscalizar a actividade do Executivo Municipal.»

## Não aos silos de cimento no porto de Portimão

Na reunião da Câmara Municipal de Portimão de 8/03/94 foi informado pelo presidente do executivo a pretensão da Direcção-Geral de Portos de instalar silos de cimento no porto de Portimão, junto ao local onde se pretende instalar a futura marina. A CDU manifestou-se contra a instalação de qualquer silo de cimento no porto de Portimão «até ser realizado um estudo de impacte ambiental que avalie os efeitos deste tipo de equipamento na população e na cidade», consi-

derando «indispensável que a Câmara de Portimão mantenha uma posição de grande firmeza no sentido de evitar a instalação de equipamentos que possam vir a poluir o meio ambiente prejudicando os munícipes e a principal actividade económica do concelho, o turismo».

Por último, a CDU irá propor à Câmara Municipal de Portimão, através do seu vereador Rui Sacramento, a realização de um amplo debate público sobre esta matéria.

## Alcácer do Sal pela Regionalização

Os membros da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunidos em sessão ordinária, realçaram a importância que a criação das Regiões Administrativas terá para o Alentejo, designadamente o seu litoral.

Entretanto, acusam «a estratégia concentracionista seguida pelo Poder Central», que «condicionando gravemente a orientação e gestão do Quadro Comunitário de Apoio e dos meios financeiros afectos, com sérios prejuízos para o melhor ajustamento e aproveitamento dos recursos naturais, humanos e técnicos da região».

Neste sentido, os eleitos da Assembleia Municipal pronunciaram-se pela urgente criação das Regiões Administrativas «como forma de dar cumprimento ao preceito constitucional que as consagra e meio de potencializar os recursos económicos e humanos».

Os eleitos da Assembleia Municipal reivindicam igualmente o direito «a uma intervenção efectiva e democrática no processo da Regionalização» e manifestam-se no sentido de que o ano de 1994 seja o ano da sua concretização.

## Moita

As edificações em ruínas junto à antiga fábrica de cortiça do Bairro Gouveia, em Alhos Vedros, vão ser demolidas por constituírem perigo para a segurança e saúde dos habitantes da zona. A decisão foi tomada pela Câmara da Moita na sua última reunião, efectuada ontem.

A edilidade irá agora intimar os proprietários para que procedam à demolição dos edifícios em ruínas e à reconstrução do muro envolvente à fábrica, no prazo de quarenta dias.

Com o objectivo de melhorar

a sua intervenção nestes casos, a Câmara decidiu também nomear uma comissão permanente de vistoria às construções que ameaçam ruína ou que constituam perigo público.

Na mesma reunião, o executivo municipal aprovou a adjudicação da exploração do conjunto de piscinas e bar/restaurante do parque da Zona Ribeirinha da Baixa da Banheira a uma empresa do ramo.

O complexo de lazer abrirá ao público no início do mês de Junho.

## Encontro «Os Jovens e a Europa de Maastricht»

# Em favor de uma Europa de cooperação entre nações livres e iguais

O Encontro «Os Jovens e a Europa de Maastricht», promovido pela Coordenadora da Juventude Democrática (CJD) decorreu no passado fim-de-semana na Voz do Operário em Lisboa, reunindo delegações da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), da União das Juventudes Comunistas – Espanha (UJC), da Juventude Comunista da Grécia (KNE) e do Movimento da Juventude Comunista de França (MJCF).

A condenação da Europa «de Maastricht» em vez de uma Europa solidária foi a tónica das intervenções feitas neste encontro, cujos trabalhos se dividiram por dois painéis.

«A Europa que queremos é uma Europa de cooperação entre nações livres e iguais. Uma Europa onde sejam adoptadas políticas que favoreçam a criação de empregos estáveis e com salários justos. Onde sejam combatidas as desigualdades sociais, onde sejam elevados os níveis de protecção social, de assistência na saúde, de promoção da educação e da cultura. Uma Europa sem trabalho infantil e onde sejam afirmados os direitos e aspirações dos jovens.

«A Europa que queremos é uma Europa onde sejam adoptadas políticas de ambiente e de desenvolvimento regional, que assegurem um desenvolvimento regional, que assegurem um desenvolvimento sustentado. É uma Europa mais participada, mais democrática, onde sejam garantidos os desejos individuais e colectivos dos cidadãos, e onde o nosso país não assuma o papel de uma economia residual, periférica e subcontratada».

Excertos da intervenção de António Filipe, da Direcção Nacional da JCP, que espelham a opinião generalizada das delegações presentes.

### Racismo e Xenofobia

Um dos painéis em que os trabalhos estiveram divididos abor-

dou especificamente a questão «Schengen e Maastricht – passos na escalada xenófoba e racista na Europa» dado o ascenso na Europa dos fenómenos racistas e xenófobos, as conclusões divulgadas neste encontro referem, sobre esta questão, que «a crise capitalista, as suas consequências sobre as condições de

**O preocupante ascenso do Racismo e Xenofobia e a semelhança de situações no que diz respeito à política educativa nos países da Europa Comunitária foram temas em foco na reunião de jovens comunistas europeus**

vida dos trabalhadores (desemprego, emprego precário, falta de habitação, degradação das condições de vida, etc.), e as extraordinárias assimetrias sociais a que dá origem, fornecem o caldo para um desenvolvimento do racismo e xenofobia».

Mas, acrescenta o documento, «a acção dos agentes do sistema capitalista não é apenas o responsável pela degradação social e económica, pelo desenvolvimento do «caldo de cultura» propício ao crescimento do racismo. Eles são responsáveis por uma acção premeditada com

vista à aceleração do crescimento do racismo e da xenofobia».

Mais adiante, os jovens comunistas consideram ser «à luz deste quadro que temos que analisar Schengen e Maastricht, como instrumentos, profundamente demagógicos, de uma política racista e xenófoba ao serviço dos interesses do grande capital». Os seus resultados mais visíveis nesta matéria são enunciados neste documento da forma que se segue:

«O fecho das fronteiras dos asilados de praticamente todo o mundo, com excepção quase única aos originários dos países anti-imperialistas, à revelia da Carta Universal dos Direitos do Homem, e demonstrando bem o valor que sempre lhe deram: o de mero instrumento na batalha contra os países que se lhes opuseram. É neste quadro que assis-

teiras à circulação de capitais e mercadorias, evidentemente, num saldo global avassaladoramente favorável aos "países ricos do Norte". É neste quadro que temos assistido aos problemas registados no Aeroporto de Lisboa, com a retenção regular de cidadãos africanos que disporiam de todas as condições para entrar em Portugal».

«O crescente controlo policial sobre o cidadão não comunitário e o cidadão não caucasiano, é cada vez mais, e a propósito destes, sobre todos os cidadãos da União Europeia. É neste quadro que em Portugal surge a imposição a todos os que ali residem de estar sempre munidos de Bilhete de Identidade, permitindo-se à polícia requerer a identificação de qualquer pessoa em qualquer lugar. Em Espanha é sobre os imigrantes que a polícia detém um poder completamente discricionário, podendo retê-los em qualquer situação».

«O reforço da onda xenófoba que já assolava a Europa, com a legitimação, pelos governos, da enofobia e do racismo. É neste quadro que temos assistido à responsabilização (directamente como em França, indirectamente como em Portugal) dos imigrantes pelos graves problemas sociais, desde o desemprego à insegurança passando pela falência da Segurança Social, etc.»

«A manutenção em cada país de uma importante comunidade de imigrantes em situação irregular, profundamente perseguidos e reprimidos pelos Estados, mas ao mesmo tempo consentidos, por forma a serem predados pelo patronato ávido de trabalhadores que não protestem, recebem mal, trabalhem 14 horas por dia sem qualquer segurança, etc., etc.»

timos a decisões administrativas, por processos expeditos e sem recurso a tribunal, de questões que implicam com a vida de seres humanos e estão consignados na Carta Universal dos Direitos do Homem».

### Fecho de fronteiras serve o capital

«O fecho das fronteiras aos povos do chamado terceiro mundo, permitindo excepções apenas a alguns VIP's, ao mesmo tempo que se abrem as fron-

## Política Educativa na Europa

# Prioridade nos discursos negada na prática dos governos

A Política Educativa na Europa comunitária foi um dos temas em discussão num painel específico durante os trabalhos deste Encontro «Os Jovens e a Europa de Maastricht». As delegações presentes realçaram, neste aspecto, traços e evoluções comuns entre o que se vai passando nesta área nos respectivos países, nomeadamente o anúncio propagandístico, por parte dos vários governos, da Educação como área prioritária nacional ser negado posteriormente pelas orientações e medidas políticas implementadas.

Por outro lado, a necessidade

de elevar o nível de formação e de frequência estudantil nos vários níveis de ensino como factor indispensável para o desenvolvimento e progresso de cada povo, é contrariada por políticas orçamentais fortemente restritivas nas áreas sociais e em particular na Educação, ditas por orientações economicistas e de forte submissão às directivas emanadas pela Comissão Europeia.

Simultaneamente, são aplicados mecanismos de contenção no acesso e frequência do Ensino Público, particularmente ao nível do Ensino Superior ao mesmo

tempo que se procura «empurrar» os jovens para cursos de Formação Profissional sem qualquer perspectiva de futuro.

«Ainda que em grau e com formas diferenciadas verificam-se incentivos, apoios e negligência em relação à legislação existente de forma a promover a expansão do Ensino Privado», referem os jovens comunistas em comunicado.

«Apesar das reformas em curso nos vários sistemas educativos continua a assistir-se a um desfazamento entre os planos de estudo do Ensino Superior, o mesmo acontecendo no caso do

ingresso no mercado de trabalho», diz-se.

«A falta de medidas pedagógicas e de acção social, entre outras, para combater o insucesso escolar e elevar a qualidade de ensino, a participação estudantil na gestão das escolas tanto quantitativa como qualitativamente continua aquém do desejável e necessário em vários níveis de ensino e em vários países e o reforço do Movimento Estudantil, quer ao nível das estruturas associativas e da sua dinâmica, quer no plano da capacidade reivindicativa e de contestação



## Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP

# «A Reforma do Sistema Educativo precisa já de reforma»

A política educativa seguida pelo Governo será um dos temas fortes do próximo Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, a realizar no próximo dia 26 na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto no Pragal em Almada e cuja fase preparatória decorre com significativa participação em todo o país. Bruno Neves, da Cordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP, fala em entrevista ao «Avante!» de algumas das preocupações maiores dos jovens estudantes comunistas: a Reforma do Sistema Educativo na berlinda...

Quais são os objectivos da realização deste Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, depois de três anos passados sobre a realização do último Encontro?

Este Encontro esteve para se realizar o ano passado, mas como coincidiria com a realização do Congresso da JCP, entendemos que deveríamos adiar a sua concretização para este ano. Na actual situação social, política e eleitoral, definimos cinco grandes objectivos a concretizar com a realização deste Encontro.

Em primeiro lugar a afirmação e reforço da Organização do Ensino Secundário da JCP, por outro lado a correspondente afirmação das propostas e posições da JCP sobre questões de política educativa.

### Do Movimento Associativo à Escola

Para além disso procuramos reforçar a nossa intervenção no Movimento Associativo e na Escola. Este é, de resto, um dos pontos fundamentais deste Encontro e deve merecer uma profunda discussão e debate.

A nossa intervenção em defesa do ambiente, da paz, contra o racismo e a xenofobia será também analisada durante os trabalhos do Encontro. Por último, trabalhar no sentido de reforçar a atracção do ideal comunista junto dos jovens é outro dos aspectos que iremos abordar.

Um dos cinco pontos que referiste como os núcleos centrais da discussão do Encontro do Secundário diz respeito às propostas e posições da JCP sobre questões de política educativa. Depois dos últimos desenvolvimentos e mudanças registadas até na esfera governativa, quais são, resumidamente, essas ideias que vocês apresentam aos jovens?

A JCP faz uma análise diária da actividade e acção do Governo do PSD, sobretudo no que diz respeito à política educativa. Esta acção, para nós, põe em causa a vida dos estudantes e o próprio

acesso à Educação. Esta é uma componente fundamental da vida dos jovens, para a sua formação enquanto indivíduos e para responder às suas aspirações de realização pessoal na futura vida profissional. Com a actual política governamental encontramos três ou quatro linhas de actuação fundamentais...

Que passam pela introdução da Reforma do Sistema Educativo...

Exacto. Sobre isso entendemos que esta Reforma precisa já

## Bruno Neves, da Coordenadora do Secundário da JCP, em entrevista ao «Avante!»

disciplinas e os diversos programas - e a situação é tão confusa que muitos professores não conseguem dar as disciplinas por não entenderem o que pretendem os programas.

Por outro lado o novo modelo de gestão, administração e direcção das escolas que o Governo pretende - onde essencialmente se centraliza tudo num órgão unipessoal, o Director-Executivo, que sozinho controla a vida da escola. Acaba a gestão democrática das escolas.

Exemplo disso é a forma prevista para a participação dos alunos nos órgãos de gestão que deixa de ser feita por eleição directa, passando a ser designa-

Esse alunos têm lugar no Conselho de Escola?

Sim. Para além do Director-Executivo, os novos órgãos escolares incluirão um Conselho de Escola e mantém-se o antigo Conselho Pedagógico que, no entanto, passa a ter um papel meramente consultivo e praticamente facultativo na definição da vida escolar.

No Conselho de Escola regista-se ainda a incrível situação de só se permitir a participação de alunos do Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos) deixando de fora todos os alunos do 7º, 8º e 9º.

Outra questão diz respeito à prevista participação neste órgão escolar de entidades como «representantes dos interesses socioeconómicos da região», dos «interesses socioculturais» da autarquia, etc. Ora nós defendemos a existência de uma forte ligação entre a escola e o meio em que se insere, mas não aceitamos a entrada de pessoas estranhas à especificidade da vida escolar num órgão de gestão directa e efectiva da escola, pois tendencialmente as discussões não serão sobre qual a melhor forma de a escola se integrar no meio envolvente, mas sim sobre aspectos muito concretos da vida escolar.

Há ainda as mudanças na avaliação escolar...

Esse é outro aspecto fundamental nesta nova Reforma e que para nós é um dos pontos que merece mais críticas. Este novo modelo é criado para resolver administrativamente algumas situações para as quais



o Governo não tem outra resposta: o acesso ao ensino superior e o insucesso escolar.

tempo que se construíam mais Universidades e se abriam novos cursos...

Vocês pensam que o que veio substituir a PGA é, no fundo, a mesma coisa que a PGA?

### Exames a menos exames a mais

Com este novo modelo o Governo cria uma barreira na entrada ao Ensino Secundário, escondendo a barreira de acesso ao Ensino Superior: faz-se um exame no 9º ano, depois de os alunos terem passado pelo 7º e 8º sem chumbos, sem faltas, sem apoio pedagógico aos alunos com dificuldades, somente sendo retidos no mesmo ano os casos excepcionais, individualmente considerados pelo professor. É nesta situação que os alunos terão de fazer um exame sobre os três anos de frequência até ao nono. Atrase-se assim a barreira de acesso ao Ensino Superior, escamoteando este e outro problema: é que do 7º ano ao 9º o insucesso escolar, obviamente, vai descer porque os alunos passam quase obrigatoriamente de ano.

Mas os exames aparecem no Secundário...

De facto criam-se exames no final de cada ano lectivo do Ensino Secundário, desde o 10º ao 12º, o que tem igualmente como objectivo aumentar a dificuldade de acesso ao Ensino Superior. Isto é, apesar de constantemente o aluno ser avaliado pelo seu trabalho, tudo dependerá dos exames que sucessivamente irá fazer nos três anos do Secundário. Aumentarão assim as retenções nos anos não imediatamente anteriores ao Ensino Superior, «disfarçando», mais uma vez, as dificuldades de acesso à Universidade.

Para nós o problema de acesso ao Ensino Superior deveria ser encarado de outra forma, acabando com o *Numerus Clausus* no espaço de três anos, ao mesmo

Bem, os objectivos são os mesmos: criar uma barreira à entrada no ensino superior. É para o que serve a prova de aferição, que surge numa altura - o final do ano lectivo - em que os alunos, em poucas semanas, estão sujeitos a variadíssimos exames já que se acumulam as provas de aferição com as específicas - muitas vezes iguais ou sobre a mesma matéria, como acontece em Matemática...

Quando da luta pela abolição da PGA, a acção da JCP foi importante para o seu desenvolvimento?

Os jovens estudantes comunistas têm um papel fundamental para mobilizar a intervenção dos jovens em questões como estas. Nós entendemos - e esta será uma discussão fundamental a fazer no Encontro - que tem de haver um grande contacto com os estudantes, num papel unitário que procure sempre, através da informação e sensibilização, mobilizar a luta contra esta política. Na luta contra a PGA os estudantes comunistas tiveram um papel fundamental na sua dinamização, mas também na apresentação de propostas. Como o que substituiu a PGA não veio resolver o problema de fundo, parece-nos ser fundamental os estudantes comunistas intervirem na escola, sensibilizando os outros estudantes para a realidade desta política educativa e para mobilizar para a luta. No próximo dia 24 de Março, teremos um exemplo disso já que é também com trabalho dos jovens comunistas que se irá fazer desse dia, um dia de luta contra esta política educativa.

## Demonstrar o ideal comunista

A intervenção da JCP em defesa do ambiente, da paz, contra o racismo e a xenofobia será um dos temas a debater no Encontro do Secundário a par do trabalho no sentido de reforçar a atracção do ideal comunista junto dos jovens. Bruno Neves diz-nos que «o ideal comunista é composto por tudo o que nós defendemos, seja em matéria de política educativa, seja em relação à defesa do ambiente, da paz ou da luta contra o racismo. Nós, ao defendermos posições claras sobre questões muito concretas da nossa sociedade - para as quais os jovens são, na generalidade, particularmente sensíveis e estão particularmente atentos -, estamos a demonstrar com a acção concreta de que afinal se compõe este ideal comunista. É por termos vindo a fazê-lo que, de resto, cada vez é maior o recrutamento para a JCP».

de uma reforma. Os programas curriculares que são apresentados estão completamente desadequados em relação à realidade e não há uma verdadeira interligação entre as diversas

dos por uma Associação de Estudantes, o que além de pôr problemas de legitimidade, irá defrontar a realidade de muitas escolas não terem sequer uma Associação de Estudantes.





## Bósnia

Croatas e muçulmanos bósnios chegaram a acordo sobre um projecto de constituição da Federação croato-muçulmana na Bósnia, após dez dias de negociações em Viena. Entretanto, a unificação destas duas ex-repúblicas jugoslavas não poderá vir a ser feita sem um referendo bem sucedido e sem dois terços da maioria dos votos no Parlamento croata.

Por outro lado o governo bósnio, de maioria muçulmana, e os sérvios bósnios, concluíram um acordo que prevê a reabertura de três estradas ligando Sarajevo a outras zonas da Bósnia. O acordo, o primeiro do género desde o início do conflito, foi assinado terça-feira, no aeroporto de Sarajevo, na presença do comandante da Forprou, general Michael Rose, devendo entrar em vigor no próximo sábado. Os acordos hoje concluídos entre sérvios e muçulmanos vão permitir aliviar o cerco a Sarajevo que dura há 23 meses, constituindo mais um passo para a normalização da vida na cidade, após a cessação, em meados de Fevereiro, dos bombardeamentos da artilharia sérvia.

## Nagorno-Karabakh

A Arménia e o Azerbaijão chegaram a um acordo preliminar prevendo a retirada das tropas arménias dos arredores de Nagorno-Karabakh e a criação de uma zona-tampão na região, anunciou a agência Itar-Tass. O presidente do parlamento azeri, Rassoul Gouliev, e o seu homólogo arménio, Babken Araktsian, concluíram o acordo, após uma reunião em Kazakh, na fronteira da Arménia com o Azerbaijão. As zonas de onde as tropas arménias deverão retirar serão ocupadas por forças azeris para garantir o regresso dos refugiados, declarou Gouliev em conferência de imprensa, no final do encontro. A zona-tampão será controlada por observadores internacionais.

## Espanha

O número de desempregados registados em Espanha aumentou em 5 122, ou seja 0,18 por cento, em Fevereiro em relação ao mês anterior, depois de ter subido 2,35 por cento em Janeiro, revelou o Ministério do Trabalho. O desemprego atinge 2 774 579 pessoas, 18,01 por cento da população activa.

## França

Várias dezenas de milhares de manifestantes,



O segundo Inverno em Sarajevo cercada

## Bósnia Mantém-se ameaça de bombardeamentos

A fragilidade da situação na Bósnia, e os perigos que encerra de uma imprevisível escalada militar, ressaltou uma vez mais estes dias, quando uma intervenção da NATO esteve prestes a desencadear-se, na sequência de um ataque aos capacetes azuis franceses perto de Bilac, na parte ocidental do país.

A intervenção não se terá dado, ou devido ao mau tempo, ou à não confirmação do pedido de bombardeamento por parte da Forprou. Entretanto, aviões da NATO continuam a sobrevoar as zonas de conflito e todas as possibilidades permanecem em aberto quanto a eventuais bombardeamentos e um novo salto na guerra.

Na opinião do general Pierre Gallois, actualmente na reserva, a escalada militar ainda não ocorreu porque "os militares parecem ter mais bom senso que os políticos" e se mostraram sempre "muito reticentes" quanto à hipótese de bombardeamentos.

Os custos humanos destes três anos de guerra, mesmo cingindo-nos aos números mais gerais, falam por si de um drama a que se impõe abrir caminhos - de paz - para uma saída.

Desde a primeira troca de tiros entre sérvios e croatas na Croácia, no Verão de 1991, a guerra na ex-Jugoslávia já fez mais de 200 000 mortos e outros tantos feridos. O cerco de Sarajevo, iniciado há 22 meses, custou a vida a cerca de 10 000 pessoas.

Mas o conflito tem múltiplas outras consequências. Segundo o Alto Comissariado para os refugiados, das Nações Unidas, 3,8 milhões de pessoas - das quais 85% são mulheres e crianças - foram expulsas das suas terras e das suas casas pela guerra ou por acções de "purificação étnica" e vivem actualmente como refugiados. Em números gerais são 2,7 milhões na Bósnia, 530 000 na Croácia, 330 000 na Sérvia, 30 000 na Macedónia, Montenegro e Eslovénia.

Para além do seu desenraizamento, e de precárias condições

de vida, os refugiados são frequentemente vítimas de uma crescente xenofobia no país de acolhimento.

Centenas de milhar de pessoas sobrevivem unicamente graças à ajuda humanitária: só a cidade de Sarajevo recebeu 77 000 toneladas em 1993.

Na Sérvia, o esforço de guerra e os efeitos do embargo da ONU aplicado desde há um ano e meio, levaram a uma situação de crise na economia e ao florescimento do mercado negro. Actualmente 90% dos 10 milhões de sérvios vivem no limiar da pobreza; o salário médio é de 12 dólares, contra 70 há um ano atrás e 300 antes da guerra.

A situação na Croácia não é melhor. De par da crise económica, os nacionalismos acirrados com a guerra têm como consequência sistemáticas violações dos direitos humanos, nomeadamente em planos como o do emprego (onde a discriminação é prática corrente) ou da informação.

Que saída para a situação actual? Na opinião do general Gallois, "serão necessárias gerações para neutralizar os ódios fomen-

tados por esta guerra. Em vez de gastar biliões com a guerra actual, ou para manter um bloqueio imbecil (contra a Sérvia) que provoca a morte de numerosas pessoas todos os meses, em vez de fornecer armas à Bósnia, enquanto a Rússia as fornece à Sérvia e a Alemanha à Croácia, deveríamos antes propor um plano de reconstrução deste país, a reconstrução das estradas e sobretudo das casas, o realojamento das centenas de milhar de refugiados. A partir do momento em que estas pessoas, actualmente numa miséria pavorosa, tivessem a esperança de voltar para uma casa nova, de poder finalmente viver, isso desencorajaria muita violência. Poderíamos fazer parar os combates com a perspectiva de uma reconstrução, da imediata recuperação do seu país".

Perspectiva bem diversa da que até agora se tem vindo a afirmar - uma prática de ameaças militares e bloqueios que, na perspectiva do especialista em questões de Defesa, Paul-Marie de La Gorce, "encoraja os elementos das diferentes comunidades mais hostis a um compromisso".

## Palestina Negociações incertas

Persiste um clima de incerteza quanto à retomada das negociações de paz entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina (OLP), em particular depois de, a pedido dos Estados Unidos, a ONU ter anulado mais uma vez as consultas sobre os territórios ocupados por Israel que estavam previstas para segunda-feira ao nível do Conselho de Segurança.

O representante da OLP nas Nações Unidas, Nasser Al Kidwa, afirmou esperar que o Conselho de Segurança decidida desde já

quando será votada a resolução reclamada pelos palestinianos.

Entretanto, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) saudou a decisão de Israel de ilegalizar dois grupos extremistas antiárabes.

O governo israelita ilegalizou duas organizações racistas anti-árabes, o Kach e o Kahana Hai, a partir de agora classificadas como "organizações terroristas".

Ben Yair, conselheiro jurídico do governo israelita, precisou que "serão igualmente considerados terroristas todos os grupos que actuarem com os mesmos objectivos destas organizações, incluindo o estabelecimento de uma teocracia na terra bíblica de Israel e a expulsão violenta de árabes".

"São (igualmente) organizações terroristas os pequenos grupos relacionados com o Kach", acrescentou, numa alusão ao

## O diálogo é a única via para a paz nos Balcãs

Em depoimento para o «Avante!», Giannis Teonase, dirigente do PCG que esteve recentemente em Portugal, expõe as posições dos comunistas gregos sobre o problema da Macedónia



«O problema das relações da Grécia com a ex-república jugoslava da Macedónia tem a ver directamente com a questão da pacificação nos Balcãs e resulta da crise mais geral na ex-Jugoslávia, que é consequência da intervenção das potências imperialistas (primeiro, a Alemanha, depois os Estados Unidos e a União Europeia), bem como da alteração da correlação de forças no cenário internacional após as derrotas do socialismo no Leste e, sobretudo, a desintegração da União Soviética. «Quanto a nós, não será possível normalizar as relações entre os dois países se não for resolvido o problema mais geral da ex-Jugoslávia e se não se conseguir a pacificação nos Balcãs.

«Desde o início que o nosso partido se tem oposto às medidas do governo grego relativamente aos países vizinhos, como foi o caso do embargo, pois são medidas que não contribuem para a normalização da situação, antes alimentam o desenvolvimento de tendências nacionalistas na Grécia e na ex-república jugoslava da Macedónia. O PCG foi o único partido que abertamente se opôs às diversas manifestações de carácter nacionalista que tiveram início no ano passado na Grécia e que iam contra um largo movimento de opinião a favor da paz e da cooperação entre os povos balcânicos.

«O que reclamamos do governo grego, neste momento, é que dê início a um processo de diálogo com o governo da ex-república jugoslava da Macedónia, um diálogo directo e que não esteja dependente da mediação da ONU ou dos EUA.

«Com medidas de confiança mútua, numa base de respeito pelas fronteiras e pelos direitos dos estados da região e de cooperação frutífera para ambos os países, pensamos que será possível ultrapassar certos elementos negativos que existem na Constituição da república vizinha e que podem ser interpretados como intenção de expansão para outros países da região. Em tal contexto, será possível também discutir as questões ligadas à utilização do símbolo da Grécia pela república vizinha, clarificar o problema das fronteiras e encontrar garantias internacionais para o respeito do direito internacional. A questão do nome não é primordial, e cremos que também se conseguirá encontrar uma solução no quadro de uma aproximação mútua, com uma denominação puramente geográfica, sem referência a elementos históricos e culturais que podem ser problemáticos.»

"comité para a defesa das estradas" e ao "comité das vítimas do terrorismo árabe".

A decisão do governo israelita foi uma tentativa de satisfazer as exigências palestinianas de protecção dos cerca de 1,8 milhões de árabes dos territórios ocupados, alvos dos ataques de colonos judeus.

De relembra, entretanto, que cerca de dois milhões de palestinianos se encontram há já três semanas, desde o dia do massacre, submetidos ao recolher obrigatório e dezenas de milhar de operários estão proibidos de entrar e trabalhar em Jerusalém.

Abou Charif, conselheiro de Yasser Arafat, disse que a medida é "positiva", mas insistiu que o reinício das negociações com Israel continua pendente das outras condições avançadas pela OLP.

Entre as condições postas pela OLP para retomar as negociações com Israel, figura uma "decisão clara" do Conselho de Segurança sobre o massacre de Hebron, que esteve na origem da suspensão das conversações.

A OLP exige "protecção internacional" para os palestinianos dos territórios ocupados, a transferência dos colonatos judeus e a garantia de "progressos rápidos e imediatos" sobre a aplicação da declaração de princípios israelo-palestinianos, assinada a 13 de Setembro último em Washington.

Entretanto, duas das três principais organizações no seio da OLP, a FPLP de Georges Habbache e a FDLP de Nayef Hawatmeh, demarcaram-se da vontade manifestada por Arafat em retomar as negociações com Israel, pedindo a sua demissão.



## Colômbia

## Eleições em clima de violência

As eleições de domingo passado, na Colômbia, estão profundamente marcadas pelo clima de violência que caracteriza o quotidiano da vida política do país.

As prisões colombianas estão cheias de presos políticos, em particular dirigentes sindicais, de movimentos cívicos e de camponeses, e militantes da oposição, condenados por juízes "sem rosto" e "testemunhas incógnitas", sistema antidemocrático que permite a fabricação de processos-farsa.

Até há pouco tempo estavam presos os dirigentes sindicais da Telecom que se opunham à privatização da empresa, 45 camponeses de Arauca, arbitrariamente acusados de acção guerrilheira, dirigentes da União Sindical operária que recusavam a privatização da Ecopetrol.

Vítimas sistemáticas da acção repressiva são igualmente os militantes e dirigentes da União Patriótica e do Partido Colombiano, como Tirso Velez, presidente da Câmara de Tibú, ou o dirigente comunista de Barrancabermeja, David Ravelo.

Em véspera das eleições, são presos dois dirigentes e autarcas comunistas, acusados pela polícia de participação no massacre de 23 de Janeiro passado no bairro de Chinita do município de Apartado, massacre que as autoridades pretendem apresentar como um confronto entre forças de esquerda.

As prisões, perseguições e processos-farsa desenrolam-se num quadro em que o direito à vida está bem longe de ser

garantido. Segundo o relatório elaborado por Brace Waly Ndiage, da Comissão dos Direitos do Homem da ONU, "nos primeiros nove meses de 1993, mais de 9100 pessoas foram mortas na Colômbia".

Aida Avella, presidente da União Patriótica, em recente entrevista a "l'Humanité", afirma que "os assassinatos, o desaparecimento de dirigentes sindicais e políticos, as execuções sumárias e a tortura estão mais que nunca na ordem do dia". E exemplifica: "Nos últimos nove anos, mais de 2800 militantes nossos foram mortos, incluindo dois candidatos à presidência da República, quatro senadores e bom número de parlamentares".

O governo nega as suas responsabilidades no aumento da violência política "e justifica a repressão de que o povo é vítima, afirmando que persegue o narcotráfico e a subversão".

Há entretanto cada vez mais testemunhos que põem em causa as forças militares. "Recentemente dois oficiais confessaram ter criado, com o coronel Rogrigo Quinonez, um grupo paramilitar responsável pelo assassinato de mais de 100 camponeses membros da União Patriótica na região de Magdalena Medio".

Entretanto, a situação tende a agravar-se. Ainda segundo o testemunho de Aida Avella, "o Conselho de Estado deu recente-



Acusado de ser membro da "guerrilha comunista", este colombiano, libertado em Janelro, mostra à imprensa provas claras das sevícias a que foi sujeito

mente parecer favorável ao projecto de lei apresentado pelo governo, que permite às forças militares prender qualquer pessoa ou entrar em qualquer residência sem mandato judicial".

Neste contexto, não há naturalmente eleições credíveis.

Entretanto, as forças de oposição tentam fazer convergir os mais amplos sectores da população para algumas direcções comuns de luta.

Omer Calderon, coordenador da campanha eleitoral UP/PCC, afirma em comentário publicado na revista "Izquierda": "As diversas lutas sociais tendem a gerar um amplo consenso quanto aos objectivos que possam dar base e projecção a uma política de convergência". E que no fundamental são: "a necessidade de democratização do Estado e do regime político, de uma solução negociada para o conflito político e social armado, e de luta contra a política neoliberal do governo, por uma política internacional independente e de defesa dos interesses nacionais".

Objectivos comuns cuja definição permitiu avançar, no quadro do processo eleitoral, com uma política de unidade "partilhada por vários sectores políticos e sociais", que poderá vir a ter continuidade "num novo movimento político alternativo que tenha entre as suas prioridades objectivas avançar como bloco democrático e popular, como real opção de poder".

## África do Sul O fim dos bantustões

Após cinco dias de violentos confrontos, o Bophuthatswana parece ter reencontrado condições de paz, com a destituição do presidente Lucas Mangope pelo governo de Pretória e o Conselho Executivo de Transição.

Mangope, um dos membros da Aliança da Liberdade (extrema direita), que recusava ir às urnas nas primeiras eleições multirraciais da África do Sul, fora na prática entretanto derrubado por um levantamento popular que na verdade põe também em causa a própria existência dos bantustões - uma criação do apartheid.

A ingerência de elementos da extrema direita, numa tentativa de preservar a presidência de Mangope, levou a uma escalada de violência que provocou várias dezenas de mortos. A violência política voltou, aliás, a registar um crescendo, com a morte de mais de 20 pessoas no passado fim-de-semana, no Natal, quando elementos do partido Inkatha ocuparam um estádio onde se ia realizar uma manifestação de apoio às eleições de Abril.

Entretanto, e na sequência dos acontecimentos do Bophuthatswana, registaram-se evoluções no sentido de uma participação de forças da direita - agora mais divididas - no processo eleitoral. A Frente da Liberdade irá apresentar lista própria ao escrutínio de Abril, enquanto um dos dirigentes do Inkatha, Ben Ngubane, admitiu a possibilidade da participação deste movimento no processo eleitoral.

Todas as sondagens continuam a apontar para a grande popularidade do ANC, mesmo no Natal, onde apontam para uma vitória do ANC, com 60% dos votos, contra apenas 27% para o Inkhata. Entre a comunidade branca admite-se, no entanto, que o partido neonazi Terra Branca conte actualmente com 25% das suas intenções de voto. Indício de uma preocupante radicalização, a que o ANC tem vindo sistematicamente a opor uma política de diálogo e obtenção de consensos, de forma a evitar outras escaladas de violência, nomeadamente no período pós-eleitoral, quando todo o esforço deverá ser concentrado na reconstrução do país e na superação das múltiplas e dramáticas sequelas do apartheid.

E obstáculos a essa necessária reconstrução e a um processo pacífico não faltam.

Um desses obstáculos é a atitude de alguns países ocidentais. Afirma-se, por exemplo, que os Estados Unidos teriam comprado o estoque de urânio enriquecido da África do Sul. Por outro lado, a vontade afirmada pelo ANC de que as riquezas do país sejam controladas a nível estatal choca com ambições bem diversas por parte das multinacionais. Problemas múltiplos para que será necessário encontrar as respostas adequadas.

principalmente jovens, percorreram as ruas de Paris protestando contra a instauração de um contrato especial de admissão e exigindo o «direito ao trabalho». Esta manifestação foi organizada pela Confederação geral do trabalho e por mais quatro dezenas de movimentos. Os manifestantes insurgiram-se contra o «Contrato de inserção profissional» (CIP), elaborado pelo governo, o qual prevê um regime especial de admissão de jovens trabalhadores com uma remuneração 20 por cento inferior ao salário mínimo legal (SMIC) que é de cerca de 1 000 dólares (175 contos) por mês.

## México

Os líderes e delegados de 56 grupos étnicos índios do México realizaram, em San Cristobal de Las Casas, Estado de Chiapas, um congresso de dois dias para discutir a "autonomia dos povos indígenas".

O conselho das organizações indígenas e camponesas de Chiapas (CEOIC), que agrupa 280 associações, informou que no congresso foram estudadas as propostas de reformas dos artigos constitucionais relacionados com questões índias e agrárias.

Os artigos três (educação), quatro (direitos das comunidades indígenas) e 27 (terras comunais) da Constituição mexicana "são muito prejudiciais para nós", afirmou o CEOIC.

O EZLN - movimento que encabeçou a revolta em Chiapas - enviou uma mensagem aos organizadores do congresso em que se afirmava ser "este o momento de recuperar a voz que nos tiraram, de encontrar o caminho da liberdade, da justiça e desenvolvimento para os índios e pobres do México".

## Cólera

Pelo menos 19 540 pessoas contraíram a cólera desde o princípio deste ano das quais 213 morreram, informou a Organização Mundial da Saúde (OMS). Como já aconteceu em anos anteriores, o continente americano lidera as estatísticas da cólera em 1994 com 19 007 casos dos 19 540 registados e 75 das 213 mortes comunicadas à OMS. Nesta região do mundo ocorreram no ano passado 204 024 casos de cólera com um saldo de 2290 mortos. Em 1993, pelo menos 6069 pessoas morreram em todo o mundo entre os 355 215 casos de cólera comunicados à OMS.

Brasil e Perú e El Salvador são os países da América com mais casos de cólera enquanto no continente africano Somália e Burundi são as nações mais afectadas pela doença.

## Brasil

# Crianças da rua assassinadas no Rio de Janeiro

Seis pessoas, entre as quais três crianças, foram recentemente torturadas e assassinadas. Um novo massacre, aparentemente ligado ao tráfico de droga, e que uma vez mais chama a atenção para o clima de grande violência que marca um país em que a população é sujeita a uma situação de generalizada miséria, e para a grave situação das crianças da rua.

Em Janeiro passado, uma organização americana de defesa dos direitos do homem, Human Rights Watch, afirmava em relatório então divulgado que quase 6000 crianças entre os 5 e os 17 anos tinham sido assassinadas no Brasil entre 1988 e 1991. No Estado do Rio de Janeiro, 424 crianças foram mortas em 1992 e 298 nos primeiros seis meses de 1993.

Os autores deste trabalho - confirmando outros estudos feitos - indicam como responsáveis destes assassinatos a polícia e os esquadrões da morte (que frequentemente integram também elementos da polícia), mas também gangsters e traficantes de droga.

Ainda segundo a Human Rights Watch, a

maioria destes assassinatos nunca é investigada por "falta de vontade política".

O fenómeno das crianças da rua (que aliás também é uma realidade - em proporções diversas embora - em Portugal) está ligado às condições de profunda miséria em que vive um terço da população brasileira.

Calcula-se que mais de 15 milhões de crianças e adolescentes de menos de 18 anos - em 147 milhões de habitantes - vivem numa situação de indigência. Isto corresponde a um quarto da população infante-juvenil do Brasil e a cerca de metade dos 32 milhões de mendigos com que o país conta.

Destas 15 milhões de crianças que sobrevivem na miséria, quase 9 milhões vivem no Nordeste. Oito milhões no meio rural. Os Estados da Federação brasileira com mais forte percentagem de crianças da rua são os da Baía (2,1 milhões), Minas Gerais (1,5 milhões), Ceará (1,4 milhões) e Rio de Janeiro (quase 1 milhão).



**É** uma mulher que transpira energia por todos os poros. Nos olhos escuros, atentísimos, há diabretes sempre prontos a entrar em cena, dissecando cada palavra, cada gesto, cada intenção. Tem um daqueles sorrisos que vêm de dentro e transbordam, cativantes, para os que a rodeiam. É Alice Vieira, uma mulher que a família e os tempos fadaram para professora e a vocação e rebeldia em boa hora tornaram jornalista e escritora. Alfacinha de gema apaixonada pela cidade das escadinhas, dos becos, das 'vilas', dos telhados em que quase ninguém repara, não precisa de poções mágicas nem de nenhum país de maravilhas para dar asas à imaginação. Basta-lhe a memória, diz. Escreve com palavras de todos os dias e não usa de subterfúgios para nos dizer que há sempre uma saída. Fala pelos cotovelos, ri-se muito, pede desculpa e continua a falar. E a gente não se importa.

Tal como o Abílio, de um dos seus livros, fiz uma viagem à volta do teu nome e lembrei-me do gato do país das maravilhas. Tem alguma coisa a ver contigo? Esse gato ou essa Alice?

Creio que não. Conheci primeiro a Alice no país das maravilhas naqueles livrinhos de histórias muito, muito reduzidos e adaptados que normalmente as crianças têm. A verdadeira história da Alice, com todo o *no sense*, com toda a riqueza, com todas as interpretações possíveis, já a conheci muito tarde, foi uma leitura praticamente adulta. Não foi dos livros que me marcaram mais, estranhamente. Hoje, como adulta e com a leitura adulta que faço, considero-o um livro fascinante, mas houve outros que me marcaram muito mais. Tenho uma grande admiração pela Alice, mas não me toca muito emotivamente a escrita do Carroll. Gosto mais de a apreciar como exercício de estilo, como invenção da linguagem.

Nem aquele sorriso do gato, que num momento está lá e logo depois já não está?

É uma personagem fascinante, gostava muito de a ter criado, mas não me 'toca' muito.

Onde é que vais buscar os teus personagens? Ah! isso...

Talvez valha a pena explicar-te que na preparação desta entrevista... Não leste os livros...

Li, pois. Tu és uma 'visita' de longa data de minha casa...

Uma forma simpática de me chamares velha...

... desde sempre comprei os teus livros para os meus filhos, designadamente para a minha filha. Ao preparar a entrevista, pedi-lhes ajuda, considerando que para além de uma visão adulta seria interessante a de leitores atentos como eles sempre foram. A reacção foi linda. Ela foi ao quarto e voltou de lá com uma pilha de livros, sentou-se e foi dizendo uma data de coisas sobre eles. A dada altura parou e disse-me: continuamos mais tarde que agora quero voltar a ler este...

Isso é muito bonito.

Diz lá, então, onde vais buscar aqueles personagens que são uma delícia?

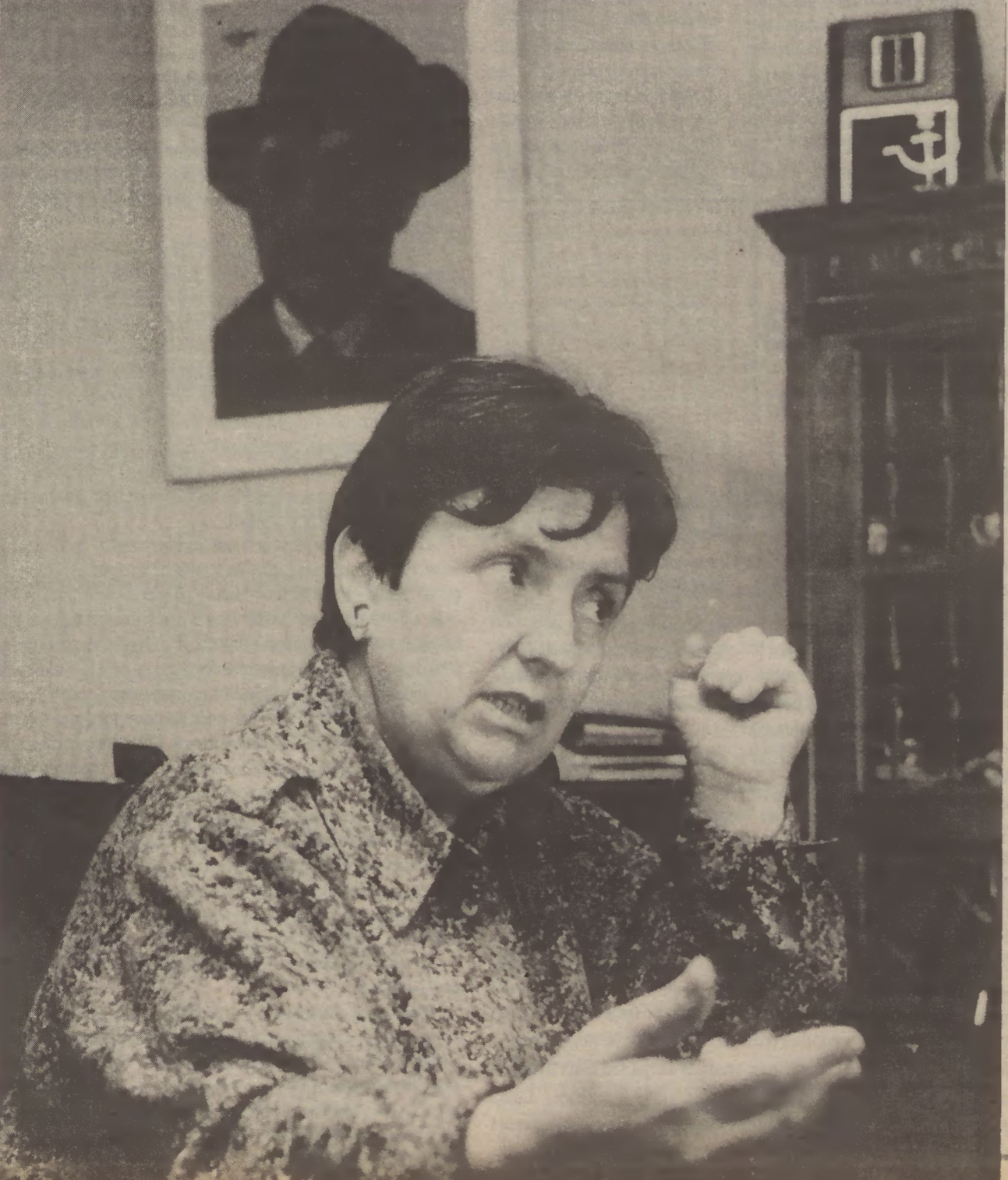
Sempre tenho dito que não tenho uma grande imaginação, tenho é muito boa memória. Além disso, tenho uma família cheia de tios, tias, primos, pri-

# A infância não é o paraíso

— entrevista com Alice Vieira

Texto: Anabela Fino. Fotos: Sérgio Moraes

mas, que nunca mais acaba. Penso que nem sequer vale a pena sair muito do âmbito familiar porque consigo encontrar cá tudo. As personagens são quase todas tiradas do real ou de gente com quem convivi. Penso também que isto é um pouco a consequência de todos estes anos de jornalismo. Gosto muito mais de escrever sobre pesso-



as que conheci, que me impressionaram, de 'pegar' nelas e de as recriar. É claro que não as transcrevo, que há uma dose de criação artística. Talvez por isso, porque existem mesmo, elas cheguem bem aos miúdos; são pessoas que eles também conhecem. Nós cá, neste cantinho, ainda temos famílias.

É uma coisa que está a desaparecer...

A uma velocidade alucinante. No ano passado fui a várias escolas na Alemanha, quando editaram a *Viagem à roda do meu nome*, e eles achavam muita graça ao livro. Só percebi porquê quando uma professora me disse que era quase uma leitura de fadas porque tinha muitos tios, muitas primas, e lá os miúdos nem sabem o que é isso. Lá é pai, mãe e filho, e acabou. E esse livro, que vive de primos e primas...

Coitado do Abílio...

Exactamente, com aquela família toda... é algo que eles não conhecem. E foram publicadas várias críticas ao livro, ao contrário do que sucede em Portugal...

O que é estranho...

Nem por isso. Tenho muitas críticas na Alemanha não

pelos meus lindos olhos, mas pelo interesse que o país dedica à literatura infantil e juvenil, que é coisa que cá não existe. Estou a falar de crítica literária e de se fazer crítica a estes livros como se faz com os outros.

Mas voltando ao que dizia, os próprios críticos referem essa componente da família, que está a desaparecer. Eu tive a 'sorte', digamos, de viver numa família assim e

**Quando um país investe na educação nem a riqueza, se a tem, é só de fachada**

posso utilizá-la como material de escrita.

Quando digo que tenho muito boa memória quero também significar que, ao contrário do que sucede a muita gente e sobretudo a quem escreve para crianças, não tendo a apagar a minha visão de adulto e a ficar como se ainda fosse criança.

Essa era justamente uma questão que trazia engatilhada. É comum falar-se da criança que não quer crescer. Achas que é assim?

Não, não. Fico muito afiada quando vejo textos de crianças onde se diz 'quem me dera ser sempre pequenino'. Fico logo de pé atrás. Há ali a mão do adulto. Só um adulto diz isso. Uma criança, em criança, nunca sente que não quer crescer. Ela quer crescer, quer calçar os sapatos da mãe, pintar-se, ir para a rua sozinha. Quer ser adulta.

Essa visão mítica da infância - que bom ser pequenino - vem normalmente do adulto, e a criança tantas vezes ouve isso que ao produzir um texto para um adulto o reproduz.

No meu caso não é isso. É o adulto que há em mim que

**A cultura, seja num programa de televisão, seja no discurso das 'grandes cabeças' da nossa praça, é uma coisa de que nunca se fala**

recorda sem mitificações a infância que passou. Nós também temos a tendência de dizer 'que bom quando eu era criança'...

Como se tudo tivesse sido muito bom...

Quase sempre as coisas não eram tão boas como isso. Basta saber que crescer é um processo muito doloroso. A infância raramente é aquele paraíso que nós, adultos, dizemos que foi. Na nossa memória - e se calhar ainda bem - guardamos muito mais o que de bom nos aconteceu e temos tendência a pôr um pouco de lado o que não era tão bom. Mas é por isso que muito da nossa literatura para crianças enferma dessa tendência piegas, lamecha, em...inho. Somos um país em inho, como dizia o O'Neill a propósito do António Nobre.

Este é um país da lágrima fácil. Como dizia o José Hermano Saraiva, estes autores de literatura infantil são todos uns missionários falhados! É um bocadinho. O que produz um texto que as crianças rejeitam, de lugares-comuns que não querem dizer nada - vamos todos dar as mãos - ... Ainda agora, nesta campanha sobre África, apareceu um texto desses, de uma criança. Mas é um texto de um adulto, tem a mão do professor, ou se não tem a mão tem o espírito. Vamos todos acabar com a guerra, que pena que é a guerra... Com certeza. E o que os meninos ouvem, mas não é nenhuma vivência deles. Para mim, o mais bonito é o que não tem nada a ver com lugares-comuns. É um miúdo dizer, com um disse sobre o 25 de Abril, o que tem a ver com a sua experiência: Foi o dia em que o meu pai deixou de bater na minha mãe.

Não é preciso mais nada. A propósito da guerra, lembro-me de um miúdo negro que encontrei uma vez numa escola onde discutámos o tema. Ele olhou para o companheiro e disse o óbvio: Se houvesse guerra, ou eu te tinha morto a ti ou tu me tinhas morto a mim. Foi uma coisa espontânea e é isso mesmo que importa.

Ora a literatura em inho processou-se muito e durante muito tempo, com aquela ideia de que temos uma criança cá dentro... E não é verdade.

A criança tem que ser vista pelos olhos do adulto...

Tem que ser. Eu lembro-me de ser miúda e ter a noção de que também era espectadora; quando as coisas não eram agradáveis, pensava "eu nunca me hei-de esquecer disto". É essa tal boa memória que vem até hoje que faz com que não

rodeie de cor-de-rosa a infância que tive e me permite transmitir, através de uma escrita adulta, naturalmente, uma emoção que não esqueci. Tenho 'obrigação' de dar voz aos sentimentos que elas têm - a inveja, o egoísmo - e não sabem exprimir.

Isso faz-me lembrar outra questão levantada lá em casa. És professora? É que a forma como retratas justamente os sentimentos dos alunos, neste caso, foram considerados tão fiéis que a hipótese dessa experiência se colocou.

Fui professora, mas muito pouco tempo. Penso que não me afectou nada. No meu tempo, as meninas iam para professoras; ser jornalista nem se considerava, era muito perigoso, tinha muitos booms... Fui professora só um ano e assim que pude saí. Não tenho vocação nem paciência. Gosto muito de ir a escolas e falar com os miúdos, mas isso não tem nada a ver com o dar um programa, preencher papéis, cumprir regras, ser miseravelmente paga, não ter condições de ensino. Há professores espantosos, tanta admiração por eles, mas eu não nasci para isso.

Mas retratas bem os sentimentos dos alunos.

Isso é por ter andado nas escolas do Estado, e numa altura em que o ensino não era o que é hoje, e, mais recentemente, como mãe de família, ter acompanhado os meus filhos nessas andanças.

O ensino que vivi era uma coisa rígida, com as meninas de um lado e os rapazes de outro, com a reitora a assistir à saída a ver se havia meninos a menos de não sei quantos metros da porta, e sei lá que mais. Com tudo isto, ainda acho que o melhor tempo da minha vida foi quando estive no liceu!

Como assim?

Em casa era tão mais rígido que o liceu para mim já era a grande rebeldaria. Muito do que aparece nos meus livros sobre a escola tem a ver com esse tempo que passei no Filipa de Lencastre. Apesar de tudo, aconteciam-nos coisas fabulosas...



**Uma criança, em criança, nunca sente que não quer crescer. Ela quer crescer, quer calçar os sapatos da mãe, pintar-se, ir para a rua sozinha. Quer ser adulta**

Achas que influencias os jovens com aquilo que escreves?

Quando escrevo, não penso nisso. Se pensasse, acho que não era capaz de escrever uma linha. É evidente que não há leituras inocentes; qualquer texto, por muito inócuo que pareça, transmite valores. Eu, que não gosto de fazer uma literatura de "mensagem" - não estou ali para ensinar nada -, procuro pôr as crianças a pensar. Dar-lhes instrumentos para, a partir dali, tirarem as suas próprias conclusões. Penso que não tenho o direito de lhes dar da vida uma noção muito pessimista, até porque também não a tenho, nem por outro lado de deixá-los a pensar que isto é tudo cheio de facilidades, o príncipe casa com a pastora e somos todos muito felizes. Tento sempre colocá-los no meio dos acontecimentos, desta sociedade em que vivemos, e de que de certo modo eles são as principais vítimas, mas dramatizando um pouco as situações em que se encontram, desdramatizando o divórcio, as más condições de vida, sem no entanto as escondendo.

O que nunca seria capaz de era, no fim, lhes dizer que isto não tem saída.

Tens eco dessa influência?

Tenho muitos. Para além das idas às escolas recebo muita correspondência em que me dizem as reacções aos livros. Há uns tempos, num trabalho de reportagem ao Bairro do Relógio por ocasião de umas cheias de Inverno, uma miúda negra, de doze ou treze anos, veio ter comigo e disse-me: "Poste um dia à minha escola e disseste-me uma coisa que eu nunca mais me esqueci." Deu meia volta e desapareceu. Fiquei a pensar no que teria dito. Ainda bem que não penso nisso quando estou a escrever. Seria uma inibição terrível.

A juventude está perdida - é uma daquelas frases que passamos a vida a ouvir. Está?

Não está. Mal de nós se estivesse. Mas atravessamos um período muito complicado. De cada vez que regresso de uma escola tenho que pensar muito bem no que é que aconteceu, como foi a conversa com os jovens. Penso que a generalidade dos jovens tem hoje cada vez mais dificuldade em estabelecer um discurso com outras pessoas. Tem uma enorme dificuldade de concentração e não se pode ter o prazer da leitura sem capacidade de concentração. Por outro lado, perdeu-se muito o hábito da conversa; perderam-se os momentos do almoço ou do jantar em que a mãe falava do que tinha acontecido à prima, à tia, à vizinha... aquela conversazinha de todos os dias que no fundo era uma efabulação do real a que o jovem se habituava. Agora não se habitua a nada, não tem sequer necessidade de utilizar a linguagem.

Vê a telenovela...

Se calhar nem isso. É sobretudo essa falta de convívio que faz com que o jovem cada vez menos se habitue a conversar. Os jovens não conversam, não há entre eles uma conversa lógica, sujeito, predicado, complemento. Comunicam cada vez mais por interjeições. Isto vai-se reflectir na vida deles. Obviamente têm poucos hábitos de leitura e começam a ler cada vez mais tarde. Posso falar-te da minha experiência com o livro *Rosa, minha irmã Rosa*. Escrevi-o em 1979 e a partir dessa data comeci a ir a escolas para falar com os miúdos que o tinham lido. Escolas do que se chamava o ensino primário, quartas classes, com miúdos de 8, 9, 10 anos. Estabelecíamos diálogos engraçadíssimos. Passados uns anos, comeci a ir com o mesmo livro às escolas do ciclo. Hoje já vou a turmas do 10º ano e a interpretação do livro não é diferente da que há uns anos tinham os meninos da 4ª classe.

Há uma regressão fruto deste tempo que vivemos, em que a cultura lhes é apresentada como algo que se pode dispensar. A cultura, seja num programa de televisão, seja no discurso das 'grandes cabeças' da nossa praça, é uma coisa de que nunca se fala. O que é importante é ter muito dinheiro, ser gestor, ser homem de sucesso para chegar aos centros de poder e de decisão muito cedo. Isso é que é "trifar" nesta sociedade.

Os jovens não aprendem que a cultura é um investimento e que não há maior riqueza do que essa. Se não se fala nisso, se não é valorizado, então... para quê? Ainda por cima sendo a aquisição de cultura um processo difícil.

Hoje - o que muito me aflige - vive-se o primado da facilidade. Tudo o que implique vagamente algum esforço é posto de lado. Não há o prazer da busca, da investigação, o prazer de se sentir que se está a crescer por dentro.

Tudo isto está a marcar muito esta geração. É um problema de cultura, que tem de ser resolvido, mas não sei como nem quando, já que não há vontade política para o fazer, as verbas para cultura são sempre mínimas, para a educação são menos que mínimas... Quando um país não investe na educação nem a fundo na sua cultura, está-se a perder e riqueza, se a tem, é só de fachada.

Por falar de cultura, Lisboa é este ano Capital da Cultura. Lisboa é o teu bairro. Como é que olhas para ele?

Nasci em Arroios, sou muito lisboeta, mas acho que Lisboa é hoje um sítio onde é muito complicado viver. Ora ninguém consegue notar a beleza de um sítio onde vive mal. Ninguém consegue notar que os telhados são uma maravilha, que a luz de Lisboa é uma maravilha...

Ninguém nota nada disso quando passa não sei quantas horas nos transportes públicos, na bicha para o autocarro, quando sai de casa de noite porque tem não sei quantos empregos para poder sobreviver... Não há cidade nenhuma que resista a uma vivência destas.

Pondo isso de parte, bem como todas as mal-feitorias que esta cidade sofreu aqui há uns anos e que infelizmente deixaram marcas, acho que é preciso uma cidade ser muito forte, ter uma grande história e ter grande beleza para poder resistir a isso tudo. E eu acho que Lisboa resistiu. Neste momento assiste-se a uma recuperação da cidade que faz com que não esteja tão bonita, porque tem muitos tapumes, muitas obras, mas, como costume dizer, daqui a dez, vinte anos, Lisboa há-de ser uma cidade muito bonita.

Mas do que gosto mais, e sem saudosismos, é da parte velha, do coração da cidade, que felizmente a Câmara está a recuperar, e bem, sem expulsar as pessoas. Há um poema do brasileiro Mário Quintana que começa assim: "Eu não gosto da arquitectura nova porque a arquitectura nova não produz casas velhas". É um bocadinho isso. E faz-me pena que mesmo a parte antiga da cidade, fora os tradicionais Bairro Alto, Alfama, Castelo, não esteja incluída nos circuitos que se percorrem para visitar Lisboa. A Câmara devia organizar visitas no "28", o eléctrico que viaja no coração da cidade. E promover passeios a pé, claro. Ninguém conhece Lisboa sem lhe palmitar as escadinhas.



É frequente os adversários do PCP procederem a uma operação prévia antes de o criticar: a deturpação das suas posições. Após esse acto, esgrimem contra as orientações que lhe atribuíram e não contra as que realmente adopta. Aqui há tempos, no "Público" de 6 de Março, António Barreto procedeu, claramente, a uma operação deste tipo: afirmou que o cabeça de lista da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu seria "antieuropeu, antiliberal, anti-iniciativa privada, antimercado, anti-NATO, anti-UEO, anti-livre-circulação-das-pessoas-empresas-mercadorias-e-capitais".

As qualificações visam, além da falsificação objectiva das orientações, apresentar os comunistas e os adeptos da CDU como sendo contra tudo e a favor de nada. Não teriam projectos nem uma política própria passível de ser alternativa às políticas que contestam.

Importa talvez abordar estas questões, sobretudo porque não se trata de uma observação isolada de António Barreto acerca de um certo comunista, mas sim de uma linha mais ou menos constante que obriga a, incansavelmente e apesar da desigualdade de meios, tentar clarificar.

**Antieuropeu** - É um vício do debate político em Portugal chamar "antieuropeu" a quem se opõe a um certo rumo da Comunidade Europeia, dos governos e dos órgãos que em nome dela decidem.

Trata-se, portanto, de tentar fazer acreditar que ou se concorda com Maastricht e com a generalidade das políticas comunitárias, mesmo as mais absurdas, ou se é transformado em adversário da Europa, toda ela, como se não fosse possível uma mudança de rumo e de política. Este tipo de conduta, adoptada em particular pelos adeptos de um certo terrorismo federalista europeu, é marcadamente totalitário, visa intimidar, eludir o debate, inviabilizar o balanço dos rumos da integração europeia e o debate das prioridades e dos rumos alternativos que poderia assumir. Será adequada, por exemplo, uma política de ortodoxia monetarista, estreita e conservadora como a que está consagrada em Maastricht, e que tem responsabilidades no desemprego e na crise económica e social que vivemos? Justificar-se-á um Banco Central Europeu, sediado em Frankfurt, com uma administração composta por oito administradores, o que deixará de fora, provavelmente, metade dos países comunitários?

Terá sentido tratar a política social e os trabalhadores como os parentes pobres da Comunidade? Não será absurdo dismantelar o aparelho produtivo e pagar para não produzir num País que precisa de produzir mais e mais para competir no "mercado aberto"? Quem puser dúvidas, e ainda mais quem apontar absurdos com convicção, tem direito ao labéu que se pretende infamante: antieuropeu. O próprio António Barreto já teve, aliás, direito a ele.

A verdade é que a integração europeia - e a integração europeia é um dado de facto - não significa que não tenhamos o direito e o dever de examinar criticamente os rumos dessa integração e propor outros caminhos, assentes na identidade dos povos e na cooperação entre nações livres e iguais, na igualização no progresso das condições de vida e trabalho, em políticas que dêem conteúdo efectivo à coesão económica e social e que não subestinem políticas sociais nem subordinem a CE a uma directório de grandes potências, em que os países mais pobres e periféricos teriam um papel ainda menor e mais subordinado.

Mais debate e menos terrorismo europeísta, eis um apelo que parece razoável.

**"Antiliberal"** - A expressão antiliberal joga com a confusão entre defesa de direitos, liberdades e garantias, situadas no plano político e o combate ao neoliberalismo económico. E, no entanto, é sabido que é possível ser liberal em política e combater o neoliberalismo económico; e que é possível, e até vulgar, defender este e ser autoritário e mesmo fascista no plano político (pense-se no Chile de Pinochet). Ora, o que caracteriza a suposta posição antiliberal a que se refere António Barreto é a defesa de todos e cada um dos direitos políticos fundamentais, dos direitos económicos, sociais e culturais que as conquistas dos trabalhadores e dos povos quiseram equiparar ao

plano político, e também dos "direitos de terceira geração", tais como o direito ao ambiente, que os adeptos do neoliberalismo combatem. Ora, o que caracteriza o processo de integração comunitária tal como se desenvolve é a pouca atenção para com direitos fundamentais (pense-se na cooperação policial ou em processos paralelos à integração como os acordos de Schengen), ao mesmo tempo que as políticas sociais e os trabalhadores são um parente pobre da integração e as políticas de convergência nominal dão prioridade absoluta à inflação, diminuição de despesas públicas e controlo da dívida pública, com prejuízo do crescimento do PIB e do emprego, fundamental em termos sociais e para recuperação dos países e regiões mais atrasados. Fundamental, em resumo, para Portugal.

É preciso que se diga: independentemente das posições do PS agora, e por muito que se proclame preocupado com o emprego, quer

mentais de segunda geração, preconizando o regresso ao nível de garantia dos direitos fundamentais do século XIX, constituiria a única concepção «moderna», sendo os outros, supostamente, adeptos do Estado burocrático e do autoritarismo.

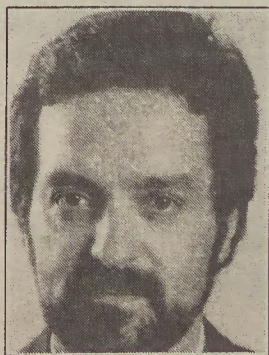
**Anti-iniciativa privada, antimercado...** - Nunca tal foi dito ou afirmado. Pelo contrário, o programa do PCP propõe uma «economia mista», compreendendo «um sector privado constituído por empresas de variada dimensão (na indústria, na agricultura, no comércio, nos serviços), destacando-se as pequenas e médias empresas pela sua flexibilidade e pelo seu peso na produção de emprego». Naturalmente que o Sector Empresarial do Estado é particularmente importante no contexto da integração, como forma de permitir manter em mãos nacionais o controlo de sectores básicos. De resto, parece que não se trata de uma descoberta do PCP. Recorde-se, como curiosidade, que no século XIX a Companhia das Águas de Lisboa foi criada para impedir o domínio pelos ingleses do abastecimento de água à capital. O actual Governo, pelo contrário, privatiza a EPAL, com a participação de capitais estrangeiros, entre tantas outras privatizações...

Quanto ao mercado, ele pode ter um papel importante em diferentes sistemas económicos como indicação das preferências e necessidades de consumidores. É meramente deslocada e imaginária a posição antimercado que me é atribuída. Há, no entanto, quem confunda mercado com o capitalismo monopolista e com relações de domínio desenfreado e de colonização do poder político económico. No caso concreto da integração comunitária, o que está em causa acima de tudo é o facto de tudo estar assegurado para garantir o funcionamento do «mercado interno» e muito pouco para garantir os objectivos tantas vezes proclamados de coesão económica e social ou a «igualização no progresso das condições de vida e de trabalho».

Fiquemos por aqui. A NATO, a UEO, ou a livre circulação de mercadorias-pessoas-empresas-capitais ficam, eventualmente, para outra altura, não sem antes dizer que parece que a NATO se destinava exclusivamente a defender um Ocidente ameaçado por um leste ameaçador. Até esse momento, o PCP não defendeu a dissolução da NATO mas sim o desarmamento geral, simultâneo e controlado. Hoje, a questão que se coloca é a de assegurar uma cooperação multilateral no domínio da defesa e não a de criar uma polícia que intervéem quando e onde entende, preterindo o papel das Nações Unidas. Quanto à livre circulação, a questão essencial não é ser contra ela, mas sim entender que não são, no essencial, as nossas empresas, mercadorias e capitais que circulam em condições de igualdade para os outros países comunitários, mas o inverso.

São estas algumas das questões que justificam uma proposta de uma nova política para Portugal e um mudança de rumo da Comunidade Europeia. E um debate sério sobre um futuro que diz respeito a Portugal e aos povos da Europa. Debate que, para ser sério, não pode assentar na falsificação de posições alheias.

# "ANTIEUROPEU ANTILIBERAL..." Quem?



■ **LUÍS SÁ**  
Membro  
da Comissão Política

É um vício do debate político em Portugal chamar "antieuropeu" a quem se opõe a um certo rumo da Comunidade Europeia, como se não fosse possível uma mudança de rumo e de política.

este partido, quer os partidos socialistas europeus, quer o chamado Partido Socialista Europeu, é responsável pela aprovação da política que está subjacente a esta opção, consagrada designadamente nas normas sobre União Económica e Monetária inscritas no Tratado de Maastricht.

Em resumo, estar com a liberdade e todas as liberdades, e, simultaneamente, contra o neoliberalismo económico e a desprotecção e desregulação que lhe são inerentes, não autoriza o equívoco epíteto de "antiliberal" e o que, objectivamente, pode insinuar. Tornou-se candidata a entrar na moda a afirmação da crise e passadismo do "Estado-Providência", num país que nunca atingiu os níveis de protecção social que justificaram, noutros países, a utilização deste conceito, ou de outros de algum modo aparentados, como o de Estado democrático e social de direito. Mas tornou-se, sobretudo, preocupação de muitos, nesse quadro, tentar fazer crer que o desprezo pelos direitos económicos, sociais e culturais, os chamados direitos funda-



# Quadros técnicos debatem crise e alternativas

Perto de centena e meia de pessoas participaram sábado passado num Encontro subordinado ao tema «A crise, as alternativas e o papel dos quadros técnicos e científicos», que decorreu num hotel da capital e foi encerrado por Edgar Correira, membro da Comissão Política do PCP.

Os trabalhos do encontro, promovido pela Comissão Distrital dos Quadros Técnicos e Científicos da Organização Regional de Lisboa, desenvolveram-se em três secções que analisaram «Questões socioprofissionais dos quadros técnicos e científicos e a formação contínua»; «Ambiente e desenvolvimento» e «Os quadros técnicos e a administração local».

A abrir a iniciativa, tomou a palavra Helena Medina para referir que «os intelectuais e quadros técnicos constituem 11 por cento da população activa do nosso país. São mais de 500 mil e destes mais de 350 mil são assalariados».

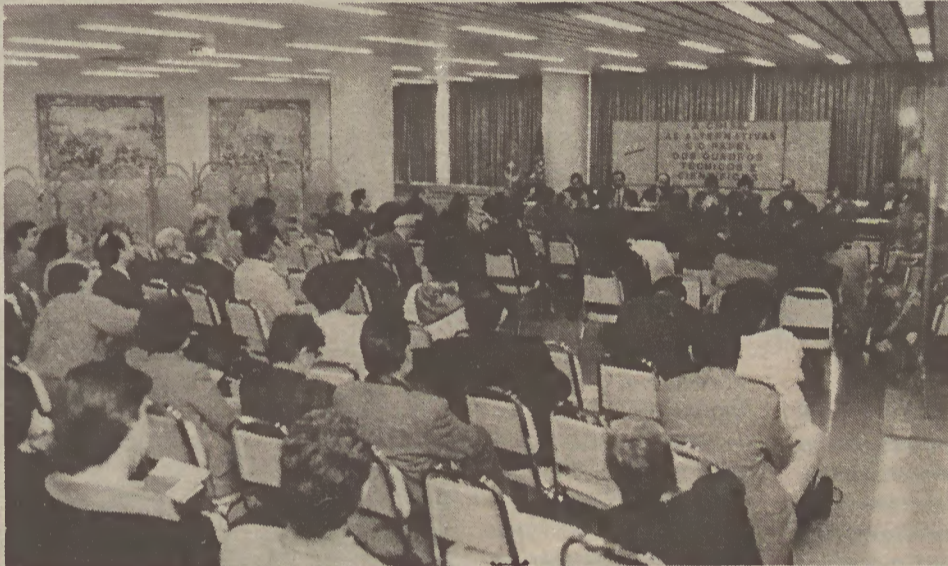
Depois de considerar que estes números representam «uma profunda alteração qualitativa», sublinhou ser essencial «a sua participação esclarecida, como homens e não só como técnicos "neutros", na definição das políticas e na luta por elas».

Na sessão abertura, intervieram ainda Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu, e Francisco Silva, membro da Comissão Nacional do PCP para as Questões da Ciência e Tecnologia.

As conclusões do debate efectuado nas secções foram apresentadas, na sessão de encerramento, por António Rosas, Jorge Nascimento e Francisco Brandão.

Por sua vez, Edgar Correira, procurando definir «a crise que estamos a atravessar», salientaria no final do Encontro que «por um lado, nós vemos as imensas possibilidades abertas pelo acelerado desenvolvimento das forças produtivas e por uma Revolução Científica e Tecnológica que está longe, sequer, de ter atingido a sua fase de maturidade».

Por outro lado, acrescentou, «num quadro de transformações muito rápidas e em que tudo parece incerto e inseguro, estamos confrontados com uma regressão social sem precedentes. Regressão



Quadros técnicos querem uma estratégia de desenvolvimento que não esqueça a componente social

social que apresenta a particularidade de se situar não apenas nas nações e regiões menos desenvolvidas. Mas que se manifesta, igualmente, e através de expressões muito agudas, nos países mais desenvolvidos, onde está a atingir sectores cada vez mais extensos e a acentuar o dualismo das respectivas sociedades».

Na sua alocução, considerou ainda como «instituível e decisivo o contributo» que os Quadros Técnicos podem dar, «pelo estudo e pela intervenção política, social e profissional, para uma resposta aos desafios e problemas com que o nosso povo e o

nosso país se vêem presentemente confrontados».

Este dirigente comunista sublinhou de seguida que «no imediato, perante o agravamento da situação económica e social e ligada a ela a impedida ofensiva governamental contra as condições de vida, os interesses e direitos essenciais dos trabalhadores e de largos sectores da população, impõe-se, a nosso ver, em todas as frentes e sectores o desenvolvimento da resistência social e política de massas. Resistência que imponha recuos pontuais ao Governo, mas sobretudo que acumule condições para a derrota da direita e para a concretização de uma alternativa democrática».

Defendendo a necessidade de definir uma nova política, de orientação democrática que assegure a resposta aos problemas do País, Edgar Correira anotou que «a nova política significa e impõe a firme defesa dos interesses, da soberania e da independência nacionais, a rejeição de cedências e transferências de soberania para órgãos supranacionais. E significa e impõe o aprofundamento de uma estratégia própria de desenvolvimento do País, que dê resposta aos complexos problemas do reforço da sua especialização produtiva, eleve significativamente a produção e a produtividade nacionais, aposte decididamente na C&T, contribua para a formação e a mobilização de recursos humanos em quantidade e de nível elevado, e que equilibre e acompanhe o crescimento económico com a indispensável e inseparável componente social do desenvolvimento».

## PCP exige novo rumo para a educação

No próximo fim-de-semana, o PCP promove um Encontro Nacional sobre Educação e Ensino que visa debater a actual situação e buscar um novo rumo para a educação

A realização de um encontro sobre educação, que encerrará com uma intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, foi anunciada na passada semana no decorrer de uma conferência de imprensa em que participaram Edgar Correira, da Comissão Política, Lurdes Silva, da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino, e Paulo Rodrigues, deputado do PCP à Assembleia da República.

O texto divulgado à imprensa, aborda os «graves problemas que continuam a caracterizar a realidade do sistema educativo» advogando a necessidade de dotar as escolas portuguesas dos meios humanos de forma a garantir que os alunos «tivessem o seu horário na escola sempre preenchido com aulas e outras actividades em que pudessem ocupar educativamente os seus tempos livres e em que pudessem encontrar ajuda e apoio para a realização dos seus deveres escolares».

Defendendo que a necessidade de as «escolas poderem acionar mecanismos de substituição de professores», sempre que ocorrem faltas por parte destes, o PCP considera que devia começar desde já «a preparação do próximo ano lectivo encarando a resolução destes problemas, prevendo e reclamando os meios humanos suplementares indispensáveis».

Quanto ao regime de avaliação no ensino básico, os comunistas indicam que este «traz consequências muito gravosas para os alunos», pedindo a sua revogação já que «a falta de condições mínimas para a sua viabilização é impeditiva dos efeitos positivos que em alguns aspectos poderiam decorrer da sua aplicação».

Graves consequências teve igualmente a «passagem da disciplina de Educação tecnológica a uma área de formação optativa», solu-

ção que merece «severas críticas» e exige «a modificação da situação actual, já a partir do próximo ano».

### Educação pré-escolar

Um outro aspecto desenvolvido no encontro com os jornalistas refere-se à educação pré-escolar que no nosso país abrange apenas «35,6 por cento das crianças» entre os três e os seis anos, sendo que «só 24 por cento usufrui da rede pública de jardins de infância do Ministério da Educação».

Face a esta situação, o PCP reclama a «elaboração de um Plano de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar que se traduza no alargamento da rede pública de Jardins de Infância, por forma a garantir, no prazo de três anos, a universalidade da frequência da educação pré-escolar pelas crianças entre os cinco e os seis e a possibilidade dessa frequência por todas as crianças entre os três e os cinco anos».

Para os comunistas é necessário que se estabeleça a «gratuidade da frequência da rede pública da educação pré-escolar e de prever a existência de actividades complementares, visando o acompanhamento das crianças durante o horário de impedimento do agregado familiar».

Particularmente criticado foi o facto da «educação, da ciência e tecnologia, e da formação profissional, constituírem áreas definidas como prioritárias no segundo Quadro de Apoio Comunitário, mas em que contrariamente foi reduzida de forma significativa a percentagem dos seus finan-

ciamentos em comparação com o primeiro QCA (educação de 9.35% para 4.86%, C&T de 1.81% para 1.60%; e formação profissional de 11.29% para 5.65%).

Paralelamente à redução de verbas, o PCP chama a atenção para a omissão da educação pré-escolar e da produção de materiais educativos e de apoios ao trabalho de docentes. A investigação e inovação sobre metodologia e a organização do ensino aprendizagem não são igualmente contempladas.

Por fim, o PCP salienta que «no ensino superior, o quadro geral continua a ser de uma crise profunda de todo o sistema», destacando a continuação do protesto e da luta contra a segunda lei da propinas; o debate em torno da revisão do estatuto de carreira docente e os problemas específicos do financiamento das actividades de I&DE.



O Encontro sobre educação decorrerá nos próximos dias 19 e 20, na Faculdade de Letras de Lisboa



# «Estamos de pé confiantes e empenhados na luta»

Camaradas:

Ao comemorarmos este ano o 73º aniversário do nosso Partido, comemoramos também o 20º aniversário do 25 de Abril.

Há razões para associarmos as duas comemorações.

Nós não esquecemos, antes insistentemente lembramos com apreço e justiça, o heróico levantamento militar dos capitães do MFA. Não esquecemos, antes insistentemente lembramos com apreço e justiça, a acção de outros democratas na resistência contra a ditadura e na revolução democrática.

Mas, comemorando o 20º aniversário do 25 de Abril, é uma verdade histórica e também de inteira justiça afirmar-se que a libertação de Portugal de quase meio século de opressão e terror fascista e a institucionalização e instauração do novo regime democrático são inseparáveis da história e da luta do PCP.

É uma inteira verdade afirmar que ao longo do meio século da ditadura nenhuma outra força política deu na luta pela liberdade uma contribuição tão incansável, constante, dedicada e heróica, como aquela que, através das provas mais duras, de perseguições, condenações, torturas e assassinatos, deram gerações e gerações de comunistas.

É uma inteira verdade afirmar também que na revolução de Abril o PCP deu igualmente uma contribuição sem paralelo para as grandes transformações democráticas da sociedade portuguesa.

Inteira verdade ainda afirmar que ao longo de todos os anos decorridos desde então, em contraste com aqueles que conduzem o processo contra-revolucionário de liquidação das grandes conquistas de Abril, o PCP tem conduzido e continua conduzindo uma luta coerente nos caminhos que Abril abriu.

Justifica-se assim plenamente que ao comemorarmos este ano o 73º aniversário do nosso Partido comecemos ao mesmo tempo o 20º aniversário da revolução de Abril, cujas realizações e valores são inseparáveis da luta e da intervenção dos comunistas.

## 1

### As comemorações do 20º aniversário da revolução de Abril

As comemorações do 20º aniversário da revolução de Abril estão tendo grande projecção na vida nacional. Nas comemorações oficiais que começam, na imprensa, na rádio, na televisão, nas iniciativas políticas mais variadas, em escritos de carácter histórico, em artigos, em entrevistas, em depoimentos, em declarações, em comentários, está-se dando imenso espaço a considerações relativas ao 20º aniversário da revolução de Abril.

Referindo que muito de positivo se tem dito e escrito, é porém de sublinhar que grande parte do que se escreve e diz não é para saudar mas para contestar e combater de uma forma ou de outra esse memorável acontecimento libertador que foi a revolução de Abril que, depois de 48 anos de ditadura fascista, instituiu e institucionalizou o regime democrático.

Os anos passam e por vezes a memória é curta. É cada vez maior o número de portugueses que não viveram nem a ditadura, nem a revolução. A juventude só conhece uma e outra por referência de outrem.

Aproveitando estes factos, as forças reacçãoárias e conservadoras tentam reescrever a história. Já nem disfarçam o objectivo: inocular na consciência da nação e designadamente nas jovens gerações o branqueamento e absolvição do meio século de ditadura fascista e a total incompreensão e mesmo a condenação da revolução de Abril.

Relativamente à situação anterior ao 25 de Abril o que ouvimos? Ouvimos a afirmação de que em Portugal não existiu uma ditadura fascista, mas apenas "um governo autoritário". Ouvimos louvar os méritos e a tolerância de Salazar e elogiar Marcelo Caetano como um liberal voltado para a criação de um regime democrático. Ouvimos biografias enaltecedoras e assistimos até à inauguração de monumentos de antigos ministros fascistas. Ouvimos apontar os então chamados "fascistas dissidentes" como os mais valiosos lutadores pela democracia e os reais criadores do novo regime após Abril.

Relativamente à revolução de Abril ouvimos dizer e escrever que as grandes transformações democráticas da sociedade portuguesa - as liberdades e direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, o sistema do poder político, os elementos da democracia participativa, a nova organização económica com a nacionalização dos sectores básicos, a reforma

agrária na grande zona do latifúndio, o reconhecimento do direitos dos povos das colónias portuguesas à independência, todas essas grandes conquistas democráticas - foram "aventuras", "excessos", "erros", "imposições" do PCP, pelas quais responsabilizam a destruição do aparelho produtivo nacional e todos os grandes problemas que na verdade foram provocados pela sabotagem, conspirações e golpes das forças reacçãoárias e, a partir de 1976, pelas ofensivas contra-revolucionárias de sucessivos governos.

Para apreciação correcta da revolução de Abril nem um momento se deve esquecer que ela não se resumiu ao levantamento militar do MFA que forçou a destituição do governo fascista de Marcelo Caetano e abriu caminho à liberdade. A revolução de Abril não se limitou a esse acto revolucionário. A revolução foi impulsionada pela dinâmica do levantamento popular que imediatamente se seguiu ao vitorioso levantamento militar, pela acção dos trabalhadores e das massas populares, pela aliança Povo-MFA - indiscutível força motora da liquidação do fascismo e da instauração e institucionalização do novo regime democrático.

É inteiramente falsa a acusação de que o PCP, rompendo a unidade das forças participantes nos órgãos civis e militares, tentou o assalto do poder para instaurar uma nova ditadura. A verdade é outra.

Houve de facto quem sabotou, destruiu, conspirou, tentou repetidamente assaltar e tomar conta do poder, interromper a democratização da vida nacional e instaurar uma nova ditadura.

Não foi o PCP que o fez. Quem o fez - em numerosas tentativas de que são de lembrar o chamado golpe Palma Carlos em Julho de 74, o 28 de Setembro do mesmo ano, o 11 de Março de 1975 e muitos outros - foram elementos instalados nos mais altos órgãos do poder civil e militar (nomeadamente na Junta de Salvação Nacional e nos Governos Provisórios), estreitamente aliados aos grandes capitalistas, agrários e responsáveis políticos do tempo do fascismo, e com apoios, estímulos e cumplicidades ainda actualmente não totalmente esclarecidos.

As mesmas iniciativas, as mesmas chefias, as mesmas responsabilidades, os mesmos apoios, as mesmas cumplicidades, encontramos na rede e na vaga de atentados bombistas que só no Verão de 1975 entre centenas de acções terroristas, realizaram mais de 100 assaltos, pilhagens e incêndios de Centros de Trabalho do PCP.

Quase parece espantoso. Mas assiste-se agora ao espectáculo de aparecerem em grandes exhibições mediáticas, a gabar-se como executantes desses crimes, seguros da impunidade, operacionais que revelam embora ainda parcialmente quem eram os chefes e quem eram alguns dos cúmplices.

Quanto às grandes conquistas democráticas da revolução de Abril nos domínios económico, social, político e cultural, não é preciso que outros o digam porque nós sempre o dissemos e dizemos. Estreitamente ligado à classe operária, aos trabalhadores, às massas populares em movimento, o PCP empenhou-se com todas as suas forças nas transformações democráticas. Mais do que isso, teve uma participação em muitos aspectos determinante para que essas grandes conquistas fossem alcançadas.

Trata-se de uma responsabilidade que inteiramente assumimos, com a convicção e certeza de termos dado um valioso contributo para uma transformação progressista da sociedade portuguesa que, a não ter sido interrompida pelo processo contra-revolucionário, teria permitido a construção de uma democracia com as suas quatro vertentes inseparáveis: a económica, a social, a política e a cultural.

O PS e o PSD também inscreviam nos seus programas as nacionalizações, a reforma agrária, o socialismo. Votaram na Assembleia



Constituinte a inserção dessas conquistas e objectivos democráticos na Constituição da República como elemento constitutivo do novo regime. Mostraram, porém, pela sua acção, desde então até hoje, que mentiam ao povo e que tinham como objectivo estratégico não a consolidação dessas conquistas, mas a sua liquidação.

Diferentemente, o PCP nunca escondeu antes propôs abertamente os seus objectivos ao povo português. Nove anos antes da revolução de Abril, inscrevemos esses objectivos no nosso Programa para a revolução antifascista. Defendemos abertamente esses objectivos nos governos em que participámos e em toda a nossa acção política após o 25 de Abril. Sempre com a classe operária, sempre com os trabalhadores, sempre com as massas populares, demos uma contribuição em muitos casos determinante para que esses objectivos fossem alcançados como de facto então o foram. Ao contrário daqueles que pensam e querem uma coisa e, mentindo ao povo, declaram outra, o PCP, assumiu e assume plena responsabilidade pelos seus objectivos, pela sua orientação, pelas suas acções.

Não como confessando qualquer pecado. Mas com a consciência serena, a convicção e a alegria revolucionárias de ter dado com os trabalhadores e com as massas populares uma contribuição de significado e projecção histórica para a construção de uma sociedade melhor.

Por tudo isto, ao comemorar o 20º aniversário da revolução de Abril, o nosso Partido assume uma posição de convicção, clareza e verdade. A verdade histórica da luta do povo e do Partido contra a ditadura fascista e pela liberdade e a democracia; a verdade histórica da revolução de Abril, o papel do PCP na revolução e o significado do sistema e do regime instaurado e institucionalizado pela revolução; a luta presente contra o processo contra-revolucionário ainda em curso conduzido agora pelo governo PSD/Cavaco Silva; a luta por uma alternativa democrática para a qual, nas propostas do PCP de uma política democrática, estão contidas e se projectam para o futuro as experiências e valores da revolução de Abril.

## 2

### Os valores de Abril no presente e no futuro

O Governo do PSD e Cavaco Silva participam em comemorações do 20º aniversário de Abril. Com hipocrisia de mau gosto. Porque toda a sua política tem sido de destruição das grandes conquistas democráticas.

A que está conduzindo tal política? Ao progresso económico e social? Ao bem-estar da maioria dos portugueses? À transformação de Portugal no "oásis" da Europa?





Não. A política de destruição das conquistas de Abril está conduzindo o país e um verdadeiro desastre nacional. À destruição do aparelho produtivo nomeadamente na agricultura, na indústria, nas pescas. Ao agravamento contínuo da situação social. À degradação cultural. À perversão da democracia política. Ao sacrifício da independência e soberania nacionais.

A política de liquidação das realizações e valores de Abril é uma política antidemocrática e antinacional que não serve nem o povo, nem o país.

Não serve nem o povo nem o país a entrega ao grande capital (numa vaga de fraudes, escândalos e corrupção) dos bens e dos dinheiros do Estado e o regresso do domínio dos grandes grupos monopolistas que eram senhores do poder económico e político da ditadura fascista.

Não serve nem o povo nem o país o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores e das populações, os despedimentos em massa, o desemprego, a precarização do trabalho, a liquidação de benefícios sociais e de direitos vitais dos trabalhadores, a crescente discriminação das mulheres, a selecção de classe no acesso ao ensino, o trabalho infantil, as reformas e pensões de miséria, a liquidação do Serviço Nacional de Saúde com a instauração de um sistema de saúde para os ricos e de doença para os pobres.

Não serve nem o povo nem o país a perversão da democracia política, a governamentalização, absolutização e abuso do poder, a liquidação dos instrumentos constitucionais de fiscalização da acção governativa, a monopolização e instrumentalização de grandes órgãos de comunicação social. Não serve nem o povo nem o país a degradação dos valores culturais, a recuperação e difusão massiva de ideologias reacionárias, de conceitos retrógrados, do obscurantismo, da superstição, da violência, do feroz egoísmo, do racismo e xenofobia.

Não serve nem o povo nem o país a capitulação nacional, a sobreposição de interesses estrangeiros aos interesses nacionais, o sacrifício de um desenvolvimento real do nosso país aos interesses dos países mais desenvolvidos, a aceitação dócil do Tratado de Maastricht com as suas instituições supranacionais dominadas pelos Estados mais ricos e poderosos que reduzem a uma caricatura a soberania e independência de Portugal.

Comemorar a revolução de Abril significa para nós desmascarar e combater a política de direita que continua sistematicamente a destruição das realizações e valores da revolução dos cravos.

Comemorar a revolução de Abril é, para nós, defender tudo aquilo (e ainda é muito) que a contra-revolução não conseguiu destruir, é combater a política e o Governo de direita e lutar por uma alternativa democrática, é apresentar soluções para os problemas nacionais que contenham as grandes experiências e valores da revolução democrática. Cavaco Silva repete todos os dias que nenhum partido da Oposição apresenta uma política alternativa. Se se refere ao PS até tem razão, porque o PS não propõe ao país coisa muito diferente do que faz o Governo do PSD. Mas se fala de toda a Oposição, então é uma evidência que finge que não vê e que não ouve.

Porque existe um partido que propõe ao povo português uma real alternativa democrática capaz de solucionar os grandes problemas nacionais existentes. Um partido que sendo como é ele próprio uma grande realização e conquista dos trabalhadores e do povo de Portugal, tem força, raízes e apoios bastantes para não ser destruído (por muito que Cavaco, a reacção e outros o desejassem) e pelo contrário para fazer frente à situação e travar o combate com confiança no futuro. Esse partido é o nosso, é o Partido Comunista Português.

Temos em conta as mudanças na situação nacional e internacional. Temos em conta a experiência. Não pretendemos repetir integralmente as soluções, os passos, os métodos, os caminhos. Mas Abril transformou a sociedade portuguesa com notáveis realizações democráticas. E um dos seus maiores ensinamentos é a confirmação na vida do carácter inseparável

das quatro vertentes da democracia (a política, a económica, a social e a cultural) no quadro da independência e soberania nacionais.

É nesse caminho aberto pela revolução de Abril que propomos ao povo uma política que no Programa do Partido e em numerosos documentos é amplamente desenvolvida, mas que se pode apontar condensada em cinco objectivos fundamentais: um regime de liberdade tendo como elemento essencial a formação de um Estado democrático; um desenvolvimento económico assente numa economia mista; uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo; uma política cultural que assegure o acesso à livre criação e fruição culturais; e uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

Nas comemorações do 20º aniversário de Abril e do 73º aniversário do nosso Partido, tem particular relevo, não apenas a divulgação da verdade histórica, do que foi a revolução, das suas realizações, do seu significado e alcance, da instauração e institucionalização do novo regime democrático, do processo contra-revolucionário e suas consequências, da luta do Partido em todo este período crucial da história, mas também a divulgação das nossas propostas para o futuro de Portugal. Isso explica os numerosos colóquios, conferências, debates em que são amplamente desenvolvidos os pontos do nosso programa e que, para a campanha que já começou, tenhamos adoptado o lema "Uma nova política para uma vida melhor". Uma vida melhor não se constrói nem se pode construir destruindo o que Abril deu a Portugal e ao povo português, mas no caminho de transformações, realizações, conquistas, potencialidades, perspectivas e valores abertos pela revolução.

### 3

#### Algumas tarefas imediatas

É com inteira legitimidade que inserimos as comemorações da revolução de Abril nas comemorações do aniversário do nosso Partido. Com inteira legitimidade porque a revolução de Abril foi um dos

momentos mais altos, se não o mais alto, dos 73 anos da história do PCP.

Comemoramos Abril não apenas falando com verdade da revolução e do Partido, mas lutando contra a política e o governo lutando por uma alternativa.

Permiti algumas breves palavras sobre quatro entre as tarefas e grandes direcções de luta que estão neste momento no centro das atenções dos portugueses.

A primeira é relativa à ampla frente social em movimento, ou seja, às lutas de massas.

Estão em curso e em preparação grandes lutas. Dos trabalhadores, dos agricultores, de outros sectores sociais. Todo o Partido se deve empenhar e contribuir para a dinamização e o êxito das lutas em curso. No concreto e entre outras: para que sejam uma demonstração da determinação da luta e da força das massas, a jornada dos trabalhadores no próximo dia 24 ao apelo da CGTP, e a jornada dos agricultores no próximo dia 25 ao apelo da CNA.

A segunda respeita às duas próximas grandes jornadas do 25 de Abril e do 1º de Maio.

Nas comemorações do 25 de Abril, além das numerosas iniciativas do Partido, damos e daremos a nossa empenhada contribuição para o êxito das iniciativas populares, como as grandes manifestações que se preparam e que marcam a identificação do povo com as grandes conquistas democráticas da revolução. Este ano, em que se procuram semear tantas incompreensões e equívocos, esta componente das comemorações tem particular significado e repercussões. É necessário assegurar o seu êxito.

No que respeita ao 1º de Maio apoiamos como sempre as iniciativas da CGTP - a grande central sindical dos trabalhadores, expressão do valor ímpar no mundo actual do rico e original conteúdo da natureza de classe, de independência, de autonomia, de unidade do movimento sindical português. Apoiamos a orientação definida pela CGTP de procurar o entendimento e acção comum dos trabalhadores e dos seus sindicatos, tendo por certo - e isso é essencial - que tal objectivo será tanto mais possível de alcançar quanto mais firme e claramente, com o apoio massivo dos trabalhadores, a CGTP-IN afirmar a sua identidade.

Ao completarem-se 20 anos da revolução de Abril, e lembrando o grandioso 1º de Maio de 1974, estamos também certos de que a CGTP-IN mostrará uma vez mais no próximo 1º de Maio, nas suas grandiosas manifestações, tudo aquilo que a CGTP representa e significa para os trabalhadores portugueses, para a democracia, para Portugal. Uma terceira questão respeita ao calendário eleitoral.

Este ano, o mês de Junho é assinalado pelas eleições para o Parlamento Europeu.

O Comité Central, em Janeiro e o recente Encontro Nacional da CDU traçaram a orientação.







Como as posições do PCP e a actividade dos seus deputados têm provado, ninguém melhor que os comunistas assegura no Parlamento Europeu a defesa dos interesses portugueses, da economia nacional, dos trabalhadores, dos agricultores, dos pescadores, assim como da independência e soberania nacionais postas em causa pela União Europeia com órgãos supranacionais comandados pelos países mais ricos e poderosos.

Estamos desde já lançados na preparação dessa batalha. É necessário que todo o Partido compreenda a sua importância e se empenhe no seu êxito.

As eleições para o Parlamento Europeu inserem-se num calendário eleitoral mais largo: as perspectivas das eleições para a Assembleia da República (possivelmente em fins de 1995) e as eleições para a Presidência da República (em 1996).

Em relação às eleições para a Assembleia da República - será a ocasião que tornará possível pôr fim à maioria do PSD e da direita e à formação de uma nova maioria na Assembleia da República que dê o suporte institucional necessário à formação de um governo com uma política democrática.

Uma ideia fundamental nos orienta desde já. O povo, o país, a democracia, uma alternativa, tomam necessário um grande resultado do PCP nas eleições para a Assembleia da República. Porque o PCP é a melhor garantia de uma política democrática. Porque o apoio eleitoral ao PCP (que as recentes eleições autárquicas confirmaram) e um forte Grupo Parlamentar do PCP são indispensáveis para uma maioria democrática. Porque sem o PCP não será possível uma alternativa democrática.

Quanto às eleições para a Presidência da República estamos ainda longe. Não temos pressa e não devemos ter pressa.

Entretanto outros partidos já estão jogando as suas cartas. De momento nem sequer é busca lambida, mas apenas tentativas de "poker". O que aparece nas parangonas, questionários, entrevistas não são candidatos à Presidência da República mas aquilo que muito apropriadamente já para aí se chamam, não candidatos, mas "lebres".

A comunicação social bombardeia-nos para que digamos o que pensamos das "lebres". Por enquanto é apenas espectáculo. Que quem lança as "lebres" que as apanhe.

Uma quarta questão respeita à luta por uma alternativa.

O quadro político partidário existente no nosso país torna cada dia mais evidente que, para derrotar o PSD e para alcançar uma alternativa democrática ao Governo de Cavaco Silva, é necessária a convergência das forças democráticas, nomeadamente do PCP e do PS.

Mas qual é a atitude da Direcção do PS? A Direcção do PS ou não percebe a situação (o que é mau) ou faz de conta que não percebe (o que é pior).

Agrava cada dia a falta de credibilidade como alternativa à direita, quando se identifica em numerosos aspectos com a política do governo PSD.

Insiste em dizer que vai obter a maioria sozinho repetindo a ilusão que custou ao PS e à democracia pesadas derrotas em eleições anteriores. Insiste na bipolarização PS/PSD e numa alternância PS/PSD marginalizando o PCP o que é outra ilusão como mostraram as últimas eleições autárquicas. Em vez de uma estratégia de alianças credíveis à esquerda vai integrando no PS, como se fosse uma grande aliança, elementos que fracassaram o propósito de destruir por dentro o PCP e que, mostrando afinal o que queriam, procuram o colo do PS como agência de colocações. Insiste na campanha sistemática contra o PCP, que a não ser corrigida, não é caminho para uma alternativa à direita antes denuncia a predisposição de, tal como no passado, o PS poder vir a chegar a novas alianças com o CDS e mesmo com o PSD.

Perante esta situação, temos esclarecido e continuamos a esclarecer para que não haja quaisquer equívocos ou quaisquer erros de cálculo: o PCP nunca será bengala ou muleta do PS ou de quem quer que seja. O PCP é um grande partido nacional que os 73 anos da sua luta testemunham. Tem um forte apoio de massas. Tem o seu programa. Propõe ao povo uma real alternativa. O PCP saberá corresponder à confiança que nele depositam os trabalhadores e muitas outras centenas de milhares de portugueses.

Quanto mais forte for o PCP, quanto mais ampla for a sua influência, quanto mais empenhados forem os apoios que recebe, quanto mais empenhada for a sua militância nas lutas sociais de massas, quanto maior for a votação que receba nas futu-

ras eleições, mais possível virá a ser uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

## 4

### O PCP no 73º aniversário

Nos 73 anos de existência e de luta, o nosso Partido atravessou situações muito diversas. 48 anos de actividade clandestina defrontando o terror fascista. Os anos da revolução de Abril. A resistência ao processo contra-revolucionário.

À extraordinária diversidade de situações correspondem objectivos diferentes e diferentes formas de organização e de luta. A extraordinária diversidade de situações exige em cada caso respostas novas aos novos problemas.

A longa caminhada de gerações e gerações de comunistas, de homens, mulheres e jovens dando tudo de si próprios, mesmo para tantos a própria vida, é a história de um partido que responde à mudança, que aprende com a vida, que resiste, que sabe avançar e sabe recuar, que luta, e que, inspirado pelo ideal comunista libertador, reconhecendo a cada momento na luta presente a força, a experiência e a aprendizagem do passado, está também em cada momento voltado para o futuro.

Sempre com a classe operária e os trabalhadores que marcam a natureza do Partido. Sempre com o povo cujos interesses, necessidades e aspirações estão no cerne da luta dos comunistas. Sempre com a juventude que, por sua vez, é a fonte da vida e do futuro do Partido.

A campanha anticomunista não pára. É uma campanha em que tudo vale: a mentira, a falsidade, a deturpação, a insinuação, a calúnia, a discriminação, muitas vezes o bloquear e silenciar a informação.

O anticomunismo tem porém razões para estar desiludido. Anunciaram a divisão do PCP. Anunciaram a transformação do PCP num outro partido submetido ao capital. Anunciaram o desânimo do PCP. Anunciaram que da inevitável renovação sairia um outro partido. Anunciaram a diminuição da influência do PCP e uma vertical queda eleitoral. Anunciaram o "declínio irreversível" do PCP que contabilizaram em termos de percentagens e de sondagens. Anunciaram mesmo "a morte do comunismo" e a "morte próxima" do PCP.

E afinal todas essas notícias foram desmentidas pela vida. Nem declínio. Nem perda de influência. Nem queda eleitoral. Nem divisão. Nem desânimo. Nem transformação num partido social-democratizante. Nem perda da capacidade de intervenção na vida nacional.

Por vontade dos militantes, o PCP defrontou e defronta as dificuldades resultantes da evolução da situação nacional e internacional. Respondeu à nova situação. Fez novas análises. Redefiniu criativamente objectivos. Tornou mais rigoroso o seu programa. Apro-

fundou a sua democracia interna. Renovou e renova a sua direcção.

Por vontade dos militantes, o PCP confirma, afirma e renova a sua identidade.

Como partido da classe operária, dos trabalhadores e do povo em geral.

Como partido cuja razão de ser, cuja história, cuja força, cujas energias revolucionárias, cujas reservas, residem nas profundas raízes no povo e na confiança que os trabalhadores e outros amplos sectores da população nele depositam.

Como partido lutador sem paralelo ao longo de toda a sua longa história pela liberdade, a democracia e o progresso social.

Como partido com o ideal da construção de uma nova sociedade libertada da exploração, das injustiças, dos flagelos, das chagas do capitalismo.

Como partido portador de uma teoria revolucionária, que não só explica a sociedade mas indica o caminho para transformá-la e quando ganha pelas massas se torna ela própria uma força transformadora.

Como um partido em que todos os militantes são iguais em direitos e deveres, em que o respeito pelo indivíduo e o seu valor e o direito à opinião, à crítica, à discordância são assegurados, em que a direcção colectiva, o trabalho colectivo, a concepção do Partido como um grande colectivo militante, responsável e criativo, são elementos fulcrais da democracia interna.

Como partido que sendo um partido da pátria portuguesa, um partido patriótico em toda a sua orientação e acção, é ao mesmo tempo um partido internacionalista, solidário para com a luta libertadora dos comunistas, das forças progressistas, dos trabalhadores e os povos de todo o mundo.

Por tudo isso, neste 73º aniversário, o PCP não está a "declinar" mas a reforçar-se.

Por tudo isso, aumenta o número daqueles que decidem que precisamente agora é a altura de entrar no PCP.

Por tudo isso, se observa uma crescente e entusiasmante aproximação da juventude aos nossos ideais e à nossa acção, de que são testemunho as inscrições de jovens no Partido, a nova dinâmica e reforço da JCP - juventude do PC -, os resultados em numerosas associações de estudantes, e essa magnífica vaga de entusiasmo que foi a juventude CDU na campanha das eleições autárquicas.

Por tudo isso, as mulheres, que aqui saudamos pelo seu dia internacional há dias decorrido, continuam a constituir uma importante parte do nosso dedicado e combativo colectivo militante do Partido.

Por tudo isso, aqui estamos a comemorar o 73º aniversário, de pé, firmes, unidos, convictos, confiantes e empenhados na luta que continua.

Viva o 20º aniversário da revolução de Abril!

Viva o 73º aniversário do PCP!

Viva a Juventude Comunista Portuguesa!

Viva o Partido Comunista Português!





O Código Penal Português está em revisão. Consideramos de grande relevância e urgência chamar a atenção para a importância da possibilidade de certas alterações ou inovações em várias áreas. Hoje, só nos iremos referir à necessidade de introduzir alterações ao articulado penal que actualmente consta dos artigos 139, 140 e 141 e que diz respeito ao aborto.

A 11 de Maio de 1984, uma proposta de lei do PCP foi aprovada por maioria na Assembleia da República e convertida na Lei 6/84 («Exclusão de Ilícitude em alguns Casos de Interrupção Voluntária de Gravidez»), que introduziu a redacção actual dos três citados artigos do Código Penal. Dez anos passados, vai ser possível fazer o ponto à situação, reflectir e debater e fazer propostas.

Em Janeiro de 1991 formou-se um grupo de trabalho, coordenado pela Associação para o Planeamento da Família (APF), do qual fizeram parte várias organizações, entre elas a Organização das Mulheres Comunistas (OMC).

A constituição deste grupo teve como motivo a existência de numerosos testemunhos e indícios de que, apesar da legislação aprovada em 1984, a maioria das interrupções voluntárias de gravidez (IVG) continua a ser feita clandestinamente e à margem da lei, com elevados custos e com graves consequências para a saúde física e psíquica da mulher.

Dada a ausência de dados e estudos actualizados sobre o aborto em Portugal, este Grupo de Trabalho e Reflexão considerou como prioridade realizar estudos que fornecessem uma análise da situação da IVG legal e ilegal no nosso país. Esses estudos abarcarão dados de oito anos, e julgamos serem material fundamental para se criarem condições para a revisão dos artigos 139, 140 e 141 do Código Penal.

Para obter dados para o nosso estudo, foi estabelecido um inquérito, enviado a 74 estabelecimento de saúde (9 hospitais centrais e 65 hospitais distritais). No inquérito pedia-se informações relativas ao número e às indicações dos pedidos de IVG por ano (1984 a 1990) e por tipo de resposta (aceitação ou recusa). Solicitava-se também informações sobre a forma de organização dos serviços e sobre as razões da não realização de IVG legal.

A leitura, através dos quadros, das respostas recebidas, levamos a tirar várias conclusões:

— Menos de um terço dos hospitais estão organizados, como manda a lei, para a prática da IVG;

— O diagnóstico pré-natal de grave doença ou malformação do feto só pode ser efectuado através de colheita do material fetal cerca de 16 semanas de gravidez, e os resultados só são conhecidos por volta das 19-20 semanas o que, segundo a lei, já vai «servir de des-

# Dez anos da Lei do Aborto

## O que é preciso saber

■ Graça Mexia

Psicóloga. Representante da Organização das Mulheres Comunistas no Grupo de Estudos da Associação para o Planeamento da Família

### Lei 6/84

Reconhece à mulher grávida o direito de solicitar a interrupção da gravidez quando se verifique algumas das circunstâncias que excluem a ilicitude do aborto, a saber:

— perigo de morte ou grave lesão para a sua saúde física ou psíquica;

— grave doença ou malformação do feto (apenas até às 16 semanas de gravidez);

— violação (até às 12 semanas);

A mesma lei atribui aos estabelecimentos de saúde oficiais, ou oficialmente reconhecidos, a obrigação de se organizarem de forma adequada ao exercício do direito à IVG, nas situações e nos prazos legalmente determinados, não devendo o direito à objecção de consciência interferir na capacidade de resposta dos serviços.

culpa» para invalidar o pedido de IVG;

— Os raríssimos pedidos de IVG por violação, a que se devem? Morosidade ou «dificuldades» impostas pela acção policial exigida?

— Estudos realizados nos anos 80 no nosso país, indicaram que trinta por cento das mulheres inquiridas tinham feito, pelo menos, um aborto na sua vida e que onze por cento tinham feito mais de cinco abortos; e que, noutro estudo publicado em 1991, numa maternidade de Lisboa, o internamento por complicações de aborto representou noventa e um por cento das causas de internamento naquele serviço.

Será que esse enorme número de mulheres pediu IVG legal e lhe foi recusada? Será que muitas delas conhecem esse direito?

Será que, por razões «burocráticas» ultrapassaram os prazos de pedido de IVG?

Será que o pedido tinha uma causa socioeconómica e psicológica ainda não prevista na lei portuguesa?

De posse destes dados e reflectindo sobre todas as

Pedidos de Interrupção Voluntária de Gravidez atendidos (A) e recusados (R) por indicação e por ano

Ano	Terapêutica		Eugénica		Violação		Outras (*)		Total	
	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R
1984	16	19	6	2	—	1	—	—	22	22
1985	22	16	5	15	—	—	15	7	42	38
1986	37	13	10	10	1	1	12	3	60	27
1987	20	2	8	6	1	—	2	—	31	9
1988	17	3	26	2	—	—	2	—	45	4
1989	32	4	60	3	—	—	9	1	101	8
1990	27	7	49	9	—	—	13	9	89	25
TOTAL	171	64	164	47	2	2	53	20	390	133

(\*) Inclui ingestão de medicamentos que reconhecidamente causam deformações no feto, seropositivos, etc., etc.

### Parlamento Europeu

#### Quadro da legislação quanto ao Aborto, nos Estados membros

País	Limite da gravidez	Indicações	Condições de execução custo ou reembolso
Bélgica	até 12 semanas após 12 semanas	a pedido da grávida risco grave para a saúde da grávida ou malformação do feto	clínicas e hospitalais (sem reembolso nas clínicas)
Dinamarca	até 12 semanas após 12 semanas	livre • saúde e vida psíquica ou física da mulher em risco • risco de doença grave ou malformação no feto • violação ou incesto • grávida adolescente • incapacidade psíquica da mãe criar o filho	praticado por médico em hospital com reembolso total
Espanha	até 12 semanas até 22 semanas sem limite	• violação • malformação do feto • risco físico ou psíquico para a grávida	em clínica ou hospital: 97% de reembolso na clínica, total no hospital
França	até 10 semanas ilimitada	• a pedido da grávida se satisfizer certas formalidades (é normalmente sempre concedido) • saúde da mãe em risco grave • malformação do feto ou doença grave e incurável	clínicas ou hospitalais reembolso parcial
Grécia	até 12 semanas até 19 semanas até 24 semanas ilimitada	• autorizado • violação, incesto • malformação do feto • grave risco físico ou psíquico para a grávida	hospital
Irlanda		Proibido	
Itália	até 12 semanas após 12 semanas	• condições económicas e/ou sociais • certas situações: violação, incesto • risco de saúde para a grávida • anomalias ou malformações do feto (no norte de Itália na prática a IVG pode ser feita a pedido apenas) • risco grave para a mãe (quer na gravidez quer no parto) • quando as malformações do feto sejam um grave risco para a saúde física ou psíquica da mãe	clínicas ou hospitalais (gratuito)
Luxemburgo	até 12 semanas até 24 semanas	• saúde física ou psíquica da grávida em risco • doença grave incurável ou malformações do feto • violação • por razões médicas	apenas em hospital com reembolso total
Holanda	até 12 semanas de 13 a 24 semanas	• é livre, com consulta médica obrigatória e prazo para reflexão de cinco dias • livre mas só em clínicas especializadas	clínicas ou hospital reembolso total sempre
Portugal	até 12 semanas até 16 semanas	• violação, riscos físicos ou psíquicos para a mãe • malformação do feto	estabelecimentos privados ou hospitalais (gratuito nos hospitalais)
Alemanha	de 12 a 22 semanas (conforme os casos)	• risco para a vida da mãe • prejuízos para a saúde física ou mental da grávida • violação • situações de perturbação grave económica e/ou social (nota: na ex-RDA podia ser apenas a pedido até às 12 semanas)	Clínicas ou hospitalais (reembolso total)
Reino Unido (à excepção da Irlanda do Norte onde é proibido)	até 28 semanas	• risco para a saúde física ou mental da grávida • risco de anormalidade física ou mental para a criança	clínicas hospitalais (gratuito)

#### Razões invocadas para a não realização da IVG legal

Razão invocada	Zonas		Total (n=34)
	Norte (n=27)	Sul (n=7)	
Inexistência de serviço especializado	13	2	15
Objecção de consciência	7	1	8
Falta de recursos	4	2	6
Ausência de pedidos	3	2	5
Impossibilidade cumprimento prazos	1	—	1
Não regulamentação da lei	1	—	1

informações recebidas, decidi o Grupo de Trabalho recomendar:

#### A nível jurídico

— Que o prazo para a realização de IVGs devidas a malformações no feto seja alongado até às 22 semanas;

— Que sejam incluídas causas psico-sociais;

— Que a despenalização da IVG seja alargada a este tipo de causas, à semelhança das legislações existentes na maioria dos estados membros da Comunidade Europeia;

— Que nas IVGs por violação de pessoas juridicamente incapazes, o prazo seja alargado para 22 semanas, devido à maior morosidade característica destas situações.

#### A nível dos Serviços de Saúde Estatais

— Que sejam definidas pelo Ministério da Saúde normas gerais de aplicação da Lei 6/84, assegurando a existência de uma resposta eficaz;

— Que sejam tomadas medidas no sentido de o direito à objecção de consciência não interferir com a capacidade de resposta dos serviços.

#### Mas... não chega recomendar

Nós, mulheres comunistas, queremos que haja uma forte corrente de opinião pública, debates sérios, propostas baseadas em muitos e muitos casos verídicos.

Daí o nosso grande empenhamento para que, nesta fase de revisão do Código Penal, sejam ouvidas as organizações profissionais, científicas ou cívicas relacionadas com a IVG, nomeadamente as organizações ou movimentos de mulheres.

Uma das formas de actuar, vai ser mantermo-nos informadas e participarmos no colóquio que virá a realizar-se já no próximo sábado, 19, às 15 horas, no Institut Franco-Portugais, em Lisboa. ■



■ Odete Santos

# CRIMES SEXUAIS

que vítimas?

## A propósito da Reforma Penal

Em «Saló ou os 120 dias de Sodoma», Pasolini resolveu dar-nos um retrato dos últimos tempos do fascismo em Itália, focando a sua câmara de um ângulo inusitado. Quem conseguiu suportar até ao fim os horrores visualizados, recorda-se seguramente de que Pasolini escolheu o ângulo da opressão sexual para definir a classe dos detentores do poder. Um grupo de capitalistas, nas vésperas da queda do fascismo, rapta raparigas e rapazes das classes oprimidas e, no sossego de uma quinta, transformam-nos, independentemente do sexo, em objecto de práticas sexuais aberrantes.

Trata-se de um tema carregado de simbolismo, com raízes profundas na histórica discriminação do sexo feminino e na sua indissociável relação com a escravização dos seres humanos (homens e mulheres) que se vêem forçados a vender a sua força de trabalho, como meio de subsistência.

Perceber-se-á, mais adiante, por que razão um primeiro estudo das alterações propostas pelo Governo ao Código Penal me traz à memória o já longínquo filme de Pasolini.

Por ora, importa reter:

- As vítimas das sevícias sexuais são, indiscriminadamente, do sexo feminino ou masculino.
- As vítimas são das classes trabalhadoras.
- Os agressores pertencem à classe capitalista e são todos eles homens.

### O Direito Penal Sexual como retrato da opressão de classes

Na «Ideologia Alemã», Marx e Engels escreveram: «A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.» E Engels acrescentou na «Origem da Família, da Propriedade e do Estado»: «O primeiro antagonismo de classes que apareceu na História coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia. E a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.»

Na verdade, a monogamia que representou um progresso na evolução das relações entre os sexos, não deixou, como é óbvio, de trazer dentro de si, contraditoriamente, um sinal de retrocesso. A monogamia está associada, no seu nascimento, não ao amor entre o casal, mas à necessidade de perpetuação das riquezas nos herdeiros do homem. Está associada à prerrogativa masculina de praticar livremente o adultério, e à imposição (só sobre a mulher) do dever de fidelidade. A necessidade de proteger a propriedade privada, associada às prerrogativas dos homens (proprietários nos umbrais da História dos instrumentos que produzem riqueza) deu origem à prostituição profissional de mulheres livres e, como diz Engels, à entrega forçada das escravas.

Mas, paralelamente ao antagonismo Homem/Mulher, desenvolve-se também, com o aparecimento do trabalho escravo, e depois com o assalariado, uma outra forma de opressão, um novo antagonismo de classes, agora já não marcado pelo sexo. E se nos primórdios da História encontramos a utilização de mulheres em práticas sexuais que as transformam em objecto, a verdade é que também os homens das classes oprimidas serviram sexualmente como objectos de prazer para os opressores.

No entanto, a mulher foi sempre, e ainda é, a maior vítima de crimes sexuais. O que se compreende. Sendo a primeira vítima da

opressão de classes, transportou, e apesar de tudo ainda transporta, o estigma de ser inferior, cujo retrato as classes opressoras conseguiram reproduzir mesmo entre os homens vitimados pela exploração ao lado das mulheres.

As leis penais consagraram, através dos tempos, como únicas vítimas possíveis, de alguns crimes sexuais, as mulheres e como únicos agressores, os homens. Mas tal não aconteceu porque, através da lei penal, se quis, mais uma vez, reforçar a protecção da propriedade privada e da sua transmissão por via sucessória. De facto, ao legislador penal não interessou que um homem fosse violado através da prática de sodomia, ou seduzido a tal prática. Daí não podiam resultar problemas relativos à determinação dos descendentes do Homem.

A transformação do sexo feminino em vítima exclusiva dos crimes de violação e de estupro, só hipocritamente se podia reclamar de medida protectora da mulher. Na eleição desta como única vítima possível estava afinal a necessidade de continuar a impor à mulher o dever absoluto de fidelidade, de castidade antes do casamento. E a hipocrisia era tanta que até a virgindade aparecia como valor mercantil. Na verdade, segundo o Código Penal de 1886, o homem que violava ou estupra a mulher virgem era obrigado a conceder-lhe um dote, ainda que casasse com ela.

O Código Penal que temos em vigor, não obstante alguns processos, consagra, no entanto, como fundamento do Direito



Penal na área que vimos tratando, a moral sexual burguesa, ou seja, uma moral sexual hipócrita. Resta saber se na proposta do Governo, de alterações ao Código Penal vigente, se avançou o suficiente. É o que veremos.

### A Reforma Penal e o estatuto da Mulher

Como sinal positivo, é de assinalar que se fez um esforço para, na medida da pena, sobrevalorizar as ofensas sexuais relativamente ao Código em vigor. A Comissão Revisória do Código Penal tentou, além disso, erradicar conceitos de moral hipócrita do texto do actual Código. É assim que os crimes sexuais aparecem não como condutas que atentam contra fundamentos ético-sociais da vida em sociedade, mas como condutas que atentam contra o direito à liberdade e à autodeterminação sexuais.

Na verdade, sabe-se como as mulheres violadas passam normalmente de vítimas a incitadoras do crime. É o senso comum sofrendo de ancestrais distorções. Sabe-se, como esse facto dá origem a que a maior parte das violações não sejam denunciadas. Será assim inconcebível que especificamente (para além do já previsto na parte geral do Código) se mantivesse, como um dedo acusador relativamente à mulher, a atenuante da provocação. Como que a convidar os magistrados a exercerem a censura sobre a vítima!

Este passo em frente na proposta do Governo não terá sido fácil. Seguramente também não foi fácil penalizar a violência através do coito anal, da mesma forma que a violência através de cópula. Não é fácil, para quem no Governo defende os valores tradicionais, ver desaparecer os sinais de um poder nascido do primeiro antagonismo de classe da história. E porque assim é, continuamos a encontrar na proposta de alteração ao Código Penal, presente na Assembleia, resquícios da hipocrisia burguesa.

Na definição do crime de violação continua a identificar-se a mulher como uma das vítimas preferenciais desse crime, aparecendo a vítima/homem em posição secundarizada. Excluem-se do conceito de violação formas brutais de sevícias sexuais praticadas com objectos. Nos crimes de abuso sexual de pessoas incapazes de resistência, o agressor será menos punido se a vítima for homem. A cópula ou o coito anal com mulher aparecem mais penalizados, o mesmo acontecendo relativamente a pessoas reclusas em estabelecimentos prisionais, por exemplo. E continua a manter-se, embora numa redacção dulcificada, o crime de estupro, tendo como vítima a mulher inexperiente de idade entre 14 e 16 anos.

A punição da cópula com mulher naquela faixa etária continua a considerar a virgindade da mulher como um bem supremo a defender, perante o homem, para quem os preconceitos burgueses reservam o privilégio de ser experiente, vivido e livre. Tudo em nome de uma pseudomoral que já não consegue disfarçar a verdadeira razão de ser da punição do crime de estupro. De facto, por que razão, nas alterações ao Código Penal, desaparece a punição de outras práticas sexuais (exercidas sem violência) como a cópula incompleta e o coito anal e oral é inexperiente e de idade entre 14 e 16?

Sem necessidade de maiores indagações na área do Direito Penal Sexual, podemos concluir que as propostas de alteração do Código Penal continuam a perpetuar a moral hipócrita da opressão sexual da Mulher. Talvez numa última e desesperada tentativa. É que os progressos alcançados na luta das mulheres a denúncia da opressão de classe que tem estado na base da sua discriminação, trouxe para a ribalta a verdade indesejada que nessa opressão lhe estão também imantados os milhares de homens e oprimidos. E que, por isso mesmo, também eles são vítimas de opressão sexual.

A prostituição masculina, o uso de homens na pornografia, a violação de homens, o abuso sexual de rapazes, tem afinal as mesmas raízes da opressão sexual dirigida contra as mulheres. Foi isso que Pasolini quis, em última análise, demonstrar. Numa sociedade de opressores, não há direitos humanos para as vítimas de exclusão social. Por isso mesmo, os homens «excluídos» não estão imunes à violação da sua sexualidade. Por isso mesmo, na área do Direito Penal Sexual o homem oprimido feminizou-se. Como o provam as alterações que através dos tempos se vêm introduzindo no Direito Penal Sexual. ■



# FINANCIAL TIMES

■ Manoel de Lencastro



# ANÁLISE PORTUGAL

«Após oito anos de expansão, Portugal mergulhou na recessão e deixou exposto o lado negro de uma sociedade onde se erguem bonitos prédios de escritórios na Lisboa cercada de bairros de lata.» «Salários portugueses, inferiores aos da Tailândia, de Singapura, de Taiwan.»

Eis as conclusões do correspondente do F. T., em Portugal, Peter Wise, segundo o Suplemento do grande jornal da City, publicado em 22 de Fevereiro.

O «Financial Times», órgão dos grandes interesses da alta finança britânica e internacional, voltou, no passado dia 22, a dedicar um dos seus suplementos a Portugal. Peter Wise, evidentemente, está longe de subcrever opiniões progressistas mas não pode, também, fechar os olhos à realidade do país para onde o seu jornal o destacou. Vale a pena notar, portanto, algumas das suas observações. No artigo principal, diz:

«Muitas das pessoas que vivem nos bairros de lata são antigos trabalhadores rurais completamente empobrecidos, que se deslocaram para as cidades em busca de trabalho. Mas o subdesenvolvido sector agrícola português que emprega 12% da mão-de-obra do país, manifestou-se incapaz de competir com êxito no Mercado Único. Agora, vendo os seus ganhos reduzidos, a maioria dos trabalhadores agrícolas vive ao nível do mero sustento.»

E prosseguindo o seu trabalho, o homem do «Financial Times» em Lisboa examinou, a seguir, certos aspectos da vida económica e social portuguesa a que alguns dos nossos próprios compatriotas preferem cerrar os olhos.

«Os salários médios em Portugal», escreveu, «são, no seu conjunto, mais baixos do que aqueles que se verificam em certos países ainda em desenvolvimento, como a Tailândia, Taiwan, Singapura — não podem comparar-se com os que se praticam em qualquer dos outros países da Europa Ocidental.»

E acrescenta:

«Também o sector industrial está a sofrer os efeitos de uma concorrência cada vez maior. Sectores tradicionais, como o têxtil, que representa 30% das exportações, o do calçado, o da metalurgia, o das cerâmicas, estão a ser submetidos a um processo de reestruturação radical que está dando lugar a grande número de despedimentos e ao encerramento de muitas empresas. O desemprego cresceu, de 47% da mão-de-obra, em 1992, para 6,2%, em 1993, e continua a aumentar, este ano, de maneira significativa.»

Depois, Peter Wise continuou as suas observações críticas do mundo português económico, financeiro, social, concentrando-se na situação da indústria bancária, nas perspectivas de crescimento dos valores em jogo no casino da Bolsa, e debruçou-se igualmente, sobre as tentativas governamentais para dar novos ímpetus à política das privatizações. Uma colaboradora do famoso quotidiano britânico, Susanne Rindlisbacher, analisa o sector dos seguros e o do investimento estrangeiro no nosso país.

Chamou-nos a atenção, entretanto, a origem dos anunciamentos portugueses que tornaram possível a publicação deste suplemento especial do «Financial Times» — Banco Finantia, M. Valores, Banco Totta & Açores, Petróleos de Portugal, S. A., Comércio e Turismo de Portugal, Lisbon Stock Exchange (Bolsa de Valores de Lisboa) — dado não encontrarmos entre eles uma só empresa de raízes verdadeiramente industriais, o que deixa bem clara a orientação da economia portuguesa. Vai tudo no sentido das finanças e da especulação, nada na direcção da produção industrial, do trabalho, da prosperidade do povo. Para onde se está a empurrar os portugueses? Infelizmente, são os próprios estrangeiros quem nos mostra a realidade.

Em números seguintes do «Financial Times», Peter Wise está a analisar os relatórios anuais de certas empresas portuguesas: o Grupo Sonae, a Marconi, o Banco Mello.

## Eleições e revolução

1

«The Wall Street Journal», primeiro porta-voz dos imperialistas, acaba de lançar o alarme — é a ameaça vermelha que ressurgue,

cada vez em proporções maiores, na Hungria, onde os diversos partidos se preparam para as próximas eleições que se realizarão em Maio. Segundo o jornal da alta finança nova-iorquina, e não apenas, «os partidos conservadores e os da direita avisaram a opinião pública húngara de que o retorno dos comunistas significaria o caos no país.»

Entretanto, o governo do «Forum Democrático» aconselha os eleitores a manterem-se calmos e a fugirem à nostalgia das anteriores maneiras de viver.

2

Da situação política em Itália dizia, recentemente, o «Frankfurter Allgemeine Zeitung»: «Apesar de o Partido Comunista não ter beneficiado da generalizada corrupção verificada no país, recebeu subsídios soviéticos e os seus dirigentes chegaram ao topo da hierarquia quando o partido se mantinha leal a Moscovo. Como pode operar-se a regeneração moral e política de tais pessoas? De qualquer maneira, a Itália não é o único país onde se assiste ao renascer dos comunistas. As implacáveis realidades da época pós-comunista conduzem as pessoas a voltarem-se, uma vez mais, para o desacreditado sistema onde o Partido Comunista governou.»

Na corrida para as eleições italianas, que se realizarão nos próximos dias 27 e 28, os oito partidos da esquerda acham-se em condições de con-

seguir aqueles resultados que a lógica dos acontecimentos tem vindo a sugerir. Mas certos dirigentes entendem ter contas a prestar ao imperialismo — pretendem assegurar, pelo menos, que, se chegarem ao poder, tudo continuará na mesma, jamais se tocará nos interesses do capitalismo internacional. Para quê, então, concorrer às eleições e lutar para mudar o governo, se não existe a intenção de transformar a sociedade e o conjunto das relações económicas internas e externas?

Achille Occhetto, principal dirigente do Partido Democrático da Esquerda, esteve em Londres no passado dia 25 para, segundo o «The Daily Telegraph», «convencer instituições britânicas e algumas importantes companhias, a British Gas, a Bovis, a Rolls-Royce, os Sainsbury's, de que nada têm a temer da política económica do PDS.»

Entretanto, o conhecido político italiano declarava: «Carlo Azeglio Ciampi, anterior governador do Banco de Itália e actual primeiro-ministro, poderá ser mantido nesse lugar pelo PDS.» E Vincenzo Visco, porta-voz do partido para os assuntos económicos, acrescentava: «A economia de mercado não está em causa.» Mas Occhetto insistiu em revelar o seu programa: «Rigor na reorganização financeira, fortes esforços no sentido do desenvolvimento e do emprego, serão os elementos da nossa renovação tentativa de chegar ao poder.» Certas observações do «leader» do PDS revelaram contradições gritantes e um desejo de agradar, quase desproporcionado, o que levou o grande jornal diário inglês a escrever: «Alguns dos "slogans" do PDS, como a mobilização de capitais privados para projectos de novas infra-estruturas e a disposição para recuar no campo dos impostos, não ficariam mal em qualquer manifesto do Partido Conservador britânico.»

Temos ouvido dizer que em Itália se tem verificado uma revolução, nestes últimos tempos. Não acreditamos, mas aceitamos que o país exige transformações de grande fundo. De qualquer modo, se aos acontecimentos de Itália se chama uma revolução, aconselharíamos os revolucionários a meditar na célebre frase de Saint-Just: «Aqueles que só fazem meia revolução, estão a cavar a sua própria sepultura». Occhetto está salvo. Não vai fazer revolução alguma. Vai administrar o capitalismo, como se deduz das suas próprias declarações.

## A caminho da vitória (2)

A 12 de Fevereiro de 1944, o exército de Smirnov batia-se heroicamente pelo controlo de Mirapolis, Kozak, Gluchkin, Ivan Kopov, a leste de Siabiev, dirigia golpes profundos contra o poderoso agrupamento de forças alemãs e preparava o assalto por parte das suas formações de tanques. O exército de Bognadov atacava Lisyanka, Dabukovka, Chesnovka. A 13, Stalin e Antonov ordenavam a Jukov a passagem do comando de ambas as frentes ucranianas (1.ª e 2.ª), envolvidas na batalha por Korgun, para as mãos de Konev.

No dia seguinte, o 52.º exército da 2.ª frente ucraniana já está, de facto, em Korgun Shevobkovsky; o inimigo nunca conseguira romper de Chanderovka para Lisyanka. Muitos dos principais comandantes e oficiais do Estado-Maior nazi tinham já fugido, de avião. O desespero invadia a alma e o coração das tropas sitiadas. Tentando tirar partido das consequências de uma tempestade de neve, os hitlerianos ensaiam um derradeiro esforço para surgirem na direcção de Lisyanka de modo a poderem juntar-se às forças do general Hube. Mas o 27.º exército soviético (Trofimenko) opõe-se-lhes e anula-lhes a tentativa.

Tudo terminou a 17 de Fevereiro. Capturada a totalidade do material de guerra na posse do grupo estratégico nazi, contaram-se os prisioneiros — 18 000. Longe, Moscovo saudou as tropas de Konev. As ambições do comando da «Wehrmacht» quanto à reconquista da Ucrânia estavam desfeitas. E Kiev, a mãe de todas as cidades, era soviética. Mas, a 29, surgia a notícia do acidente que vitimaria Vatutin.





# PONTOS CARDEAIS

## "Visão" cruel

Uma visão cruel de Mário Sottomayor Cardia é aquela que a revista dirigida por Cáceres Monteiro apresenta no número de 10 de Março. Pasma-se com a violência das imagens e das prosas de que a "Visão" faz uso contra Cardia, procurando reduzi-lo à condição de tolo e de inimputável. Pasma-se com a escolha da capa dedicada à "loucura de Cardia" para uma campanha de promoção da revista. Quem é que no campo democrático não se sente indignado com estes métodos adoptados pela "Visão" contra uma figura política

naturalmente polémica, mas respeitável pelo seu passado e o sentido essencial da sua intervenção?

Que se passa? É tudo isto temor pelo anunciado propósito de Cardia de se candidatar à Presidência da República? Carneiro Jacinto na SIC também se mostrou truculentamente incomodado com Cardia. Por mais que se discorde da última iniciativa política do antigo ministro da Educação do PS, nada justifica os métodos que contra ele estão a ser usados por alguns dos seus próprios correligionários. As fotos e as peças da "Visão" não atingem apenas os propósitos presidenciais do

conhecido político socialista, atingem a sua pessoa e a sua dignidade. Julgava, se calhar, Cardia que tinha grandes amigos na "Visão". É caso para dizer que com tais amigos não precisa de ter inimigos.

## O cangalheiro

Muito curioso é o tom fúnebre que António Barreto arvora quando fala do PCP. Parece um cipreste. Claro, um cipreste com pouca rama e vergado pela

ventania das suas deslocações político-partidárias. Lembre-se que Barreto já profetizou a morte do PCP e o finamento do "Avante!". Desta vez, escrevendo a propósito das ainda remotas presidenciais de 1996, descobriu a "perplexidade imensa" do PCP e não encontrou explicação menos tétrica do que dizer: "os comunistas sabem que a sua posição nas presidenciais pode ser quase uma certidão de óbito". É claro que esta "perplexidade

imensa" só existe na sua cabeça doentamente anticomunista. Ao contrário do que Barreto afirma, as declarações da direcção do PCP em relação às primeiras jogadas relativas às presidenciais revelam até uma grande descontração. Álvaro Cunhal, por exemplo, comentou com muita ironia "quem lança as lebres que as apanhe". Não têm, pois, outra razão as preocupações obituárias de Barreto, a não ser a sua incontida vocação de cangalheiro.

## O "Bota-acima"

Andam envolvidos em grandes e penosos trabalhos os deputados ao Parlamento Europeu e os que lhes disputam os lugares nas listas do PSD e do PS. É que "se viaja muito e se ganha muito", como confessou o deputado algarvio Mendes Bota, do PSD. Precisamente, Mendes Bota, que é em geral muito assumido, não esteve com meias medidas e organizou um jantar de homenagem à sua pessoa. A verdade é que embora tivesse levado algumas sopas de tomo, conseguiu ainda assim cativar um ministro, Faria de Oliveira, o chefe da bancada laranja em Estrasburgo, Capucho, e o ambulatório Lucas Pires. Também cativou os pais de Cavaco Silva, o que sempre é uma aproximação ao chefe. Aos brindes, depois de ter cantado em "algarvio" e "alentejano", enterneceu o auditório quando confessou que "foram maravilhosos os últimos cinco anos da minha vida", os do mandato, claro. Também disse umas coisas mais chatas sobre a "Europa", mas de que muitos dos presentes desconfiaram.

Os "cinco anos maravilhosos" é que ficaram no ouvido. Se o rapaz é tão feliz quem é que quer impedir que continue? Parece ser o Nunes Liberato, o que manda nas listas do PSD e que coloca Bota em 11º lugar, numa zona de eleição impossível. Bota quer pelo menos o 8º lugar e apela descaradamente para o ajudarem a subir, em detrimento de outros. É a luta pelo lugar, quase como a luta pela vida!

Antigamente, quando tínhamos estaleiros e barcos havia o bota-fora ou o bota-abaiço, agora que somos subsidiados pela "Europa", estamos obrigados a assistir ao "Bota-acima"...

## Salteadores

Quando perguntaram a Maria José Nogueira Pinto (a tal directora da Cross, aquela empresa que quer fazer negócio com a gestão privada de hospitais feitos e equipados pelo Estado) se a sua entrada para o CDS não ia prejudicar o negócio das privatizações dos hospitais, ela respondeu desabrida: "... eu não tenho do Governo a ideia de um bando de salteadores". E da Cross?, perguntamos nós. Com os objectivos e os métodos que usa...

## FRASES da SEMANA

"Se as potências ocidentais pretendem ajudar os reformistas em Moscovo e influenciar os acontecimentos num sentido mais consentâneo com os seus próprios interesses, é essencial que os russos se sintam olhados como cidadãos de uma potência "normal", com interesses nacionais nem sempre coincidentes com os das demais."

☛ (Max Fleming - «Público», 12.03.94)

"Estava eu nestes enlevos (as novas cores da Praça do Comércio) quando a um agente da oposição ocorreu a summa perfidia de promover a penhora do Estádio das Antas. Goooolo! Ora bolas..."

☛ (Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 13.03.94)

"É este super-Catroga que agora vai jogar uma partida decisiva com Pinto da Costa, Sousa Cintra e outros especialistas no drible fiscal."

☛ (Luís Marques - «Expresso», 12.03.94)

"Não somos o Terceiro Mundo"

☛ (Lopes Martins, secretário de Estado da Saúde - «O Diabo», 15.03.94)

"Uso uma fórmula que é assim: sempre mais próxima de Adriano Moreira que de Cavaco Silva, mais próxima de Cavaco Silva que de Freitas do Amaral."

☛ (Maria José Nogueira Pinto - «Diário de Notícias», 14.03.94)

"Como se verá ao longo da campanha para o Parlamento Europeu, é esta linha política que coloca, surpreendentemente, Luís Sá e Manuel Monteiro a disputarem o mesmo terreno eleitoral."

☛ (Joaquim Pina Moura - «Público», 14.03.94)

"O pensamento é um músculo"

☛ (Robert Wilson, encenador - «Público», 11.03.94)

"A sofreguidão eleitoralista não justifica a sua instrumentalização, e menos ainda a deturpação de opiniões de adversários."

☛ (Luís Sá - «Público», 16.03.94)

## PONTOS NATURAIS



## Teatro Rapidinho No Reino do Absurso

### ACTO I

Chamo-me Natacha e sou professora universitária, com um currículo invejável. Na época soviética, a minha vida estava perfeitamente estabilizada. No entanto, acolhi de bom grado as transformações anunciadas. Prometiam-nos uma era de progresso e liberdade. Não desejo aqui falar deste assunto à distinta plateia. Apenas quero expor o meu caso.

Ora bem. Com as novas reformas, o ensino gratuito desapareceu. Se eu quero desenvolver as qualidades musicais da minha filha mais nova, tenho de pagar os estudos. Para isso, sou obrigada a trabalhar, à tarde, como mulher de limpeza numa firma americana.

Sabemos aqui que o vosso país vive em grande prosperidade e por isso venho oferecer-me para trabalhar seja onde for, para poder garantir os estudos de minha filha.

### ACTO II

Chamo-me Lídia, nasci em Moscovo, perto da célebre Rua Arbat. Eu tinha à minha frente uma esperançosa carreira científica no domínio da engenharia genética. Embora o meu nível de vida não fosse elevado, eram poucas as preocupações económicas. Aderi às reformas de todo o coração, mas pouco depois todos os subsídios à investigação foram retirados. Abandonei o curso e dediquei-me ao negócio imobiliário. É uma verdadeira selva, onde vale tudo. A máfia controla todo o movimento e estou numa depressão que me pode levar, inclusive, ao suicídio.

Como se diz aqui que Portugal é um país de grande potencial económico, penso que talvez aí me seja possível aplicar os conhecimentos de que abdiquei no meu país. O meu coração já rejubila.

### ACTO III

Chamo-me Sónia. Tenho 18 anos, meço um metro e oitenta, sou loura e de olhos azuis, que alguns dizem que são verdes. Enfim, os verdadeiros olhos eslavos. Colegas minhas não têm tido dificuldade em arranjar trabalho no estrangeiro, quer em França, quer na Alemanha, quer até, nos próprios Estados Unidos. Enfim, escuso de dizer como sou, por me estais vendo, não é verdade?

No meu país, 75 por cento de mulheres são os atingidos pelo desemprego, e quase todas têm cursos superiores. Qual é o meu sonho? Eu vou dizer. Gostava de seguir uma carreira romântica. Sei lá, por exemplo, trabalhar como prostituta num hotel de luxo. No vosso país, que por aqui dizem estar rico com os dinheiros da CEE, suponho que teria algumas chances. Olhem bem para mim, que tal? Quem não gostaria de repartir comigo a sua suite?...

(Cai o pano e eu ainda não caí em mim)

## Tem a Palavra!

### Mercadores de Sonhos

Toda a gente que tem um sonho e por ele vai lutando mesmo que o sonho esmoreça um pouco — de quando em quando.

Gente que crê que o seu sonho se realiza quando quiser e vai chegar o mais tardar um dia qualquer.

Mas vi esta gente virar a casaca mudar de ideias, de opinião justificando as piruetas uns dias sim, outros dias não.

Mas chega o tempo das perguntas vida nova e mais tostões e o sonho vivido fica reduzido a cifrões.

E no mercado destes sonhos ganha mais, quem mais der. Vão-se os sonhos, fica a vida e seja o que o dinheiro quiser...

Eu fui vivendo de choro em choro dia após dia, mês após mês sonhando sempre o mesmo sonho pensando sempre: amanhã... talvez...

(Poema de uma canção de Maria Guinot)

### Mentira a Oeste

Recordo-me bem. Nos anos 80. Os agricultores do Oeste vinham sorrir sorrisos ingénuos diante das câmaras de televisão. Um mercado de 350 milhões de consumidores oferecia imensas possibilidades para o escoamento das suas maçãs...

(Isso mesmo lhes andaram dizendo os vendedores da banha de cobra, batoteiros de miragens europeias. Vai ser formidável, com aquela gente

toda à volta das vossas macieiras, vai ser um ver se te avias...)

Penso nisto exactamente quando, no restaurante me trazem um fruto sem aroma nem sabor. A maçã, brilhante na sua quase natureza de plástico, tem a marca de origem: LA TRENTINA. Um nome que não me soa nada a Torres Vedras ou a Lourinhã.

Será que os agricultores do Oeste exportaram todas as suas maçãs para o grande mercado europeu e não nos deixaram ao menos uma, para matar saudades?

A realidade é muito mais cruel do que a pergunta.



Mário Castro



PCP

# NOVA POLÍTICA

## PARA UMA VIDA MELHOR

73º aniversário do PCP – 20 anos do 25 de Abril

### • Arganil

Almoço-convívio no restaurante «Charles», com a participação do camarada Domingos Oliveira: domingo às 13.00.

### • Mirandela

Jantar comemorativo, com a participação do camarada Joaquim Miranda: sábado às 20.00.

### ÁLVARO CUNHAL no distrito de Beja

Sábado, dia 19

*Ourique* - Almoço-convívio no restaurante "Palma"

*Aljustrel* - Sessão pública às 16h

*Canhestros* - Encontro com a população na JF

*Ferreira do Alentejo* - Jantar-convívio às 21h

### • Setúbal

Almoço-convívio no restaurante «O Manel», em *Vendas de Azeitão*, com a participação do camarada José Neto: domingo às 13.00.

### • Soure

Almoço-convívio no restaurante «O Cansado», com a participação do camarada Sérgio Teixeira: domingo às 13.00.

### Conferência de ALVARO CUNHAL em Faro

«O papel do PCP na sociedade portuguesa»

Sexta-feira, dia 18, às 21h30  
Auditório do Instituto da Juventude

PCP

### BARREIRO

Terça, dia 22, às 21h, no CT

### Reunião com naturais de PROENÇA-A-NOVA

sobre a situação social no concelho, eleições para o PE, tarefas do Partido

Participa o camarada Jorge Amorim

## Reuniões e plenários

### BAIXA DA BANHEIRA

Debate sobre *Imprensa do Partido*, na Colectividade Alentejana, sábado às 17.00.

### BRAGANÇA

Debate sobre o *trabalho dos comunistas no Parlamento Europeu*, com a participação do camarada Joaquim Miranda, deputado: no Auditório da Escola Superior de Bragança, sexta-feira às 21.30.

### CASCAIS

Plenário de militantes que trabalham na *Alcatel* para discussão da situação na empresa e jornada de luta de 24 de Março e entrega dos cartões do Partido 1994/95: hoje, quinta-feira, às 17.30, no CT de Cascais.

### LISBOA

Reunião do O.D. do Sector da Saúde, para discussão da situação política e social: hoje, quinta-feira, às 21.30, no CT Vitória.

Plenário de militantes das freguesias de *Alvalade, Campo Grande, N.ª Sra. Fátima S. João de Deus, S. João de Brito e S. Sebastião*: sábado, dia 19, às 15.30, no CT Vitória, com a participação do camarada Vítor Dias.

### PORTO

Reunião distrital de militantes do PCP no Sector da Função Pública: sábado, a partir das 14.30, no CT da Boavista, com a participação do camarada Domingos Abrantes.

### SEIXAL

Plenário concelhio de eleitos comunistas: no Centro de Trabalho da Amora, sábado a partir das 15.00.

## 6ª Assembleia da Organização Concelhia de Braga

Convívio comemorativo do aniversário do PCP no final

Sexta-feira, dia 18, às 21.00, no CT de Braga

## 5ª Assembleia da Organização Concelhia de Palmela

sob o lema «PCP, um partido em acção num concelho em transformação»

Sábado, dia 19, às 14.30, na Soc. Agr. de Pinhal Novo

## ENCONTRO NACIONAL DO PCP sobre EDUCAÇÃO E ENSINO

19 e 20 de Março 1994  
Faculdade de Letras de Lisboa  
(Cidade Universitária)

Sábado: sessão de abertura às 10h30

Intervenção de Edgar Correia

Sessões plenárias das 11 às 13h

e das 15 às 17h

Secções das 17h30 às 19h30

Domingo: sessão plenária às 10h

Sessão de encerramento às 12h no Anfiteatro I

com intervenção de

CARLOS CARVALHAS

POLÍTICA

NOVO RUMO PARA A EDUCAÇÃO

PCP

MURPI  
Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos



## 1º CONGRESSO NACIONAL

Atenção, Reformado!

Realiza-se no dia 19 de Março – sábado – na *Voz do Operário*, em Lisboa, o 1º Congresso da Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos, onde, para além da eleição dos Órgãos Sociais para o triénio de 1994/1997 vai ser discutido e submetido à aprovação o *Caderno Reivindicativo*, para ser entregue ao governo Cavaco Silva/PSD – que tão mal nos vem tratando.

Exigimos:

- Melhores pensões sociais e de reforma;
- Melhores cuidados de saúde;
- Melhores condições de transporte;
- Melhores condições de habitação;
- Medicamentos mais baratos e outros gratuitos;
- Melhor segurança social.

Na defesa dos teus interesses, adere ao MURPI.

Por um NOVO GOVERNO.

Por uma NOVA POLÍTICA.

UPPSS

Associação de Reformados  
Alameda D. Afonso Henriques  
N.º 72 – 2.º Esq. 1000 Lisboa

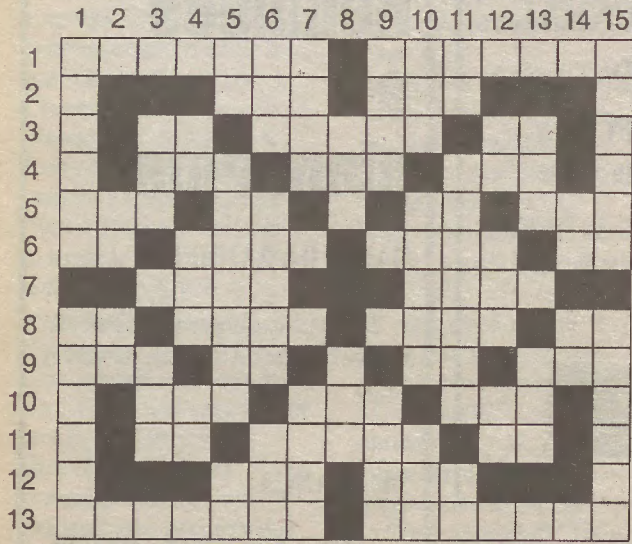
Colóquio promovido por um conjunto de associações profissionais e de mulheres

## 10 Anos depois a situação do ABORTO em Portugal

Dia 19 às 15 horas  
no Instituto Franco-Português



**PALAVRAS CRUZADAS**



**HORIZONTAIS:** 1 — Relógio de sol usado pelos antigos romanos; conjunto de ramos de uma planta. 2 — Aqui está; base aérea portuguesa. 3 — Cãnamo de Manila; separa; Érbio (s. q.). 4 — Origem (fig.); discursa; nome de letra. 5 — Sofrimento; espécie de escumilha; campeão; ribeira portuguesa. 6 — Arsénio (s. q.); enxuta; saudável. 7 — Planta anual da fam. das leguminosas, semelhante ao feijão; fruto da romãzeira. 8 — Nota musical; instrumento de pesca para apanhar peixe; aposento de um religioso, no convento; Actínio (s. q.). 9 — Remoinho de água (prov.); oferece; igual (farm.); letra grega. 10 — Curso natural de água; altar cristão; grande quantidade. 11 — Atmosfera; amacia; batráquio. 12 — Pássaro comum em Portugal; Irish Republican Army (sigla), que substituiu, a partir de 1919, os Voluntários Irlandeses. 13 — Fécula alimentícia feita de farinha de arroz que serve para caldos e sopas (pl); objecto de devoção que consiste numa espécie de colar de contas que se vão passando pelos dedos para contar orações que se vão rezando.

**VERTICAIS:** 1 — Confusão (fig.); sede de conc. de Portugal, distr. de Lisboa, concelho de 17 freguesias. 2 — Ósmio (s.q.); Alumínio (s.q.). 3 — Maior; lavra. 4 — Avenida (abrev.); oceano; comparecer. 5 — Acusada; olival; Cloro (s.q.). 6 — Três romanos; ermida fora do povoado; dama de companhia. 7 — Dificuldade (fig.); fileiras. 8 — Reza; nome de homem. 9 — Ave columbina; empunhar. 10 — Fruto da ateira; que anda no ar; argola. 11 — Nociva; relativo à escola; carta de jogar. 12 — Preposição; mulher que cria uma criança alheia; suf. de agente. 13 — Rente; época. 14 — Aqueles; Astatino (s.q.). 15 — Residira; bordão de pastor.

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

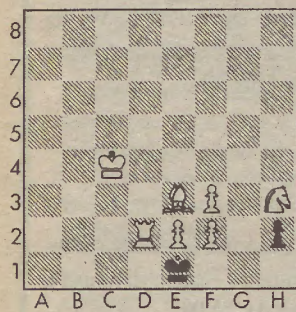
**HORIZONTAIS:** 1 — Cascos; boneca. 3 — Rara; Iq; Ac; calo. 4 — Espanha. 5 — Arca; Ca; tá; mola. 6 — Ias; ás; oó; aço. 7 — In; Al. 8 — Cor; ar; Sá; asa. 9 — Rosa; cá; av; rasa. 10 — Solário. 11 — Sola; rã; ar; soco. 13 — Sacada; cometa.

**VERTICAIS:** 1 — Carta; risos. 2 — Ri; Co. 3 — Cá; Os. 4 — Asira. 5 — Os; Cd. 6 — Isca; açor. 7 — Sopas; ralar. 9 — Canto; sarau. 10 — Chão; avir. 11 — Or; tó. 12 — Malar. 13 — Oc; Sá. 14 — Ló; As. 15 — Anona; Anota.

**XADREZ**

CDLII - 17 DE MARÇO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994X017  
Por: DAVID PRZEPIÓRKA  
Akademische Schachblätter, 1903

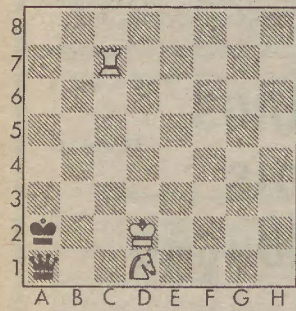
Pr: [2]: Ph2 - R61  
Br: [7]: Ps.e2, f2, f3-C3-B63-Td2-Rc4



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X018  
Por: BERNHARD HORWITZ  
Dominion in 2,545 Endgame Studies,  
Moscou, 1980

Pr: [2]: Da1-Ra2  
Br: [5]: Cd1-Tc7-Rd2



Branças jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO Nº CDLII**

Nº 1994X017 [D.P.]: 1. Tc2f1, h1-c; 2. Tc1+; R.e2; 3. Cg1+! 1. .... h1-d; 2. Cf4, -; 3. Tc1+! 1. .... Rf1; 2. Cf4, Rg1; 3. Tc1+!

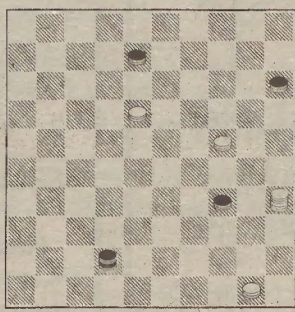
Nº 1994X018 [B.H.]: 1. .... Ta7+, Ra1; 2. Tb7+, Ra2; 3. Rc2, Dd4; 4. Cc3+ e.g.

A. de M.M.

**DAMAS**

CDLII - 17 DE MARÇO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994D017  
Por: GEORGES POST  
- França, 1969

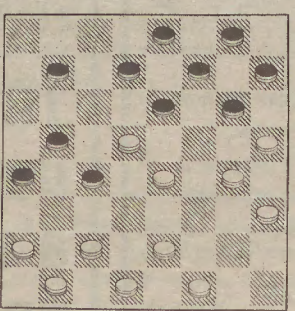
Pr: [4]: 8-15-34(42)  
Br: [4]: 18-24(35)-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D018  
GOLPE Nº 60  
Por: JAMES WYLLIE - Escócia, sé. XIX

1. 10-14, 23-20; 2. 5-10, 20-16; 3. 14-19, 22-15; 4. 12-19, 24-20; 5. 11-14, 20-15 6. 1-5, 28-24; 7. 9-13, 27-22; 8. 13-17, 31-27; 9. 5-9, 32-28; 10. 10-13, 24-20 DIAGRAMA:



Jogam Brancas e ganham

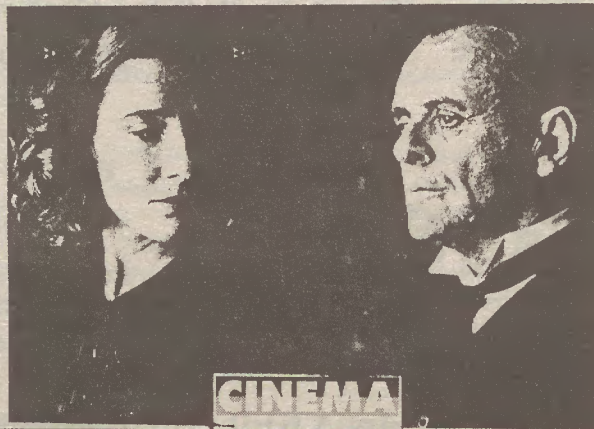
**SOLUÇÕES DO Nº CDLII**

Nº 1994D017 [G.P.]: 1. 18-22!! (42X20\*); 2. 12X3-D, (20-25); 3. 35-30, (34-40) 4. 30-48, (15-20); 5. 3-17+

Ser: 4. .... (40-45); 5. 3-12!!; Ser: 5. .... (25-3); 6. 48-26+ Ser: 5. .... (25-20); 6. 12

Nº 1994D018 [J.W.]: 11. 14-18, 21-14; 12. 6-11, 15-6; 13. 2-18, 22-15; 14. 18-21, 25-18; 15. 13-31=D+

A. de M.M.



**CINEMA**

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> A Lista de Schindler	-	-	★★★★★
<b>B</b> Azul	★★★	★★★	★★★★
<b>C</b> Despojos do Dia	★★★	-	-
<b>D</b> Filadélfia	★★★	-	-
<b>E</b> M. Butterfly	★★★★	★★★	★★★★

**Classificação de ★ a ★★★★★**

**A** — Real. Steve Spielberg — Amoreiras/1 (14.15, 18.00, 21.45), Monumental/Cine Teatro (12.00, 15.30, 19.00, 22.30), S. Jorge/1 (14.15, 17.30, 21.15) — Lisboa.

**B** — Real. Krzysztof Kieslowski — King Triplex/3 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

**C** — Real. James Ivory — Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Fonte Nova/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.45, 19.30, 22.15) — Lisboa.

**D** — Real. Jonathan Demme — Monumental/1 (12.15, 14.30, 16.45, 19.00, 21.45, 00.30), S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.

**E** — Real. David Cronenberg — King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.

**TEATRO**

**COMUNA**

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **MALAQUIAS, A HISTÓRIA DE UM HOMEM BARBARAMENTE ASSASSINADO**, de Manuel de Lima, pelo Teatro de Veredas. **Sala Novas Tendências:** De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **NAQUE OU SOBRE PIOLHOS E ACTORES**, de José Sanchis Sinistera, pelo Teatro Meridional. **Café-Concerto:** 5ª, 6ª e sáb. às 22.30: **EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota.

**TEATRO ABC**

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson.

**TEATRO ABERTO**

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.00. **O TEMPO E O QUARTO**, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

**TEATRO DO BAIRO ALTO**

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DIÁLOGOS SOBRE A PINTURA NA CIDADE DE ROMA**, textos de Francisco de Holanda, encenação de Christine Laurent, pelo Teatro da Cornucópia.

**TEATRO O BANDO**

Lisboa, R. Stº António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **SEMENTES/PHOTOCEANA**, de Teresa Rita Lopes, encenação de João Brites.

**TEATRO CINEARTE**

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. **Sala Um** - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: **A CANTORA CARECA**, de Ionesco, encenação de Helder Costa. **Sala Nova** - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: **DE BRAÇOS ABERTOS**, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.

**TEATRO DA GRAÇA**

Lisboa, Trav. S. Vicente, 11. Tel. 8756226. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PLAYLAND**, de Athol Fugard (África do Sul), encenação de Rogério Vieira e Andrej Kowalski.

**TEATRO DA MALAPOSTA**

Olival Basto. Tel. 938840. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **GREENLEAVES**, de Joyce Carol Oates, encenação de Jorge Silva Melo.



**TEATRO MARIA MATOS**

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). **CINDERELLA** revista à portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa.

**TEATRO MIRITA CASIMIRO**

Estoril. Tel. 4670320. 4ª, 5ª e dom. às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. **BREVE SUMÁRIO DA HISTÓRIA DE DEUS**, de Gil Vicente, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC e «Os Delfins».

**TEATRO POLITEAMA**

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria.

**TEATRO DA TRINDADE**

Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DE GRAUS**, de Prista Monteiro, encenação de Joaquim Benite e Vitor Gonçalves, pela Companhia de Teatro de Almada.

**TEATRO VILLARET**

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. **OUTRA VEZ AS BARBIS**.

**FILMES**

**QUINTA, 17**

**Crime nas Trevas**  
«Murder by Proxy» (Gr.-Br./1955). Real.: Terence Fisher. Int.: Dane Clark, Eleanor Summerfield, Belinda Lee, Andrew Osborn. P/B, 85 min. **Policial.** (14.50, Canal 1)

**Bruscamente no Verão**

**Passado**  
«Suddenly, Last Summer» (EUA/1959). Real.: Elizabeth Taylor, Katherine Hepburn, Montgomery Clift, Albert Dekker. P/B, 114 min. **Ver Destaque.** (00.00, Quatro)

**A Rapariga da China**

«China Girl» (EUA/1987). Real.: Abel Ferrara. Int.: James Russo, Richard Panebianco, Sari Chang, David Caruso. Cor, 87min. **«Thriller».** (01.05, Canal 1)

**SEXTA, 18**

**A Ponte do Silêncio**

«Bridge to Silence» (EUA/1988). Real.: Karen Arthur. Int.: Marlee Matlin, Lee Remick, Joseph Sommer, Michael O'Keefe. Cor, 86 min. **Telefilme Melodramático.** (14.50, Canal 1)

**Os Deuses Devem Estar Loucos II**

«The Gods Must Be Crazy II» (Botswana/EUA/1889). Real.: Jamie Uys. Int.: N'Xau, Lena Farugia, Hans Strydom, Eiros, Nadies. Cor, 96 min. **Comédia.** (21.30, Quatro)

**Hollywood Via Rápida**

«The Big Picture» (EUA/1989). Real.: Christopher Guest. Int.: Kevin Bacon, Emily Longstreth, J. T. Walsh, Jennifer Jason Leigh. Cor, 100 min. **Ver Destaque.** (23.25, Quatro)

**Ultra-Secreto**

«Top Secret!» (EUA/1984). Real.: Jim Abrahams, David e Jerry Zucker. Int.: Val Kilmer, Lucy Gutteridge, Peter Cushing, Omar Sharif. Cor, 87 min. **Comédia.** (24.00, Canal 1)

**Depois do Ensaio**

«Efter Repititionen» (Suécia/1984). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Erland Josephson, Ingrid Thulin, Bertil Guve, Lena Olin. Cor, 72 min. **Ver Destaque.** (00.50, TV 2)

**O Caso de Berlim**

«Interno Berlines» (RFA/It./1985). Real.: Liliana Cavani. Int.: Gudrun Landgrebe, Philippe Leroy, Kevin McNally, Mio Tanaki. Cor, 96 min. **Drama.** (01.45, SIC)

**Uma Noite com os Rolling Stones**

«Let's Spend the Night Together» (EUA/1982). Real.: Hal Ashby. Int.: Mike Jagger, Keith Richards, Ron Wood, Bill Wyman, Charlie Watts. Cor, 88 min. **Ver Destaque.** (02.10, Canal 1)

**SÁBADO, 19**

**O Grego**

«My Palikari» (EUA/1982). Real.: Charles S. Dubin. Int.: Telly Savalas, Keith Gordon, Dora Volonaki, Michael Constantine. Cor, 82 min. **Ver Destaque.** (12.05, TV 2)

**O Conde de Monte Cristo (2ª Parte)**

«Le Comte de Monte Cristo» (Fr./1961). Real.: Claude Autant-Lara. Int.: Louis Jourdan, Yvonne Furneaux, Pierre Mondy. Cor, 90 min. **Histórico.** (14.30, SIC)

**O Príncipe Lendário**

«Dangerous Exile» (Gr.Br./1958). Real.: Brian Desmond Hurst. Int.: Louis Jourdan, Belinda Lee, Keith Mitchell. Cor, 88 min. **Aventuras / Histórico.** (16.00, Canal 1)

**Mulher Felina**

«Cat Ballou» (EUA/1965). Real.: Elliot Silverstein. Int.: Jane Fonda, Lee Marvin, Michael Callan, Dwayne Hickman, Nat King Cole. Cor, 96 min. **Ver Destaque.** (17.30, Quatro)

**Os Casacos Negros**

«Leather Jackets» (EUA/1991). Real.: Lee Drysdale. Int.: D. B. Sweeney, Bridget Fonda, Cary Elwes, Christopher Penn. Cor, 87 min. **Ver Destaque.** (23.10, Canal 1)

**O Ermita**

«Tolérance» (Fr./1989). Real.: Pierre-Henry Salfati. Int.: Ugo Tognazzi, Rupert Everett, Anne Brochet, Marc De Jong. Cor, 100 min. **Comédia.** (23.55, TV 2)

**Um Difícil Adeus**

«Man, Woman and Child» (EUA/1983). Real.: Dick Richards. Int.: Martin Sheen, Blythe Danner, Craig T. Nelson, David Hemmings. Cor, 100 min. **Ver Destaque.** (00.15, Quatro)

**DOMINGO, 20**

**Playtime - Vida Moderna**

«Playtime» (Fr./1967). Real.: Jacques Tati. Int.: Jacques Tati, Jacqueline Lecomte, Léon Doyen, Barbara Dennek, Valerie Camille. Cor, 108 min. **Ver Destaque.** (14.30, SIC)

**O Maior Espectáculo do Mundo**

«The Greatest Show on Earth» (EUA/1952). Real.: Cecil B. De Mille. Int.: Betty Hutton, Charlton Heston, Cornel Wilde, Dorothy Lamour, Gloria Garhame, James Stewart. Cor, 148 min. **Ver Destaque.** (16.40, Canal 1)

**Sabata**

«Sabata» (Esp./It./1970). Real.: Frank Kramer. Int.: Lee Van Cleef, William Berger, Linda Veras. Cor, 107 min. **«Western-spaghetti».** (21.30, SIC)

**Noite de Singapura**

«Saint Jack» (EUA/1979). Real.: Peter Bogdanovich. Int.: Ben Gazzara, Denholm Elliott, James Villiers, Joss Ackland. Cor, 111 min. **Ver Destaque.** (23.10, Canal 1)

**1984**

«1984» (Gr.Br./1984). Real.: Michael Radford. Int.: John Hurt, Richard Burton, Suzanna Hamilton, Cyril Cusack. Cor, 106 min. **Ver Destaque.** (00.00, TV 2)

**SEGUNDA, 21**

**Esquece o Meu Passado**

«Three Violent People» (EUA/1956). Real.: Rudolph Maté. Int.: Charlton Heston, Anne Baxter, Gilbert Roland, Bruce Bennett. Cor, 100 min. **«Western».** (14.35, Canal 1)

**O Meu Tio Solteiro**

«Uncle Buck» (EUA/1989). Real.: John Hughes. Int.: John Candy, Laurie Metcalf, Amy Madigan, Macaulay Culkin. Cor, 95 min. **Comédia.** (22.00, SIC)

**Inês de Castro**

(Port./Esp./1945). Real.: Leitão de Barros. Int.: António Vilar, Alcía Palacios, Maria Dolores Pradera, João Villaret, Erico Braga, Raul de Carvalho. P/B, 110 min. **Tragédia / Histórico.** (21.45, Quatro)

**TERÇA, 22**

**O Vale das Mil Montanhas**

«Nor the Moon By Night» (Gr.Br./1958). Real.: Ken Annakin. Int.: Belinda Lee, Michael Craig, Patrick McGoohan, Eric Pohlman. Cor, 89 min. **Melodrama.** (14.40, Canal 1)

**Lua Louca**

«Crazy Moon» (EUA/1986). Real.: Allan Eastman. Int.: Kiefer Sutherland, Vanessa Vaughan, Peter Spence, Ken Pogue. Cor, 90 min. **Romântico.** (22.15, Quatro)

**Investigações Incontroláveis**

«Red Blooded American Girl» (Can./1990). Real.: David Blyth. Int.: Andrew Stevens, Heather Thomas, Christopher Plummer. Cor, 89 min. **Horror.** (02.25, Canal 1)

**QUARTA, 23**

**Félix**

«Félix» (RFA/1987). Real.: Christel Buschmann, Helke Sander, Helma Sanders-Brahms, Margarethe von Trotta. Int.: Ulrich Tukur, Eva Mattes, Barbara Auer, Annette Uhlen. Cor, 85 min. **Comédia Dramática.** (14.45, Canal 1)

**A Casa do Lago**

«On Golden Pond» (EUA/1981). Real.: Mark Rydell. Int.: Katherine Hepburn, Henry Fonda, Jane Fonda, Doug McKeon. Cor, 105 min. **Ver Destaque.** (22.30, Canal 1)

**Com Intenção Selvagem**

«With Savage Intent» (EUA/1992). Real.: Michael Tuchner. Int.: Elizabeth Montgomery, Robert Foxworth, Howard Rollins, Maureen O'Sullivan. Cor, 90 min. **«Thriller» / Telefilme.** (00.35, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



PROGRAMAÇÃO

Quinta, 17

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 O Menino Doutor
10.00 Pela Manhã
11.30 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 Crime nas Trevas
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Sarilhos Com Elas
16.45 Crime, Disse Ela
17.45 Caderno Diário
17.50 Cupido Electrónico
18.25 Lotaria Nacional
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.10 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Isto... Só Vídeo
22.05 Raios e Coriscos
23.35 Os Anos de Ouro
00.25 24 Horas
01.05 A Rapariga da China
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 11.00 Televidas
12.00 Infantil
13.00 Um Advogado em Berlim
13.40 A Caminho com Ulisses
14.10 Sem Legendas
15.15 Força Bruta
16.05 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 A Sombra da Dúvida
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Outras Margens
20.15 Quem Fala Assim
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Serões na Província
00.50 Eftter Repetitionen
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 18

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Haydaze
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 A Ponte do Silêncio
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Sarilhos com Elas
16.45 Crime, Disse Ela
17.50 Cupido Electrónico
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
21.30 Concurso «1, 2, 3»
24.00 Ultra Secreto
(ver «Filmes na TV»)
01.30 24 Horas
02.10 Uma Noite com os Rolling Stones
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 11.00 Televidas
12.00 Infantil
12.50 Um Advogado em Berlim
13.40 Segredos do Mundo
14.15 Sem Legendas
15.25 Safaris no Mundo
16.15 Pé Grande e os Amigos
16.45 Infantil
17.45 A Sombra da Dúvida
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Outras Margens
20.15 Quem Fala Assim
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Serões na Província
00.50 Eftter Repetitionen
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 19

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.30 Eternos Novatos
16.00 O Príncipe Lendário
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Emoções Fortes
18.15 Beverly Hills 90210
19.05 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Mandala
21.35 Parabéns
23.10 Os Casacos Negros
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 20

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.25 Grandes Duplos
14.55 Missão Impossível
16.40 O Maior Espectáculo do Mundo
(ver «Filmes na TV»)
18.15 Allo, Allo
18.45 Made in Portugal
19.15 Simpsons
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Mandala
22.45 Os Bonecos da Bola
23.10 Noites de Singapura
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 21

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 O Menino Doutor
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.35 Esquece o Meu Passado
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Sarilhos com Elas
16.55 Crime, Disse Ela
17.50 Cupido Electrónico
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.35 A Filha da Cornélia
23.10 As Teias da Lei
00.05 Quando Toca a Vez
00.35 24 Horas
01.15 Musical
02.00 Cerimónia de Entrega dos Oscars 1994 (Transm. Dir.)

Terça, 22

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 O Menino Doutor
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.40 O Vale das Mil Montanhas
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Sarilhos com Elas
16.35 Crime, Disse Ela
17.55 Cupido Electrónico
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala

Quarta, 23

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 O Menino Doutor
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.45 Félix
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Sarilhos Com Elas
16.40 Crime, Disse Ela
17.40 Caderno Diário
17.40 Cupido Electrónico
18.15 Com a Verdade M' Enganas



Spielberg, com doze nomeações para «A Lista de Schindler», é pela primeira vez sério candidato a Oscars. Ver-se-á na 2.ª-feira (Sic e Canal 1)

As Telas da Lei, mais uma série premiada em reposição. À 2.ª-feira no Canal 1



The Rolling Stones esta semana em evidência: hoje na Sic, amanhã no Canal 1

TV 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 Saudades de Portugal
11.00 Missa
12.00 70 x 7
12.30 Forum Musical
13.30 Regiões
14.30 O Espírito da Cor
15.00 TV2 Desporto
22.55 Artes e Letras: «Steve McQueen, Um Homem sem Limites»
24.00 1984
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Playtime («Vida Moderna»)
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Santo
17.05 Escândalos de Hollywood
17.35 Obras em Casa
18.05 Uma Mulher dos Diabos
20.00 Jornal da Noite
20.40 Império do Néon
21.30 Sabatá
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Jacques Cousteau
14.00 Animação
14.30 Fang
14.55 Vamos ao Circo
15.55 Já Tocou na Faculdade
16.15 Sherlock Holmes
17.55 Estrelas Sobre Miami
18.55 Moda
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 Passados dos Carretos
21.20 Maravilhas
23.25 Caixa de Perguntas
23.55 Informação
00.10 Modelo e Detective

O 25 de Abril em debate, terça à noite no Canal 1

TV 2

- 12.00 Infantil
13.00 Um Advogado em Berlim
13.40 Sobreviver
14.20 Sem Legendas
15.00 A Austrália de ben Copp
15.50 Pé Grande e os Amigos
16.20 O Treinador
16.45 Infantil
17.50 A Sombra da Dúvida
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Crimes
20.20 Futebol: Braga-Benfica
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.10 Amazônia
23.55 Remate
00.05 Bailado (London Festival Ballet)
01.15 Magazine «Cinema»

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.00 O Meu Tio Solteiro
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Especial Oscars de Hollywood
00.45 Último Jornal
01.05 Os Donos da Bola
01.15 Os Monstros

QUATRO

- 12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Quatro Ventos
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Inês de Castro
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Ponto Final
24.00 Desporto
00.30 Modelo e Detective
01.20 Forum

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Um Advogado em Berlim
13.40 Dossier Terra
14.10 Sem Legendas
15.05 Para Além do Ano 2000
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
17.50 A Sombra da Dúvida
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Rotações
20.45 Magazine «Viver com Saúde»
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.05 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Ideias com História
23.55 Salaam Bombay
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Terça à Noite
23.20 Balada de Nova Torque
00.15 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.45 Os Donos da Bola
00.55 Internacional Sic
01.25 Os Monstros

QUATRO

- 12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Quatro Ventos
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Pedidos e Achados
22.15 Lua Louca
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Ponto Final
00.05 Maigret

TV 2

- 12.00 Infantil
12.55 Um Advogado em Berlim
13.40 Universidade Aberta
14.10 Sem Legendas
15.00 Maestro
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.45 Infantil
17.45 Patinagem Artística
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Realce
20.20 Futebol: Portugal-Polónia
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.05 Amazônia
23.50 Remate
24.00 Heimatt II
01.05 Magazine «Ver Artes»

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Falas Tu ou Falou Eu
22.30 Na Cama Com...
23.30 Sessions
00.10 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Os Monstros

QUATRO

- 12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Quatro Ventos
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Futebol: Escócia-Holanda
22.45 Queridos Inimigos
00.15 Ponto Final

- 23.05 Contactos Íntimos
24.00 Leve-me a Casa
01.00 Magazine «Teatro»

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 Dias Felizes
16.50 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.00 Notícias
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Casos de Polícia
23.50 Tostões e Milhões
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.00 Os Monstros
01.30 Especial Rolling Stones

QUATRO

- 12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Caixa de Perguntas
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.20 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Artur Albarran
23.45 Ponto Final
24.00 Bruceamento no Verão Passado
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 Dias Felizes
16.50 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.00 Notícias
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Chuva de Estrelas Especial
22.40 Na Cama Com...
00.20 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.55 Playboy
01.45 O Caso de Berlim
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.20 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 O Sonho do Oeste
21.30 Os Deuses Devem Estar Loucos II
(ver «Filmes na TV»)
23.10 Ponto Final
23.45 Hollywood, Via Rápida (teclfilme)

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.05 O Grego
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Musical: «Quarteto de Gonzalo Rubalcaba»
14.35 Um Cão na Família
14.55 Póitot
16.00 TV2 Desporto
22.15 De Lisboa, Com Amor
22.30 Irmãs
23.20 Sexualidades
23.55 O Ermita Mundano
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 O Conde de Monte Cristo II
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Desporto
16.45 Melrose
17.35 Biografias
18.30 Grandes Planos
19.00 P.S.: Eu Amo-te
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sábado Mágico
23.40 Encontros Imediatos
00.20 Último Jornal
00.45 Água na Boca
01.35 Boxe

QUATRO

- 10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Telemotor
12.00 Contra-Ataque
13.35 Estrela
17.30 Cactus Jack, O Vilão
(ver «Filmes na TV»)
19.25 Informação Quatro
20.05 O Justiciero
20.55 O Jogo do Ganso
24.00 Informação
00.15 Um Difícil Adeus
(ver «Filmes na TV»)





## Por isto e por aquilo...

### Bruscamente no Verão Passado (Quinta, 00.00, Quatro)

Trata-se de mais um dos temas excessivos de Tennessee Williams portentosamente transportados para o cinema, desta vez por Joseph L. Mankiewicz, a partir do argumento adaptado por Williams e Gore Vidal: em memória de um filho (Sebastian) que morrera no Verão anterior, alegadamente em consequência de um ataque de coração, uma viúva rica (Mrs. Venable) decide fazer uma avultada doação a um hospital, na condição de que uma sua sobrinha (Catherine) seja sujeita a uma lobotomia. Mas é no decurso do interrogatório preparatório a Catherine que o cirurgião descobre que Sebastian era homossexual e se servira da beleza da prima para atrair os jovens rapazes que tinham acabado por assassiná-lo, o que perturbava intensamente Catherine. Ao saber da verdade, Mrs. Venable enlouquece e Catherine é poupada pelo médico às terríveis consequências desta ocorrência. Fabulosamente interpretado por Katherine Hepburn e Elizabeth Taylor (e, embora em menor grau, por Montgomery Clift), este filme é uma das obras mais representativas do ciclo que a Quatro dedica a Mankiewicz, embora o desenrolar da história frequentemente derrape em prejuízo de um desfecho mais expedito, que o espectador já se encarregara de adivinhar com grande antecipação.

### Hollywood, Via Rápida (Sexta, 23.25, Quatro)

Estreia na realização cinematográfica de um anterior argumentista, Christopher Guest, *Hollywood, Via Rápida* é uma comédia razoável e simpática que constitui uma sátira aos meandros da chamada «grande Meca» do cinema, ao contar-nos uma história em que um jovem realizador é apanhado pela todo-poderosa «máquina de fazer sonhos», ao cair de amores por uma executiva lá do sítio.

### Depois do Ensaio

(Sexta, 00.50, TV 2)

Tudo se passa após a realização de mais um ensaio que acabara de se realizar no palco vazio de um teatro. Sucessivamente regressando àquele palco, a propósito disto ou daquilo, vemos as atrizes que haviam ensaiado a peça dialogarem ou altercarem argumentos com o encenador, cada uma delas tendo subjacentes as circunstâncias que haviam ligado as suas vidas a este homem. Mas este regresso à cena, é pretexto para que os problemas da interpretação das personagens, na ficção ou na vida real, venham a ser de novo abordados. E, por esta via, Bergman (tal como, de certo modo, já fizera em *Persona*), interroga-se sobre as questões do desdobramento da personalidade e sobre as dúvidas de «quem é quem», perante si próprio e perante os outros... Um filme aberto, em que o realizador deixa amplo espaço para as interpretações do espectador e cujo «móvil» não é certamente indiferente à sua própria experiência pessoal, nos palcos da vida ou do teatro ou nos plateaux dos estúdios de cinema...



Wynston Smith (John Hurt), sob o olhar vigilante do «Big Brother», em «1984», de George Orwell-Michael Radford

### Uma Noite com os Rolling Stones (Sexta, 02.10, Canal 1)

Montado por Hal Ashby a partir de milhares de metros de película impressionados durante alguns concertos dos Stones, este filme, ao contrário do que desejavelmente poderia ter sido - um «filme-documentário» sobre esse marcante grupo de rock -, acaba por ser um «filme de concerto», naturalmente desenvolvido mas, afinal, extremamente banal, se o compararmos com outros filmes do género, como era o exemplar *Woodstock*. Também ao contrário deste, *Uma Noite com...* raramente aproveita um dos elementos mais decisivos da prestação musical «ao vivo» - o diálogo entre o grupo e o público. Somos assim bombardeados com uma inflação de planos de diferentes ângulos captados com mais de 20 câmaras e, se o espectador não deseja mais do que isto, então está perante um filme ideal - embora seja já o terceiro, não muito diferente dos outros, que têm os Stones como principal atracção...

### O Grego (Sábado, 12.05, TV 2)

Realizado por Charles Dubin para a rubrica *American Playhouse*, da PBS, a estação pública de televisão norte-americana (afinal, também lá há disso...), *O Grego* é um telefilme acima da média no qual Telly Savalas desempenha o papel de um emigrante grego que regressa à pátria após 35 anos de vida nos EUA e é confrontado com as diferenças de hábitos, costumes e formas de encarar a vida. É de estar atento.

### Mulher Felina (Sábado, 17.30, Quatro)

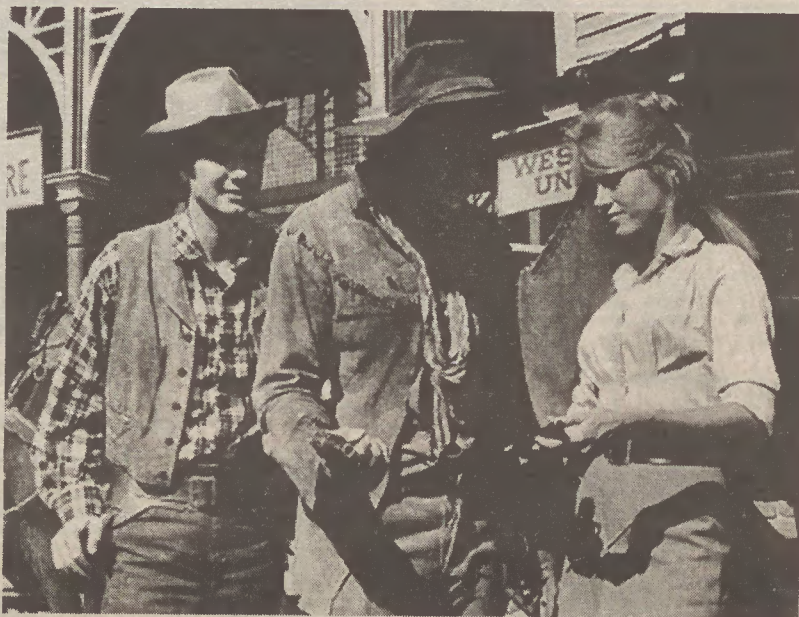
Não sendo um filme excepcional, *Mulher Felina* é de qualquer modo uma comédia razoável e entretida passada nos ambientes típicos do western em que uma jovem mulher - Jane Fonda, na companhia de uma parilha de vagabundos e vencidos da vida, à cabeça dos quais se encontra um excelente Lee Marvin - se transforma em ladra de comboios. Nem sempre mantendo, na sua «natural» irregularidade, nota alta nos diálogos e nas situações, o destaque vai, apesar de tudo, para algumas sequências, quase todas protagonizadas por Lee Marvin, como a dos preparativos para um duelo ou a das confusões entre as velas de um funeral ou de um aniversário...

### Os Casacos Negros (Sábado, 23.10, Canal 1)

Extremamente recente e badalado, este é um dos tais filmes com que os canais de televisão adoram esgrimir entre si na conquista das audiências - à custa de violência, sexo e outros ingredientes mais ou menos sensacionalistas, que fazem apelo ao que de mais rasteiro existe no «cinema comercial» - embora, um pouco ao contrário das indigências que actualmente povoam as madrugadas do Canal 1 ou de alguns dos chamados filmes «inéditos» descobertos no lixo das distribuidoras pela SIC, aqui estamos em presença de uma ideia (embora algo pérfida) de cinema, goste-se ou não dela. Também não por acaso, a presença numa sequência de bar do «cineasta de culto» Joseph H. Lewis, num pequeníssimo papel, funciona simbolicamente como «piscadela de olho» aos cinéfilos, aparentando dar ao filme o tom de «homenagem» ao filme negro da série *B* dos anos 40 e 50. A história, que se aproveita da problemática das «guerras urbanas» entre bandos juvenis, tem como ponto de partida o assassinato de um traficante de droga de origem vietnamita e desenrola-se, em tempo real, predominantemente à noite - com boa fotografia de James Chressanthis.

### Um Difícil Adeus (Sábado, 00.15, Quatro)

Uma família perfeita - pai, mãe e duas filhas - é abalada pelo desagradável desfecho de um caso que tivera origem, anos atrás, numa época em que o chefe de família conheceu, em Paris, uma «bela senhora» (no dizer da promoção da Quatro), que agora morreu e deixou órfão um filho saído dessa ligação... Uma ocorrência que pode ter desagradáveis consequências futuras e que Dick Richards resolveu pôr em filme a partir de uma história melodramática, típica de Erich Segal. Lacrimemos, então. Nesta vida, nem tudo são rosas...



Dwayne Hickman, Lee Marvin e Jane Fonda, em «Mulher Felina», de Elliot Silverstein

### Noite de Singapura

(Domingo, 23.10, Canal 1)

Realizado por um excelente cineasta cuja carreira padecia frequentemente das irregularidades dos seus projectos, este filme parte de uma história muito bem escrita que foca a vida de um americano, Jack Flower, exilado em Singapura, e cuja ocupação de proxeneta o leva a dirigir um bordel. Mas o interesse do filme reside, ainda, nas personagens deste estranho mundo, as quais, para além da do proxeneta - brilhantemente interpretada por Ben Gazzara -, povoam todo o filme. Como é o caso de um súbdito britânico, William Leigh, negociante de Hong-Kong, que mais não quer de Jack Flower do que companhia e uns dedos de conversa - um papel surpreendente, fabulosamente interpretado por um actor que nos habituámos a ver em figuras de terceira ordem de filmes de horror britânicos - Denholm Elliott. É o regresso de Peter Bogdanovich ao grande cinema.

### 1984 (Domingo, 00.00, TV 2)

Adaptado de um dos maiores best-sellers de todos os tempos (1984, escrito por George Orwell), este filme de Michael Radford constitui uma flagrante revelação

### Playtime - Vida Moderna (Domingo, 14.30, SIC)

Numa das versões comerciais que constitui um encurtamento da duração original, *A Vida Moderna* é, seguramente, uma das obras mais conseguidas de Jacques Tati, o singular realizador francês (ex-actor de cabaret e music-hall) que nos deu, através das aventuras e desventuras do seu desajeitado «herói» Mr. Hulot, uma visão impagável e fortemente crítica da realidade, em que o indivíduo é confrontado com o «consumo em massa» e a estandardização da sociedade moderna. Aqui, Tati constrói o filme a partir das tentativas de Hulot para marcar um encontro - e respeitá-lo...

### O Maior Espectáculo do Mundo

(Domingo, 16.40, Canal 1)

Projectado por Cecil B. De Mille já desde os inícios dos anos 20



«Mais difícil ainda!» - Betty Hutton, em «O Maior Espectáculo do Mundo», de Cecil B. De Mille



Os jogos brilhantes de Henry Fonda e Katherine Hepburn, em «A Casa do Lago», de Mark Rydell

- mas sempre adiado por forçosa interposição dos seus épicos bíblicos - a concretização de *O Maior Espectáculo do Mundo* começou a tomar forma em 1949 e foi amadurecendo até ao ano da sua realização - 1952. Devolvendo-nos toda a «magia» e «mistério» do mundo do Circo, este filme só poderia ter sido realizado por um especialista na arte de manipular os sentimentos dos espectadores, através do «excesso» que sempre constituiu a sua forma de lidar com o cinema - estratégia em que foi verdadeiro mestre. E é assim que De Mille faz passar pelos nossos olhos as alegrias e as tragédias que se escondem por baixo das lantejoulas e das máscaras, e as fragilidades humanas que os destemidos escondem nos seus arrojados números. Uma bela *matinée*, claro!

das riquíssimas potencialidades das relações entre literatura e cinema - embora, à partida, possa considerar-se que o livro de Orwell representava, já em si mesmo, nas mãos de um cineasta competente, um excelente guião cinematográfico. O filme apresenta-nos, de uma forma extremamente sombria e amarga, um mundo do futuro dominado pelo totalitarismo, consubstanciado no *Big Brother* - e, apoiados nas próprias declarações do autor do livro, muitos vêem nele não apenas uma antevisão do futuro mas a negra expressão da própria época em que ele foi escrito: os anos terríveis do pós-II Guerra Mundial, em que uma Inglaterra, mergulhada nas maiores das privações, fazia das fraquezas forças e expectativas, num mundo que era, simultaneamente, o que parecia e não parecia ser. Excelentemente posto em cinema e com interpretações antológicas de John Hurt e de Richard Burton (este, na sua última aparição no cinema), o filme corresponde inteiramente à visão desesperada e desiludida do seu autor - desespero e desilusão que as lições da história destas últimas quatro décadas e meia porventura ajudam a explicar mas não podem substituir-se à força das convicções na certeza do advento de um mundo melhor e mais justo, que ultrapasse, em muito, o mero e belíssimo simbolismo das três palavras que a heroína principal do filme faz passar «subversivamente» numa nota: «I love you...».

### A Casa do Lago (Quarta, 22.30, Canal 1)

Com argumento adaptado por Ernest Thompson a partir da sua própria peça teatral, *A Casa do Lago* é, sobretudo, um espectáculo de interpretação - em que vemos duas grandes glórias do cinema, Henry Fonda e Katherine Hepburn, na pele das duas personagens de um casal idoso, em que o primeiro se queixa da progressiva quebra de faculdades que o peso dos anos arrasta consigo perante a pachorrenta compreensão, por vezes irónica e picante, da segunda. Mas este filme, que se limita a ser simpático e a demonstrar, mais uma vez, a importância da escrita dos diálogos, apresenta, ainda, uma terceira personagem (talvez a mais interessante de todas) - a da neurótica filha do casal, afinal surpreendentemente mais vulnerável na sua jovem maturidade do que os seus próprios pais - brilhantemente interpretada por Jane Fonda. Um excelente momento de calma e disfrute.



# Directos e diferidos

■ Francisco Costa

Tratava-se da primeira vez em que Portugal organizava, a convite da RTP e sob os auspícios da **Comunidade Europeia**, o certame denominado **Prémios Nikki**, criado pela **Comissão Europeia** em 1988 para galardoar os programas de televisão europeus que, em cada ano, se destacam como uma contribuição para melhorar a imagem da mulher e promover a igualdade de oportunidades.

A especificidade dos objectivos do certame, a sua estreita ligação à defesa da identidade e projecção do «audiovisual europeu» e a dignidade do patrocínio institucional - expresso na presença e mensagem de saudação do Comissário Europeu **João de Deus Pinheiro** e na própria participação artística da mulher do Presidente da República, **Maria Barroso** - terão justificado, por certo, a decisão da RTP ao estar presente na velha sala do **Cinema Tivoli** para fazer a cobertura, em directo para a **TV 2**, do espectáculo que acompanhou a atribuição dos prémios, o que é de louvar pelo ineditismo ou mesmo raridade da intenção.

Mas a transmissão deste evento acabou por levantar questões que não podem ser ignoradas, sob pena de se continuar a persistir nos mesmos erros - o maior dos quais foi a completa desadequação, mais uma vez manifesta, da organização de um espectáculo que foi pensado tendo exclusivamente em conta os espectadores que estavam presentes na sala e ignorando que, ao mesmo tempo, ele deveria ter constituído um espectáculo de televisão, para ser visto em casa. Melhor dizendo, admitindo como razoável ter sido

Mas o que veio a revelar-se inteiramente desajustado a um programa de televisão ao qual, pelos vistos, apenas estiveram sujeitos os telespectadores portugueses, foi a forma escolhida para a inclusão de excertos dos filmes e programas de televisão, nomeados para os prémios finais, nas três categorias consideradas - **Documentário**, **Programas Infantis** e **Ficção**. Como pode admitir-se que tais excertos não tenham sido sujeitos a qualquer tradução prévia - sendo alguns deles inseridos na transmissão do espectáculo, durante minutos seguidos, mas mesmas condições em que foram apreciados pelo incógnito júri, na versão original inglesa ou na sua versão original, com legendas em inglês?! Como pode aceitar-se a ausência de qualquer explicação sobre o conteúdo dos mesmos ou de qualquer referência às circunstâncias da sua rodagem e aos seus autores que, em última análise, poderiam ter sido feitas pela apresentadora?! Como pode esperar-se que, face a esta verdadeira frustração, o telespectador português não tenha, à primeira oportunidade, mudado de canal?!

## O trigo e o joio

Quanto ao conteúdo do espectáculo, que serviu de pretexto para «animar» e preencher os momentos de pausa entre as entregas dos prémios, a apreciação do crítico resultaria sempre subjectiva se pretendesse cotejar as escolhas feitas com as tendências das suas potenciais escolhas - coisa que aqui naturalmente não se fará.

Digamos, em primeiro lugar, que foi clara a intenção de fazer presidir ao «menú artístico» diversas expressões, populares e eruditas, da cultura portuguesa - o que é de assinalar como aspecto mais do que positivo. Em segundo lugar, estranhe-se o teor (de uma eloquência e auto-satisfação vangloriantes, por vezes de tom requentado, paternalista e *patrioteiro*) ridículamente subjacente a alguns dos textos produzidos - como foi o caso, entre outros, do que envolveu a sequência do **fado** ou o que antecedeu a entrada em cena de **Cesária Évora**, cuja presença, independentemente

do seu inegável interesse, não foi claramente justificada, para dizer o mínimo...

Finalmente, e como apreciação objectiva do que *de facto* foi acontecendo no palco, estranhe-se - vinda de onde vinha - a sucessão de «lugares-comuns» que constituiu a coreografia de **Lúcia Lozano**, para o seu bailado «**Sete (Re)Tratos**», desaproveitando a música interessante de **Humberto Ruaz** (aliás, tocada «ao vivo» e excelentemente captada); destaque-se, em geral, a boa prestação dos nossos intérpretes musicais do «campo erudito», com realce para a violoncelista **Irene Lima** e para o pianista **João Paulo Santos**; esqueça-se a desilusão e a mistificação que foi o **momento de fado**, com uma **Maria da Fé** infelizmente em baixo de forma e uma **Dulce Pontes** convencida de que tudo pode cantar, para além da grandiloquência inútil (e para turista ver) da presença de **dez** guitarristas-violistas-**dez**; e sublinhe-se a forte presença de **Amélia Muge**, no mais bem conseguido momento do espectáculo.

A apreciação final vai para a realização: forçosamente transformado pelos organizadores em «realizador de reportagem», em vez de «encenador de um espectáculo televisivo», não foi no trabalho de **Oliveira Costa** que residiu o fracasso desta transmissão - que vamos encontrar, sobretudo, na ausência de concepção e na falta de direcção de produção e de palco. Por isso mesmo, esta é uma das tais ocasiões em que - ladeando as «ideias feitas» de que o «directo» é a essência da televisão -, a RTP (e o espectador) teriam ganho mais com a transmissão «em diferido» de um espectáculo que sairia claramente favorecido pelo trabalho de **pós-produção**. Mais uma oportunidade perdida.



## «Comei-vos uns aos outros...»

Perante a cada vez mais aflitiva degradação da qualidade de programação dos vários canais de televisão, em vésperas de se tornar ainda mais boçal e indigente com a «contribuição» dos novos

programas que se anunciam, em particular na SIC, já quase nada mais restava ao espectador (à falta da oferta de uma programação nacional que minimamente escapasse aos quotidianos ataques à inteligência) do que distrair a sua indignação com a visão de alguns filmes de qualidade que ainda podiam descobrir-se nas várias grelhas de programas. Como era, frequentemente, o caso da programação cinematográfica da **Quatro**. Mas, desde há várias semanas, já nem mesmo este canal escapa à tentação de colocar no seu «horário nobre» programas do mais baixo nível - preferindo para muito mais tarde a transmissão dos filmes. Um dos espaços cinematográficos mais sacrificados (por exemplo, pelo sistemático atraso com que termina o programa de **Artur Albarran**) foi a rubrica «**Lauro António apresenta...**», agora às quintas-feiras, em que são apresentados alguns notáveis ciclos de cineastas de grande qualidade - como é o caso do actual, dedicado a **Joseph L. Mankiewicz**.

O que mais espanta, entretanto, é a recente decisão, verdadeiramente suicida, do próprio autor da rubrica, ao fazer anteceder a já tardia transmissão dos filmes por um espaço de actualidades cinematográficas (por vezes tão longo, que justificaria fosse organizado no formato de «magazine de cinema», a transmitir noutra dia), o que faz com que o filme principal seja projectado, em relação ao previamente anunciado, com **uma ou duas horas de atraso**, às tantas da madrugada!

Eis mais um exemplo, absolutamente inqualificável, do processo de autofagia progressiva - que não disfarça, ainda, um grosseiro desrespeito pelo telespectador - a que, nesta voraz «guerra de audiências», se entregam, agora já sem excepção, todos os canais de televisão. Não há paciência, nem gravador de vídeo, que aguento!



## Sacudir o capote

Foi na passada sexta-feira, 4 de Março. Ao contrário dos principais **telejornais** das duas outras estações de televisão (em relação aos quais o crítico não notou qualquer excitação ou relevo especial), o **Informação 4**

esteve presente num colóquio subordinado ao lema «**Mutação das Economias - Evolução do conceito de empresa**» e fez uma interessante notícia, de que extraímos as seguintes passagens:

«Hoje, em Lisboa, mais de 200 gestores ouviram o ex-ministro das Finanças, **Ernâni Lopes**, afirmar que um terço das empresas europeias irão desaparecer nos próximos seis anos. E em Portugal ainda vai ser pior. (...) **Ernâni Lopes** confrontou gestores e empresários portugueses com um conjunto de previsões assustadoras para o futuro, a curto prazo, do nosso tecido empresarial. Partindo da caracterização da nossa estrutura industrial, que considerou frágil e vulnerável (já sem falar da falta de estratégia governamental), o ex-ministro alertou governantes e empresários para a necessidade de se entenderem no **Conselho Económico e Social**. (...) Para **Ernâni Lopes**, caso não se consiga esse acordo, Portugal corre o risco de se tornar um mero mercado de decisões estrangeiras - um sítio qualquer, nunca um país (*sic*) - e o risco é tanto maior quanto a própria Europa está prestes a passar pela sua maior crise destes últimos anos.»

«Num horizonte de, algures, à volta dos meados da década de 90, temos de pôr a hipótese de um terço da indústria europeia desaparecer.» (Ernâni Lopes,)

**Ernâni Lopes** - um inveterado «antieuropéista»? Que ideia! Basta recordarmo-nos que, ao tempo do Governo do «bloco central», **Ernâni Lopes** era o ministro das Finanças e, nessa qualidade, foi um dos mais crentes e persistentes negociadores do processo de adesão do nosso país às Comunidades - com as consequências que hoje estão à vista!

Interessante é, agora (quando também vemos alguns dos responsáveis do PSD e do PS, em vésperas de «eleições europeias», vir fingir que não disseram o que disseram), surpreendê-lo a fazer a **agulha** e, como quem sacode a CEE do capote, exclamar, aflito: «**Ai! Um bicho!**»



ele organizado com a antecipada previsão de que iria ser transmitido - e nem outra hipótese é lógico considerar - então deveria ter sido pensado prioritariamente como **programa de televisão** (com diversificação de cenas e alternância de ritmos e dinâmicas, de tal maneira ágeis que se tornassem específicos ao meio) o qual funcionaria, como tal, de forma igualmente plausível, como **espectáculo de palco**. É o que, há muitas dezenas de anos acontece - com o impacto, a eficácia e a projecção que se conhecem (independentemente do juízo que cada um faça dessa celebração) - por alturas da invasão anual dos nossos televisores por esse «modelo incontornável» que é o espectáculo de gala da atribuição dos **Oscars** da Academia de Hollywood.

Longe de exigirmos tais primores e tamanha sabedoria, e remetendo-nos tão-somente aos mais prosaicos «modelos europeus» - de que a transmissão da atribuição dos **Césares** do cinema francês é significativo paradigma (embora mesmo assim a anos-luz do evento lusitano, aqui em apreço) -, é fora de dúvida inconcebível que um espectáculo que, no total, em tempo útil, não ocupou mais do que **uma hora e cinquenta minutos**, tenha sido perturbado no seu ritmo interno pela abusiva inserção de **dois intervalos** - o primeiro dos quais preenchido com uma requentada e primaríssima montagem de imagens e de músicas de arquivo, ao mais velho estilo de **interlúdio exótico-turístico**, que os espectadores em casa tiveram de suportar, sem qualquer explicação, durante **vinte minutos** (!), enquanto certamente as personalidades presentes se entretinham com umas bebidas e umas fumaças, cavaqueando alegremente nos **foyers** do Tivoli. Inconcebível!



## A TALHE de FOICE Nacional- -embrutecimento

Ouvir a torto e a direito nas televisões os "póssamos", "farão-se" e "dirá-se" do nosso desgosto ou os misteriosos atavismos que, naquelas casas, "hádem" fazer regredir a utilização dos verbos auxiliares e das conjugações reflexas ao nível dos cronicões, são meros exemplos dum escândalo com que já não vale a pena reflar. O analfabetismo funcional parece haver-se constituído em falha de somenos nos critérios de admissão de locutores e similares entre os operadores televisivos, se não, mesmo, em bizzarria de maluquinhos que os responsáveis pelas programações olham com sincero desprezo.

O escândalo aflitivamente maior é, contudo, mais discreto, subterrâneo.

E informado, por estranho que pareça.

O grande escândalo, que há longos meses se tece e alastra pela generalidade das programações televisivas, consiste numa coisa a que podemos chamar de nacional-embrutecimento.

Pela sua articulada dimensão e diversificado campo de manobra, o "nacional-embrutecimento" parece brotar duma estratégia que será tudo menos analfabeta. E se não, vejamos.

A proliferação de concursos e entretenimentos - todos caucionados por uma de repente incontestável indústria de lazer - conduziu a uma invasão demencial de "amigas olgas", "jogos do ganso", "encontros imediatos", "queridos inimigos", "águas na boca" e "apanhados" de todos os calibres, cujo primarismo ou desbragada boçalidade tornam os "casa cheia" num intenso momento cultural. A ferocidade com que os "um-dois-três" e quejandos explor(av)am as dificuldades e cupidez dos cidadãos transmuta-se, ao pé disto, num exercício de solidariedade social.

Com as telenovelas, nem vale a pena perder tempo, tão completamente elas no-lo tomam, invadindo todos os canais com intermináveis bambochatas que já nem precisam vir do Brasil, basta serem lá dobradas. O mesmo se diga de séries de outras proveniências, agora em simples revisão da matéria dada porque, para quem é, velhos enlatados bastam. Paralelamente temos os entretenimentos de produção nacional, onde cada vez mais a música que de lá sai nos faz entrar numa salsada de revivalismo acrítico e de piroseira assumida, ora dourando inqualificáveis destroços do nacional-cançonetismo com a pátina duns "bons velhos tempos" cuja bondade ninguém viveu, ora promovendo imbecilidades de feira em doses maciças e a coberto duma abertura cultural que, curiosamente, apenas produz um nivelamento cada vez mais baixo dos gostos do público. Entretanto, os serviços noticiosos capricham num modelo informativo onde o bizarro e o chocante, a mentira e o escândalo, a violência e a miséria individual encabeçam os alinhamentos e se transformam no assunto do dia, mobilizando as atenções e a opinião pública para factos a maioria das vezes improcedentes do ponto de vista colectivo e socialmente irrelevantes. Resulta daqui o empolamento de lateralidades e a subalternização de questões fundamentais para a sociedade e o País, distorcendo não apenas a relatividade dos factos, mas também o sistema de valores - esse que, de boa ou má maneira, baliza sempre os comportamentos colectivos.

Colada a isto, faz entretanto caminho a reabilitação de figuras e valores do passado, branqueados nesta onda de "nacional-embrutecimento" quer por circunspectos estudos universitários que procuram reescrever a vida com a demonstração, por exemplo, de que o fascismo não existiu, seja com o relançamento na ribalta de rostos e raciocínios historicamente repugnantes, que ali já se ufam sem rebatimento e entre as democráticas vénias dos entrevistadores.

"Hádem" demonstrar-me que tudo isto é por acaso e nada tem a ver com a democracia de sucesso que nos assola. Se tal acontecer, "dirá-se" que nos enganámos e talvez "póssamos" dormir descansados.

■ HC

## Confederação dos Reformados em Congresso MURPI elabora novo Caderno Reivindicativo



O I Congresso Nacional do MURPI - Confederação de Reformados, Pensionistas e Idosos - vai realizar-se no próximo sábado, dia 19, na Voz do Operário em Lisboa. Os objectivos do Congresso desta estrutura dirigente de diversas associações de reformados inclui a eleição dos corpos sociais que vão dirigir o MURPI até 1996, a apresentação de um Caderno Reivindicativo, a análise dos problemas sociais e económicos dos reformados e a questão do financiamento da Segurança Social.

Aquilo que o MURPI considera ser a política anti-social do Governo será uma das tónicas da discussão do Congresso da Confederação que se realiza depois de um conjunto de iniciativas de protesto levadas a cabo por aquela organização como foi o caso no princípio do ano de uma marcha de protesto contra os parcos aumentos das pensões e reformas.

O MURPI diz que os reformados viram diminuído o seu poder de compra através desse reduzido aumento das pensões e

suplementos e que o Governo os impôs arbitrariamente nos valores de 6,1 e cinco por cento, o que para dois milhões de reformados representam os valores diários que a seguir indicamos:

50 escudos para a pensão mínima geral

33 escudos e 30 centavos para o regime agrícola rural

30 escudos para a de sobrevivência

15 escudos ao grande inválido do regime geral

12 escudos e 690 centavos para o regime agrícola e social

Nove escudos para o grande inválido da sobrevivência

Seis escudos e 60 centavos para a pensão do conjugue a cargo.

Nessa altura o MURPI protestou também contra os aumentos de 10,1% das rendas de casa, que atingem fundamentalmente idosos e reformados, e o facto de os medicamentos estarem cada vez mais inacessíveis aos reformados.

Factos que certamente serão novamente abordados no Congresso de sábado a par dos já referidos ou de outros como a degradação do Serviço Nacional de Saúde.

## História e política A conquista da liberdade em debate no Vitória

«O 25 de Abril e as configurações da democracia» é o título de um ciclo de debates que ontem à noite se iniciou no Vitória sobre história e política. Um «Golpe ou Revolução» era o tema ontem em discussão no qual se abordavam os seguintes assuntos: golpe militar e movimento popular revolucionário; as condições históricas e as forças sociais e políticas em presença; o conflito dos horizontes na configuração da democracia - evolução na continuidade do domínio burguês ou efectiva ruptura democrática?

Previstas estavam as participações de António Andrez, Aurélio Santos, Carlos Brito, José Vitoriano e General Vasco Gonçalves num debate moderado por Elvira Nereu.

O próximo debate, moderado por Madalena Santos, realiza-se a 30 de Março sobre o PCP e a luta clandestina e nele participará António Gervásio, Aurélio Santos, Carlos Aboim Inglês, Ivone Dias Lourenço e José Ernesto Cartaxo.

«A clandestinidade: condições impostas, decisão revolucionária e experiências de vida. A acção clandestina e a organização da luta social e política. Luta clandestina, projecto e conquista da liberdade» é como a organização descreve os temas desse debate a que se seguirão, a 14 de Abril, outro sob o título «Que Democracia?», a 21 de Abril «Movimento Estudantil e o 25 de Abril» e a 19 de Maio «Democracia Avançada e 25 de Abril».



25 de Abril - 1974/1994



## Paredes recuperado

Familiares de Carlos Paredes puderam esta semana dar a boa notícia: o músico, internado desde Dezembro passado devido a uma doença de foro neurológico, que o levou mesmo a entrar em coma, está em franca recuperação e abandonou já o Hospital de Santa Maria, encontrando-se agora num lar onde começará em breve a fazer diariamente fisioterapia.

Lúisa Amaro diria à agência LUSA que Carlos Paredes «desde que saiu do hospital começou a melhorar», acrescentando que o músico está «muito lúcido e tranquilo», conversa «perfeitamente», já se alimenta sozinho e movimenta, ainda que lentamente, os braços e as mãos.

Carlos Paredes, de 69 anos, aparece assim recuperar de forma espectacular dos efeitos da doença que o atacou, levando Lúisa Amaro a exprimir uma esperança certamente partilhada por todos os que admiram a obra do compositor: «Nesta altura já começo a acreditar que voltará a tocar.»

## Na Quinta da Atalaia Festival Liberdade comemora Abril

O Festival Liberdade, integrado nas comemorações do 25 de Abril, vai realiza-se nos dias 14 e 15 de Maio na Atalaia, Amora, Seixal, numa organização da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e autarquias locais, contando com o apoio da Associação 25 de Abril e da Região de Turismo da Costa Azul.

A Comissão Organizadora, em conferência de imprensa realizada no Solar do Vinho do Porto, disse que o Festival pretende ser um espaço aberto à participação, ao convívio e ao debate sobre os valores da Revolução de Abril, alertando a juventude para a necessidade da defesa dos valores democráticos e instituídos pela Revolução dos Cravos.

Vai ser dirigido um convite a todas as Câmaras do país e a todas as Juntas de Freguesia da Área Metropolitana de Lisboa para apoiarem este Festival cuja preparação se iniciou no passado dia cinco com a realização de um Forum numa discoteca em Alhos Vedros no qual estiveram presentes cerca de meia centena de associações juvenis, num total de 300 jovens.

O Festival Liberdade pretende ter como característica essencial o cariz de convívio cultural, debate e animação e do perfil da sua programação a Comissão Organizadora destacou a realização de um grande acampamento juvenil, espectáculos a realizar em três locais da Atalaia, uma mostra de arte juvenil, exposição e venda de artesanato urbano e regional, provas desportivas, animação vária, exposições (com destaque para o tema «o poder local democrático e a sua valorização passados 20 anos sobre o 25 de Abril»), fotografia, videowall, e debates sobre o significado do 25 de Abril passados 20 anos.

Nas ruas, promovendo o Festival, estarão dentro de semanas diversos tipos de cartazes e serão transmitidos spots de rádio e televisão para além de se proceder à distribuição de folhetos com a programação detalhada e outros brindes promocionais.